

# 22º Curso Anual do NPC

## A FUSÃO DA MÍDIA COM O ESTADO E A MANIPULAÇÃO DAS CONSCIÊNCIAS



Núcleo Piratininga de Comunicação  
16 a 20 de novembro de 2016  
Rio de Janeiro



## Dia 16, quarta

**Das 14h às 18h**

O QUE SE PASSA AO SUL DA FRONTEIRA

- Beto Almeida
- Flávia Braga
- Francisco Carlos Teixeira
- Frei Betto

**Das 18h30min às 21h**

OS DESAFIOS DOS TRABALHADORES EM PORTUGAL, ESPANHA E FRANÇA

**Apresentação e coordenação:**

- Reginaldo Moraes
- Francisco Louçã

## Dia 17, quinta

**Das 9h30 às 13h**

OS DONOS DA MÍDIA E SUAS RAMIFICAÇÕES

- Eduardo Granja Coutinho
- Gilberto Maringoni
- Venício Lima

**Das 14h às 16h**

O USO DA INTERNET NA RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 2016

- Adriano Diogo
- Paulo Donizetti
- Renata Miele

**Das 16h às 18h**

A TELEVISÃO NO BRASIL

- Márcia Tiburi
- Lalo Leal

**18h**

LANÇAMENTO DO LIVRO

"O PROBLEMA É TER MEDO DO MEDO"

da autora Ana Helena Tavares

## Dia 18, sexta

**Das 9 às 13h**

AS BATALHAS DA MÍDIA: DE 1964 A 2016

- João Braga Areas (ditadura militar)
- Francisco Fonseca (neoliberalismo)
- Luis Felipe Miguel (Golpe de 2016)
- Nilson Lage (atuação da mídia)

**Das 14 às 16h**

O JORNALISMO NA COMUNICAÇÃO SINDICAL E DISPUTA DE HEGEMONIA

- Claudia Santiago
- Joel Almeida
- Hebert Claros
- Luis Henrique Nascimento

**Das 16h às 18h**

IDEOLOGIA, REPRESENTAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DA MÍDIA

- Kleber Mendonça
- Pedrinho Guareschi

**Das 18h às 20h**

A IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL

- Elaine Tavares
- Rita Freire

## Dia 19, sábado

**Das 9 às 11h**

COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE INTERNET

- Gustavo Barreto
- Arthur William
- Gustavo Gindre

**Das 11h30min às 14h**

OS TRABALHADORES E O DIREITO À CIDADE

- Márcio Castilho
- Orlando Zaccone
- Renata Souza
- Sabrina Duran

## Oficinas

**Das 15h às 18h**

- **Jornal** - Najla Passos // Kátia Marko
- **Rádio** - Beto Almeida
- **TV** - Arthur
- **Internet** - Gustavo
- **Grafite** - Patrícia
- **Redação** - Claudia // Sheila



## O QUE SE PASSA AO SUL DA FRONTEIRA

A resistência à fusão da mídia com o estado imperial para a manipulação de consciências  
*Beto Almeida* ..... 6

Atilio Borón analisa semelhanças entre o Chile de 1973 e o Brasil de 2016  
*Entrevista indicada por Flávia Braga* ..... 9

Para Frei Betto, governos progressistas falharam ao não politizar conquistas sociais  
*Por Redação RBA* ..... 12

## OS DESAFIOS DOS TRABALHADORES EM PORTUGAL, ESPANHA E FRANÇA

Um dos riscos de degradação da comunicação social  
*Francisco Louçã* ..... 14

O pêndulo esquerda-direita e suas correntes subterrâneas determinantes - algumas lembranças bem impressionistas dos últimos 40 anos. E o que elas podem sugerir para o presente  
*Reginaldo Moraes* ..... 16

## OS DONOS DA MÍDIA E SUAS RAMIFICAÇÕES

Neoliberalismo, mídia e democracia  
*Venício Lima* ..... 22

## O USO DA INTERNET NA RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 2016

O golpe da mídia e a luta pela democratização da comunicação  
*Renata Mielli* ..... 30

## A TELEVISÃO NO BRASIL

Como a televisão decide o que você pensa, o que você quer e o que você faz  
*Márcia Tiburi* ..... 34

Ameaçada, comunicação pública é vital para a democracia  
*Laurindo Lalo Leal Filho* ..... 37

## O PROBLEMA É TER MEDO DO MEDO

Ana Helena Tavares: Elite brasileira tem medo da democracia  
*Entrevista com Ana Helena Tavares* ..... 44

## AS BATALHAS DA MÍDIA: DE 1964 A 2016

Manipulação da informação pública - um prognóstico  
*Nilson Lage* ..... 48

<b>O Globo e a ditadura</b> <i>João Braga Arêas</i> .....	52
<b>Neoliberalismo e conservadorismo no Brasil pós-2013: forma e conteúdo do Golpe de Estado</b> <i>Francisco Fonseca</i> .....	55
<b>A liberdade de falar sozinho</b> <i>Luis Felipe Miguel</i> .....	60
<b>O JORNALISMO NA COMUNICAÇÃO SINDICAL E DISPUTA DE HEGEMONIA</b>	
<b>Comunicação Sindical: a arte de falar para milhões</b> <i>Claudia Santiago Giannotti</i> .....	64
<b>As redes sociais e a luta dos trabalhadores</b> <i>Herbert Claros</i> .....	66
<b>Oi, vamos transar? - ou como comunicar, dialogar e mobilizar a partir dos interesses atuais do público</b> <i>Luis Henrique Nascimento</i> .....	68
<b>IDEOLOGIA, REPRESENTAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DA MÍDIA</b>	
<b>Ideologia, representação e análise crítica da mídia</b> <i>Pedrinho Guareschi</i> .....	72
<b>A IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL</b>	
<b>O jornalista como ser poético e amoroso</b> <i>Elaine Tavares</i> .....	78
<b>COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE INTERNET</b>	
<b>10 dicas para as mídias sociais de seu sindicato</b> <i>Arthur William</i> .....	84
<b>O fim das ‘ciberilusões’</b> <i>Gustavo Barreto</i> .....	86
<b>OS TRABALHADORES E O DIREITO À CIDADE</b>	
<b>A cidade como espaço público e afetivo: disputas no campo simbólico</b> <i>Marcio de Souza Castilho</i> .....	90
<b>Maré sitiada: o discurso midiático sobre a ocupação militar do Complexo da Maré</b> <i>Renata Souza</i> .....	93
<b>Direito à cidade: o hipster defende, o banco capitaliza e a construtora incorpora</b> <i>Sabrina Duran</i> .....	97

# O QUE SE PASSA AO SUL DA FRONTEIRA



**A FUSÃO DA MÍDIA  
COM O ESTADO  
E A MANIPULAÇÃO  
DAS CONSCIÊNCIAS**

# A resistência à fusão da mídia com o estado imperial para a manipulação de consciências

• **BETO ALMEIDA** - Membro do Diretório da Telesur.

**E**m 16 de outubro de 1934, a República Operária e Camponesa de Kiang-Si, na China, dirigida pelos comunistas, decidiu trasladar-se para uma região no interior do país, visando proteger-se dos bombardeios japoneses e dos inimigos internos. Esta operação, conhecida como a Longa Marcha, percorreu uma distância que é quase o dobro do espaço entre Belém do Pará e Porto Alegre. Mais de 10 mil km. Caminhavam à noite, em silêncio, no escuro, para fugir aos ataques inimigos, carregando máquinas, enfermos, animais, remédios, comida, equipamentos indispensáveis, armas, e uma tipografia, com a qual imprimiam o seu jornal, distribuído em cada cidade por que passavam, convocando o povo e esclarecendo as razões daquela luta revolucionária. Eram mais de 90 mil pessoas em marcha, com um jornal que nunca teve sua tiragem interrompida, mesmo sob bombardeio inimigo!!!

O exemplo é uma inapagável lição a todos os que querem transformar o mundo e que trabalham para que se construam meios de comunicação capazes de ecoar a mensagem dos oprimidos, dos humildes, dos que lutam contra toda e qualquer forma de opressão e embrutecimento.

As revoluções foram pródigas em exemplos desta natureza. Também deve ser mencionada a comunicação da Revolução Cubana, que, em plena Sierra Maestra, montou a Rádio Rebelde, cujos equipamentos foram para lá transportados em lombo de burros, tal como no caso da Longa Marcha dirigida por Mao. O

sinal da emissora revolucionária cubana era captado em vários países da América Latina, muito antes da tomada do poder.

Neste período, o imperialismo foi sofisticando sua capacidade comunicativa de manipulação de consciências. Hoje conseguem que camadas amplas da juventude esteja desperta pela madrugada para assistir as selvagens lutas de MMA, onde um ser humano destrói o rosto de um outro com joelhadas e cotoveladas. É uma vitória simbólica da comunicação alienadora.

## **Carnificinas são apresentadas como guerras humanitárias!**

Se conseguem isto, também conseguem que verdadeiras carnificinas imperiais sejam apresentadas aos olhos do mundo como se fossem “guerras humanitárias”. Os casos mais recentes devem ser lembrados, o da agressão ao Iraque e, há 5 anos, a destruição da Líbia, país que registrava os mais elevados indicadores de desenvolvimento humano da África.

No Iraque, foi martelada a ideia, pela mídia dos países imperiais (EUA, Inglaterra, França etc) que o país árabe possuía “armas químicas de destruição em massa”. Collin Power, general dos EUA, foi à ONU e apresentou lá confusos e nada convincentes gráficos, que, segundo ele, e era preciso acreditar nele, indicariam a localização dos tais arsenais de armas. A mentira foi transmitida milhões de vezes. A guerra foi feita.

As armas nunca apareceram, mas o petróleo iraquiano foi rapinado. Agora, Tony Blair, acusado de levar a Inglaterra a uma guerra sem justificativas contra o Iraque, declara que “não tem provas da existência de tais armamentos, mas atacou com as melhores intenções”.

No caso da Líbia, o sinal para o ataque foi dado quando Kadafi propôs a criação de um banco africano com moeda própria lastreada no petróleo, fugindo do dólar. Imediatamente foi lançada a ideia de que teria bombardeado populações civis com sua força aérea. Esta mentira foi repetida milhões de vezes e a ONU, com a abstenção da Rússia e da China, aprovou resolução para uma operação militar da OTAN, apresentada como guerra humanitária contra a Líbia. Foram 166 dias de bombardeio ininterruptos contra escolas, hospitais, pontes, usinas, instalações petrolíferas, com ampla cobertura midiática a favor, inclusive da Al Jazeera. Apenas a Telesur denunciou a barbárie, a carnificina, a demolição da infra-estrutura, construída, aliás, por empresas brasileiras de engenharia.

O jornalismo anti-imperialista da Telesur, herança de Hugo Chavez, foi criticado até por alguns blogueiros progressistas brasileiros que afirmaram “que Chávez apoiava a ditadura de Kadafi”. O Secretário de Defesa dos EUA na época, declarou, após receber imagens de satélites russos, que, “de fato não havia provas de que a aviação de Kadafi tinha bombardeado população civil”. Foi demitido Hoje o mundo sabe a selvageria que desabou sobre a Líbia e 40 anos de uma revolução que havia produzido o país menos desigual da África. E conhece já o sinistro papel de Hillary Clinton nesta carnificina.

A Telesur tinha razão.

E nestes dois casos citados, a fusão da mídia com os interesses dos estados imperiais, manipulando consciências, é expressão de uma fórmula que tem eficiência na promoção de novas formas de colonialis-

mo, sempre e quando não encontrar, nos países agredidos, uma resistência à altura destas agressões midiáticas, que justificam e preparam agressões militares.

### **Brasil: a transformação sem mídia!**

O caso brasileiro é de extrema importância. Se na Líbia e no Iraque, os pretextos levantados referiam-se à falsa bandeira dos direitos humanos, aqui no Brasil, agressão contra um projeto de afirmação nacional veio envolto na bandeira do “combate à corrupção”. O êxito da operação midiática, que deu suporte a um golpe parlamentar e judicial, pode ser medido pelo fato de ser o atual governo conhecido por ser integrado por setores vinculados a práticas ilícitas generalizadas. Políticos corruptos, usaram a bandeira do combate à corrupção, para demolir um projeto de transformação com mais justiça social. E para obedecer a ordens que emanam da Fusão da Mídia com Estados Imperiais para a Manipulação de Consciências.

Muitas lições podem ser extraídas do caso brasileiro, mas a principal delas é de que não se pode avançar num processo de transformações sociais, ainda que graduais, recuperando a soberania nacional, retirando o Brasil do Mapa da Fome da ONU, reduzindo a mortalidade infantil, ampliando o acesso a mais médicos, mais escolas técnicas, mais universidades, mais empregos com carteira assinada, e com salários mais fortes, mais presença soberana no cenário internacional fundando o Banco dos Brics, a Unasul, a Celac, fortalecendo o Mercosul, sem que toda estas políticas tenham como sustentação um sistema de comunicação que convocasse o povo brasileiro e o educasse politicamente para sustentar de modo participativo nestas significativas mudanças.

O império, era previsível, iria reagir. E aproveitou-se de todas as fragilidades possíveis, entre elas a do fato do Brasil não dispor de uma comunicação a favor de sua

própria libertação, emancipação e soberania informativo-cultural.

Enquanto isso, a China e Cuba, que fundaram sua comunicação transformadora carregando equipamentos nos lombos de burros, resistem bravamente a toda investida do império. A China deixou de ser um país conhecido pela fome e onde as mulheres eram vendidas em feiras, junto com animais, para hoje lançar naves ao espaço sideral.

Cuba, deixou de ser colônia para hoje ter médicos trabalhando em 77 países em todo o mundo, inclusive aqui no Brasil, e em lugares onde os médicos só eram conhecidos por telenovelas. Agora são de carne e osso, e estão atuando lá no Brasil profundo, nos grotões do campo ou das cidades. Também há resistência na Rússia, o Iran, Cuba, Venezuela, Equador, Bolívia e Nicarágua. E resistem, utilizando meios de comunicação criados com esforço próprio no processo de transformação. Com uma mídia própria, vinculado estrategicamente ao projeto de cada país, enfrentam as campanhas promovidas pela fusão da mídia com os estados imperiais visando a mais sórdida manipulação das consciências contra estes países e suas conquistas.

Há caminhos. A experiência histórica mostra. Trata-se de ter humildade para aprender de outros povos!



# Atílio Borón analisa semelhanças entre o Chile de 1973 e o Brasil de 2016

• A entrevista foi indicada por FLAVIA BRAGA, palestrante no 22º Curso Anual do NPC. Ela participa da mesa de abertura, que tem como tema O QUE SE PASSA AO SUL DA FRONTEIRA

## *Pensador argentino analisa os limites do Estado burguês na América Latina e as semelhanças dos dois golpes de Estado*

María Julia Giménez

Publicado no Brasil de Fato - 11 de setembro de 2016

**A**pós 43 anos do golpe de Estado que derubou ao governo de Salvador Allende no Chile, o pensador latino-americano Atilio Borón conversou com o **Brasil de Fato** para ler, à luz do processo chileno, os recentes acontecimentos que violentam a ordem democrática da América Latina.

Segundo o sociólogo argentino, as mudanças constitucionais empreendidas pelos governos de Hugo Chávez, na Venezuela; Evo Morales, na Bolívia; e Rafael Correa, no Equador; criaram uma nova ordem institucional que permitiu aos líderes fazerem as reformas necessárias para melhorar a qualidade de vida da população.

Contudo, a vitória eleitoral de Mauricio Macri na Argentina e o recente *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff marcam as fraquezas dos processos desses países, que mantiveram a estrutura do Estado burguês. Essas fragilidades foram aproveitadas pelos Estados Unidos na tentativa de recobrar a sua posição no cenário internacional.

“Eu acho que Lula caiu vítima de sua postura tecnocrática. Ele mandou o povo para suas

casas e, quando os lobos foram atacar Dilma, ela abriu a janela e não tinha ninguém. Confiou e fez alianças com setores do poder que claramente iam traí-los. Até um cego poderia ver”, avaliou.

Confira a entrevista completa:

**Brasil de Fato - Que ensinamentos deixou o golpe no Chile em setembro de 1973? Como a experiência chilena nos ajuda a pensar o processo atual que vivemos na América Latina? E como os processos de hoje nos ajudam a repensar a nossa história como povo latino-americano?**

**Atilio Borón** - Eu acho que o golpe no Chile foi uma tragédia que de algum jeito anunciou o que aconteceu depois em quase todos os demais países da América Latina. Brasil já tinha tido o golpe em 64, a Argentina também, em 66. Mas o do Chile, em 73, foi outra coisa. Foi um experimento radical de terapia de *choque* que seria aplicado no resto dos países da América Latina e, também, em alguns países do capitalismo avançado.

A experiência chilena foi uma experiência muito desigual, em relação a outras da região. O governo de Salvador Allende fez tudo mantendo o marco institucional do Estado burguês. Ou seja, não houve reforma da Constituição. Simplesmente houve um debate em torno da possível interpretação de certas cláusulas da Constituição que impediam o governo de Allende de avançar em políticas de nacionalização, controle de preços e intervenção dos mercados.

Mas [Allende] não fez o que fizeram os venezuelanos, bolivianos e equatorianos. Eles criaram uma nova ordem constitucional, uma nova institucionalidade, introduzindo as reformas necessárias para melhorar a qualidade de vida da população.

O que podemos aprender? Em princípio, um Estado burguês com uma Constituição burguesa, com relações capitalistas de produção, com peso de grandes corporações e com a presença de grandes empresas multinacionais ou transnacionais, impõe limites muito estreitos. E, quando as mudanças transcendem, vão além dos limites, o processo democrático entra numa zona de risco e rapidamente é eliminado pelos agentes da conservação social, ou seja, as classes dominantes.

Em contextos econômicos muito complexos, inevitavelmente, geram-se esses processos, porque a burguesia provoca sabotagens permanentes, as 'greves da burguesia'. Eles deixam de investir, começam as fugas de capitais e se entorpece o processo produtivo em todos os níveis, provocando um grande mal estar da população. Eventualmente, prepara-se a base social para uma revolta fascista.

Essa foi a reação chilena em 1973. E eu acho que foi aprendida por Chávez e, depois dele, por Evo e por Correa. Porque a primeira coisa que eles fizeram foi ampliar o marco institucional dos processos transformadores na Venezuela, Bolívia e Equador. Foi muito significativo, muito importante. Introduziram inovações que potencializaram o protagonismo popular, o referendo revogatório, até o reconhecimento, no caso da Bolívia, das

formas de governo dos povos originários.

Então, eu acho que sim, há certo aprendizado. Mas não em todos os países. Argentina, Brasil e Colômbia continuaram transitando pelas vias da institucionalidade democrática próprias do liberalismo. E essa é a fonte de muitos problemas.

**Então, em termos regionais, podemos dizer que este avanço da direita desde o golpe em Honduras até ao recente *impeachment* de Dilma, nos deixa melhor posicionados?**

**Atilio Borón** - Olha a experiência chilena foi única, porque, naquele momento, a Argentina estava regressando ao peronismo, que teve vida muito curta e terminou em um grande cataclisma.

Houve um repique na Bolívia - lembre que, no ano de 1971, a Bolívia inaugura um breve processo de radicalização popular sob o comando de Juan José Torres e da Assembleia Popular Boliviana, mas Torres termina deposto rapidamente e é assassinado em Buenos Aires. Também mataram o general Carlos Prats Gonzalez, no Chile. Ou seja, era um contexto muito diferente do atual.

Os processos atuais se dão num momento em que se acentua o processo de decadência do imperialismo norte-americano. Na segunda metade da década de 90, alguns falavam do início de um novo século americano. E, longe disso, foi o início de uma lenta e persistente decadência dos Estados Unidos.

Alguns de nós tínhamos advertido sobre esta decadência, mas éramos desacreditados por questões ideológicas. Hoje, quando você consulta a literatura especializada dos geoestrategistas, dos pensadores dos impérios, entre os quais os mais importantes são [Henry Alfred] Kissinger e [Zbigniew Kazimierz] Brzezinski, os dois argumentam que os Estados Unidos já não são a potência que foram no passado.

Os prognósticos econômicos levam à conclusão de que, em 2030, a economia norte-americana representará apenas 18% do produto bruto mundial, e a da China, 28%. E

esta decadência se vê também na crescente impotência dos Estados Unidos. Isso se mostra quando um pequeno país da América do Sul, como o Equador, dá asilo diplomático ao cara do Wikileaks [Julian Assange] e, além disso, obriga a retirada das tropas inglesas de sua embaixada!

No passado, isso teria provocado a invasão dos marines ao Equador, e teriam prendido e assassinado o presidente Rafael Correa, como fizeram em 1982, com Maurice Bishop, na ilha de Granada.

Logo, o enfraquecimento dos Estados Unidos é um dado inocultável. Hoje, eles têm inimigos tão fortes quanto a URSS - a Rússia por um lado e a China, pelo outro. Então, o que acontece? Cada vez que os Estados Unidos se encontram em problemas no contexto mundial, eles retrocedem para reafirmar sua dominação sobre a América Latina. Isso aconteceu nos anos 70 e está acontecendo agora.

Os Estados Unidos querem frear o ciclo dos governos progressistas e avançar na conformação de uma nova América Latina, totalmente blindada, onde não exista nenhum governo que dispute a sua hegemonia. Enquanto isso, os prognósticos do Pentágono se preparam para 20 ou 30 anos mais de guerra. Logo, está assegurada a retaguarda.

E, por isso, lançou-se a fomentar a destituição destes governos, a criar uma nova direita na América Latina. Na Argentina, o fez muito claramente, e, no Brasil, tem fortalecido os vínculos com o PSDB. Neste processo, Fernando Henrique Cardoso teve um papel fundamental.

**Qual o significado do Brasil em termos geopolíticos? Por que tivemos um golpe?**

**Atilio Borón** - Por vários motivos. Primeiro, o Brasil é o país com maior peso da região da América Latina e Caribe, e isso nos permite dizer que, para onde se inclina o Brasil, inclina-se a América Latina.

Em segundo lugar, porque o Brasil sempre foi um aliado estratégico dos Estados Unidos. Não se esqueça que o Brasil foi o es-

colhido pelos Estados Unidos para desenvolver empresas siderúrgicas após a Segunda Guerra Mundial, com crédito aprovado por eles.

E, em terceiro, porque o Brasil é um empório de recursos naturais. Os Estados Unidos têm muito interesse em controlar a Amazônia e o aquífero Guarani e, para isso, precisam ter presença no país. Agora, também vão ter presença na Argentina e de lá pretendem controlar a parte sul do aquífero Guarani.

Sem contar o petróleo. Sabe quando se mobilizou a 4ª Tropa dos Estados Unidos, que estava desativada há mais de 50 anos? Duas semanas após Lula anunciar o descobrimento do pré-sal. Você acha que isso é casualidade? Não! É reação. Então, claro que o Brasil importa muito.

E, além disso, perseveraram as fraquezas do consenso progressista, ou seja, os erros cometidos pelos governos do PT que, por exemplo, não avançaram no aprofundamento da reforma agrária num país com uma estrutura agrária absolutamente anacrônica. Foram governos que desmobilizaram sua base popular.

Ora, [Nicolás] Maduro [presidente da Venezuela] não cai simplesmente porque, quando ele grita, tem um monte de gente na rua. E isso numa situação econômica muito mais complexa que a do Brasil.

Eu acho que Lula caiu vítima de sua postura tecnocrática. Ele mandou o povo para suas casas e, quando os lobos foram atacar Dilma, ela abriu a janela e não tinha ninguém. Confiou e fez alianças com setores do poder que claramente iam traí-los. Até um cego poderia ver.

*Edição: Camila Rodrigues da Silva*

# Para Frei Betto, governos progressistas falharam ao não politizar conquistas sociais

• REDAÇÃO RBA - publicado 30/11/2015

## *Vitória de Mauricio Macri na Argentina, pode ser a primeira peça da volta da política neoliberal*

*São Paulo - “A vitória eleitoral empresário neoliberal Mauricio Macri é mais um passo da América Latina rumo ao período neoconservador”, afirmou o escritor Frei Betto, ao falar à Rádio Brasil Atual sobre o os governos progressistas latino-americanos.*

**F**rei Betto conta que houve um processo de desmonte das políticas neoliberais no continente que esteve em voga nos anos 1980 e 1990, após a eleição de Hugo Chávez na Venezuela. “A eleição de Chávez foi seguida pelas vitórias de vários presidentes progressistas, como Lula no Brasil, Fernando Lugo no Paraguai, Manuel Zelaya em Honduras, Michelle Bachelet no Chile, Evo Morales na Bolívia, e Pepe Mujica no Uruguai.”

Segundo o escritor, as eleições desses presidentes permitiram que a América Latina alcançasse melhores condições sociais. “Houve uma inclusão de amplos setores da população com a redução da miséria absoluta, embora não tenha ocorrido um avanço significativo da redução desigualdade social.”

Para Frei Betto, o momento é preocupante, pois os governos progressistas falharam no trabalho de garantir a eles sustentabilidade, formação e organização política de suas bases eleitorais. O assessor de movimentos sociais afirma que o principal erro dos governos desses países foi não complementar a

inclusão econômica com a inclusão política. “Os benefícios aos mais pobres vieram como iniciativa de Estado, e não como conquista do povo. Não se tratou de organizar o ‘pobretariado’, não conscientizou o oprimido, não fez dos eleitores os protagonistas políticos.”

*“Com exceção do Evo Morales, o que se viu foi um concerto desafinado, ainda que políticas sociais tenham sido implementadas com êxito, as reformas estruturais quando feitas - o que infelizmente não foi o caso do Brasil -, em outros países não foram suficientes para criar uma alternativa a esse modelo desenvolvimentista consumista. A economia permaneceu com todas as características neocoloniais, e não se criou um mercado interno sustentável”, diz.*

Frei Betto acredita que há a possibilidade de mudar o cenário. Caso contrário, a vitória de Macri pode ser o primeiro passo para a volta neoliberal na América Latina. “A Argentina pode ser a primeira peça do dominó desse processo progressista a tombar; as próximas poderão ser o Brasil e a Venezuela. Porém, o cenário só vai mudar na América Latina quando a esquerda ‘perder a vergonha’ de ser de esquerda.”



# OS DESAFIOS DOS TRABALHADORES EM PORTUGAL, ESPANHA E FRANÇA



**A FUSÃO DA MÍDIA  
COM O ESTADO  
E A MANIPULAÇÃO  
DAS CONSCIÊNCIAS**

# Um dos riscos de degradação da comunicação social

• FRANCISCO LOUÇÃ - Publicado em 26.5.2016, em <http://blogues.publico.pt/tudomenoseconomia/2016/05/20/um-dos-riscos-de-degradacao-da-comunicacao-social/>

O episódio do título da TVI sobre o Banif foi discutido numa acalorada comissão de inquérito. Sobre ele, nada a acrescentar. Mas há uma interrogação que me amofina e que é esta: porque é que a comunicação social se tornou tão vulnerável? Não será porque tem cada vez mais dificuldade em dar notícias?

Confesso que o assunto me intriga e, agora que olho para ele sem ser protagonista nem ter qualquer responsabilidade de dirigente partidário, me assusta. Ainda por cima, vejo o tema como uma das transformações inscritas na sociedade de hipercomunicação, mas não como inevitável que derive para um vazio sem regras nem valores.

O Correio da Manhã torna-se participante num processo judicial para assim criar as notícias de que quer fazer manchete - qual é então o limite? Uma ex-assessora de Passos Coelho é contratada pelo Diabo, um jornal que pensava que já não existia, para escrever intriga contra a esquerda - e qual é o limite? O Sol, jornal de donos angolanos, escolhe destacar uma fantasmagórica “tensão dentro do PS” a propósito do debate parlamentar sobre a prisão de Luaty Beirão e dos seus camaradas - e qual é o limite? A Sábado vai buscar a amargurada zanga de um académico, entretanto desaparecido, para tentar criar quinze anos depois um incidente com um ministro porque ele é ministro - qual é o limite? A resposta é que não há limite. Claro que, nestes quatro exemplos, se trata de imprensa especializada que agencia interesses particulares.

Repare nestes exemplos, que valem o que valem sobre a degradação da informação. Estes jornais têm sentido: têm uma escolha, prosseguem uma agenda, são uma central de actuação, querem um objectivo. Talvez não seja bem imprensa, tal como se entende nas sociedades modernas, porque o seu objectivo não é informar, é formar. São condutores, são chefes de claque.

Agora vire-se por favor para a comunicação social que não é uma claque. Uma televisão ou um jornal dá uma notícia ou passa um rodapé que explora o risco de um banco porque recebeu informação “escrita e credível”, de fontes anónimas. Evidentemente, todos sabemos que as fontes anónimas são o gambozino da comunicação social porque ou não existem e no entanto informam, ou existem mas nunca ninguém as viu e portanto nunca ninguém as pode verificar fora do âmbito profissional que as instrumentalizou (ou foi por elas instrumentalizado). Mais, nunca podem ser punidas quando enganam, porque são anónimas. Entretanto, a informação fez o seu caminho e já nada será como dantes.

Mas fica esta questão: porque é que o frenesim da notícia determinou a sua espectacularização ao ponto da especulação? Porque é que foi preciso ir buscar fontes tão incríveis como as “anónimas”?

Há várias respostas possíveis. Uma é a concorrência: dizer o mais alto possível antes da outra televisão, tomar conta do acontecimento, ser a referência para o caso. Essa é a razão normal.

Outra razão, mais porosa, porventura mais importante, é a radical modificação do regime de informação. Na maior parte dos casos, quando chegamos à hora do telejornal ou à colocação em banca do jornal no dia seguinte, já muita gente leu, comentou, tuitou, postou e discutiu as notícias (salvo precisamente as que são exploradas por esse arquipélago raríssimo do jornalismo de investigação, que garante o privilégio de noticiar a notícia pelos seus jornalistas). Portanto, a notícia no telejornal ou no jornal do dia seguinte já só é comentário da notícia. Os jornalistas, para além da corrida contra o tempo na informação online, tornam-se comentadores de si próprios.\*

Isto terá uma outra agravante e uma outra consequência.

A primeira é que a informação já não é oferecida em produtos de produção discreta mas sim em cadeias de montagem de produção contínua. Esta grande mudança dos últimos anos, que se exprime via rádio e via canais de cabo, também solicita aos jornalistas que ocupem cada vez mais o tempo de antena com a sua análise - eles e elas são produtores da notícia mas também analistas da notícia. São portanto imensamente influenciados pelo que se está a escrever nas redes sociais acerca da notícia, como grandes vagas que oscilam para um lado e para outro. Os jornalistas tornam-se eles próprios antenas dos efeitos interpretativos que as suas notícias suscitam e isso é entretenimento mais do que informação. Os directores dos jornais e televisões vão explicar à antena as suas páginas e parece que ninguém nota a estranheza do facto.

A outra consequência é que, assim, terminada a notícia (ou prolongada agonicamente para ocupar tempo, o que tão frequentemente vemos na televisão: o Benfica ganhou e é uma hora de telejornal, o avião despenhou-se e é meia hora de informação sobre o facto de não termos informação, etc.), só resta ao jornalista ser um comentador e daí a tentação óbvia de se tornar o juiz, o que apimenta a análise com

a sentença. As “setas” com que os jornalistas classificam os actos políticos ou sociais são um exemplo dessa assunção do poder punitivo, mas existem outras formas de o exhibir, aliás cada vez mais banalizadas: quando o editorial determina que tal acção partidária é uma “estupidez” ou que tal político é um “fracassado”, quando um jornalista decreta que tal partido “não se leva a sério” (poderá ele algum dia entrevistar um dirigente desse partido?), chegamos ao ponto de não retorno, em que órgãos de comunicação social, anteriormente chamados de “referência” pela sua observação de regras profissionais, se aproximam de uma câmara política e mesmo por vezes partidariada.

Portanto, tudo inevitável? Nem pensar. Haverá twitter, mas há vida para além do twitter, a notícia não tem que ser a leve impressão, o efémero da frase sobre o acontecimento, a palavra choque para o classificar, tal como o jornalismo não está condenado a desaparecer com a produção contínua da informação que se deixou contaminar por essa fronteira perigosa da defesa de pontos de vista interessados. A comunicação social sempre se reinventou perante a evolução do seu próprio meio: os jornais sobreviveram à rádio e a rádio sobreviveu à televisão. Poderá a televisão sobreviver à internet? O que fica atrás dito é testemunho de algum pessimismo, porque creio que o jornalismo está a obrar para a sua própria destruição - no dia em que a informação só for vista como entretenimento ou como análise crispada, passou a ser outra coisa. Portanto, o problema não é do Correio da Manhã, que diz ao que vem. O problema é dos que, querendo ter uma comunicação social de referência, navegam na facilidade.

\* Deste meu incómodo já dei conta noutras ocasiões, inclusive fazendo uma crítica injusta ao Sérgio Figueiredo, pois reagi a ele assinar a sua opinião política no DN como “director de informação da TVI”, pois me pareceu assim arregimentar a redacção no seu todo, o que é evidentemente exagerado.

# O pêndulo esquerda-direita e suas correntes subterrâneas determinantes - algumas lembranças bem impressionistas dos últimos 40 anos. E o que elas podem sugerir para o presente

• REGINALDO MORAES - Escritor, Cientista Político e Professor da UNICAMP.

Sabemos bem que os anos 1970, no Brasil, foram anos de chumbo. Ditadura policial, baixo astral, combate nas trevas, sobram imagens para assombrar as lembranças. As organizações de esquerda tinham sido praticamente dizimadas nos primeiros anos da década. Muito pouco ficara de pé. Meu grupo político, ambiciosamente chamado de partido, tinha sido desmantelado em 1971. Muita gente na cadeia, muita gente no exílio, muita gente desaparecida e muita gente numa semi-clandestinidade braba, engatinhando no escuro para tentar a “reconstrução”. Os sindicatos estavam silenciados por dentro e por fora. Outros movimentos sociais também. Mas ao longo da década assistimos a uma recomposição de todos esses movimentos e a uma redefinição daquilo que chamávamos de esquerda. Uma outra esquerda ia nascendo. Aos trancos e barrancos. E aos soluços.

A superfície da política -confrontos parlamentares, disputas eleitorais - mostrava inconsistências e instabilidades. Algumas gan-

gorras. Em 1972 houve uma eleição municipal que foi exibida pela ditadura como uma espécie de plebiscito que a legitimava. Afinal, a Arena, partido do governo, tinha conseguido cerca de 80% dos votos! Contudo, apenas dois anos depois, a gangorra mudava: o MDB, partido da oposição consentida, venceu “de lavada”, conseguindo 16 das 22 vagas de senadores em disputa.

Mas, fora dessa superfície, ou debaixo dela, aquela lenta recomposição ocorria. Às vezes ela se refletia timidamente na superfície, em apoios a candidatos “populares”, por exemplo. Mas, em geral, seguia uma linha de desenvolvimento própria, cinzenta, teimosa, a passos de formiga.

Dois vetores me parecem importantes para explicar essa evolução. É uma simplificação, baseada em pura memória de ativista, mas acho que ajuda a explicar as chamadas conjunturas difíceis e a encará-las com menos ansiedade, coisa de que estamos precisados.



## **Vetor 1: A vida material e a formação de comportamentos e hábitos mentais**

O primeiro vetor talvez se possa chamar de linha mestra da vida material. Também uma simplificação. E uma descrição limitada a grandes cidades, metrópoles, e a um segmento da vida material, o segmento do trabalho industrial, da classe operária em sentido muito estrito. Pura memória, como disse, muito marcada pela minha própria experiência.

A estória é a seguinte. Tomo como exemplo a indústria automobilista e a rede metalúrgica a ela vinculada. Pelo tamanho e pelo poder simbólico desse segmento, na época. E, mais ainda, seleciono o exemplo da região metropolitana de São Paulo. Esse recorte, porém, me parece inspirador (com alterações, claro) para outros cenários do país.

Nos anos 1970, esse setor produtivo era enorme, influente e diversificado, estratificado. Havia um punhado de montadoras, cinco ou seis. Empregavam uns 100 mil trabalhadores. Mas em torno delas orbitavam milhares de empresas e oficinas, englobando outras centenas de milhares de empregados. No meio da década, na grande São Paulo (Capital, Guarulhos, Osasco, ABC) devia haver uns 500 mil metalúrgicos, talvez mais. E isso criava um interessante calendário, quase um ritual de comportamentos e atenções.

Os trabalhadores do ABC tinham contratos de trabalho (acordos coletivos) que venciam em maio. Isto é, deviam ser negociados com a patronal (o famoso Grupo 14 da Fiesp) em maio. Assim, depois do carnaval começava uma espécie de rotina de pedagogia política. O sindicato formava uma “comissão salarial” eleita em assembleia. Ela era incumbida de pesquisar, entre trabalhadores, as expectativas - quais os reajustes, quais as demandas relativas a condições de trabalho. Era também uma ferramenta de agitação - chamar atenção para esses temas, dentro das fábricas - e de sondagem de disposições,

isto é, da disposição dos trabalhadores para um eventual confronto. Nos meses seguintes ocorreriam as assembleias para decisão sobre a pauta reivindicatória e sobre as contrapropostas patronais. Isso mobilizava, em diferentes níveis, mais de cem mil trabalhadores - e, claro, também atraía a atenção de suas famílias, vizinhos, etc. Hábitos, formas de pensar, escalas de valores, tudo isso girava em torno desse calendário. O que não era pouco.

Quando terminava o ciclo do ABC começava o movimento dos metalúrgicos da capital, com data limite em novembro. Com os mesmos rituais e efeitos, embora mais fragmentado, com muito mais empresas e um número maior de operários.

O segmento metalúrgico era uma referência para outras categorias - trabalhadores da indústria química, plástica, farmacêutica, marcenaria, têxtil, alimentícia, etc. A aprendizagem política dos metalúrgicos transbordava para outras categorias. Além disso, os movimentos dos metalúrgicos catalisavam apoios e estimulavam participação política em diferentes movimentos de bairros operários. Em torno de uma greve surgiam numerosos grupos de apoio. No primeiro de maio de 1980, p. ex., se organizou uma marcha de 130 mil pessoas em São Bernardo, no meio de uma greve em que a diretoria do sindicato e os dois níveis do comando de greve tinham sido detidos. A concentração desafiou a proibição da PM e marchou em direção ao estádio das assembleias, que estava ocupado pela polícia, e ali fez um ato político. Mais da metade daquelas 130 mil eram pessoas que vinham de diferentes cantos, de diferentes categorias e diferentes movimentos sociais. E esse é apenas um exemplo da “imantação” irradiada pelos movimentos desse segmento sindical, pela sua aprendizagem política.

Estou descrevendo, de modo rápido e impressionista, um cenário dos anos 1970. Antes da avalanche de “reengenharias” das empresas - com terceirizações, outsourcing e offshore. Antes, portanto, da fragmentação dessas macro-categorias em empresas e seg-

mentos bem menores, muitas vezes inclusive rebatizados como “trabalhadores de serviços auxiliares” e não mais como trabalhadores industriais. E essa transformação foi decisiva - sobretudo porque não devidamente percebida e enquadrada, organicamente, pelas direções sindicais, que viam escorrer suas bases. A mudança dessa “base material” - mesmo que fosse (não era) puramente organizacional, contábil - já era suficiente para desmanchar todo aquele ritual formador de comportamentos, idéias e identidades que descrevi mais acima. Nos anos 1980 isso ainda era pouco visível. Nos anos 1990 foi brutal. Uma escola de política tinha sido bem debilitada.

## **Vetor 2: o fator subjetivo**

Para um observador estrangeiro, maio de 1978 talvez mostrasse algo surpreendente. Para muitos de nós, nativos, também. Quase como um raio no céu azul, algumas emissoras de TV mostram cenas de um personagem quase maldito: a classe operária, ou, mais precisamente, o movimento operário. Lembro-me de ver, surpreso, as cenas de greves em indústrias da grande São Paulo. Ou de um conflito em eleições para o sindicato metalúrgico da cidade de Osasco (mais tarde, a cena se repetia no sindicato da categoria na capital). Não me surpreendi com os fatos - eu os conhecia bem de perto. A surpresa era chegar na telinha. Aparentemente, o movimento operário saía das catacumbas. Quase literalmente, porque vivíamos mesmo em catacumbas. Explico - ou tento explicar.

Simplificando muito a estória, a esquerda armada foi dizimada em 1971, com alguns focos restantes. A partir daí, um longo caminho de reconstrução foi iniciado. Não apenas de reconstrução, mas de redefinição. Na maior parte dos grupos, os militantes que ficaram no país e não tinham sido destruídos pela prisão, começou um giro para o “trabalho de massa”, em fábricas e bairros operários, sobretudo. Lentamente, também nos sindicatos, em que a vigilância policial era muito forte, marcação homem a homem. Essa reorienta-

ção, paciente, trabalhosa, teve um associado valioso, determinante. Desde o começo dos anos 1960 a igreja católica passava por uma transformação, um giro para os segmentos populares, para os pobres. Na América Latina isso ganhou impulso simbólico com o encontro episcopal de Medelin (1968), que certo modo consagra a chamada igreja popular e a opção preferencial pelos pobres. Na cidade de São Paulo e nas cidades operárias periféricas, dezenas de padres progressistas começavam a fomentar a organização popular. Não apenas os padres operários, aqueles que se integravam nas fábricas, mas aqueles que dirigiam paróquias e capelas nos bairros periféricos. Era algo essencial, não apenas pela logística - locais, aparelhos de impressão (mimeógrafos) - mas pelo envolvimento da comunidade com valores e idéias baseadas em um sentimento genérico de solidariedade dos de baixo, de valores coletivistas. Essa rede dos nossos “padrescos” foi decisiva para a formação de ativistas e militantes, para a disseminação desses movimentos como algo legítimo, “natural” e não como atividade criminosa, carimbo que a ditadura tentou fixar na gente. Várias vezes, nós dirigíamos a palavra à comunidade para falar de uma campanha salarial, uma greve, uma eleição sindical. Inclusive em missas, naquele momento em que se lia e explicava uma passagem do Evangelho. A reflexão sobre a vida de Jesus era substituída pela reflexão sobre os outros “filhos de Deus”, os perseguidos e explorados do dia. Nunca será possível exagerar a importância desse componente - em que se soldou a cooperação entre cristãos e comunistas - na reconstrução do movimento operário e popular. E na modelagem da nova esquerda.

É relevante indicar esse vetor até para destacar o que aconteceu quando ele deixou de existir ou perdeu força, no final da década. Em 1979, um papa militantemente reacionário começou a obra de desconstrução dessa igreja progressista. A ferro e a fogo. A sementeira de idéias, sentimentos e valores (e de militantes) era atacada em sua raiz. Como a natureza detesta o vácuo, o espaço

foi ocupado por outros atores, agora não mais movidos pela teologia da libertação, mas pela chamada teologia da prosperidade, a versão supostamente religiosa de uma ideologia capitalista extremada, ultra-individualista e ultra conservadora.

Se nós caminhássemos pelos bairros populares, durante os anos 1970, encontraríamos em todos eles uma paróquia ou uma capela - o que para nós, militantes, era um ponto de referência. Quase nenhuma igreja protestante, porque as igrejas protestantes eram, naquele momento, as tradicionais igrejas reformadas - metodistas, presbiterianos, anglicanos, etc. - e estavam sediadas, em geral, em bairros centrais ou de classe média. Hoje, nesses mesmos bairros, para uma igreja ou paróquia católica encontramos uma dezena de locais de culto neopentecostais, pregando a teoria de "Deus é seu sócio". Para piorar o quadro, as igrejas do lucro foram à TV. Uma outra escola de política tinha sido debilitada. Uma outra, bem diferente, fora erguida.

A classe trabalhadora estava mudando rapidamente, o ambiente em que se encontrava e formava seus sentimentos e juízos também. Estas reflexões não devem estimular a idéia vã de reconstruir os mesmos castelos e trilhar os mesmos caminhos. Devem ser estímulo para pensar os equivalentes funcionais dessas trincheiras que perdemos. Ferramentas novas, em situações novas, para enfrentar problemas quem sabe semelhantes. Aquelas formas de organização e mobilização respondiam a necessidades prementes. Eram um pouco de modo espontâneo e um pouco refletidas, planejadas. Revisitá-las ajuda a apreender com esse passado e pensar o futuro aumentando a dose de construção deliberada, de construção consciente. Apostar na pura espontaneidade não é apenas arriscado, é irresponsável. Essa memória deve servir para gerar algo mais do que nostalgia, que é, afinal, inevitável para aqueles que passaram 20 anos esperando o alvorecer e agora enfrentam uma outra noite de ignorada duração. Para aqueles que virão, como dizia o poeta, pensem em nós e em nossos erros com alguma compreensão.





# OS DONOS DA MÍDIA E SUAS RAMIFICAÇÕES



**A FUSÃO DA MÍDIA  
COM O ESTADO  
E A MANIPULAÇÃO  
DAS CONSCIÊNCIAS**

# Neoliberalismo, Mídia e Democracia\*

• VENÍCIO A. DE LIMA - Professor Titular de Ciência Política e Comunicação da UnB (aposentado) e Pesquisador Sênior do CERBRAS-UFMG. O A. agradece aos seus confrades do “Sababerto” pelas discussões sobre neoliberalismo e a Aldo João de Souza, Ana Paola Amorim e Juarez Guimarães pelos comentários e sugestões.

**A** pesar de consagrar assimetrias legais exclusivas em relação a outros serviços públicos, sobretudo no que se refere à renovação, ao cancelamento e aos prazos de concessões de emissoras de rádio e televisão outorgados pelo Estado para exploração privada (parágrafos 2º, 4º e 5º do artigo 223), a Constituição Federal de 1988 constitui um marco de referência na legislação da radiodifusão no país. Como resultado de anos de luta de setores da academia e da sociedade civil organizada<sup>1</sup>, nela foram inscritas normas e princípios que teriam sido capazes de alterar substantivamente a estrutura concentrada e oligopolizada da radiodifusão brasileira no rumo de sua democratização.

A realidade, todavia, revela que praticamente nada se avançou no que se refere às condições de funcionamento e estruturação do mercado de radiodifusão, desde a sua promulgação - vale dizer, nos últimos 28 anos<sup>2</sup>.

A inoperância do Congresso Nacional na regulamentação das normas e princípios referentes à comunicação social consagradas na Constituição Federal de 1988 já foi objeto

1 No que se refere à atuação de setores da academia ainda na década de 1970, em pleno regime autoritário, cf. Dias (2013). Quanto à sociedade civil, vale lembrar a Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação criada, dentre outros, pela FENAJ, ABI, FAMERJ, ABEPEC e CEC, em julho de 1984.

2 Embora possam ser considerados “avanços” a Lei 12.485/2011 (Lei da TV paga), a Lei 12.527/2011 (Lei de acesso à informação); a Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet); e a Lei 13.188/2015 (Direito de resposta), nenhuma delas, todavia, altera a estrutura de funcionamento do mercado de radiodifusão.

de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade por Omissão [ADOs n.º 10 e 11] que, por sua vez, aguardam decisão do Supremo Tribunal Federal desde 2010.

Vale registrar, em particular, a não regulamentação de dois dispositivos constitucionais: (a) o Parágrafo 5º do artigo 220 e (b) o “Princípio da complementaridade” inserido no *caput* do artigo 223.

(a) O artigo 220 garante a livre manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação mas, dentre outras condições, destaca em seu Parágrafo 5º: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”.

A não regulamentação deste parágrafo e a consequente ausência de qualquer restrição à propriedade cruzada tem permitido a histórica concentração do controle da comunicação social nas mãos de uns poucos oligopólios empresariais<sup>3</sup>.

3 O poder dos monopólios é uma das contradições neoliberais. Harvey (p. 77) comenta que “a competição costuma resultar no monopólio ou no oligopólio à medida que empresas mais fortes vão expulsando do mercado empresas mais fracas. A maioria dos teóricos neoliberais considera que não há nisso nenhum problema (dizem que deveria maximizar a eficiência), desde que não haja barreiras que impeçam o ingresso de competidores (condição de modo geral de difícil realização e que o Estado tem por conseguinte que alimentar).”

No campo da comunicação há autores que defendem a “propriedade cruzada” - passo inicial para constituição de oligopólios e/ou monopólios - em nome da preservação do “jornalismo investigativo”. Sorj (p. 10), por exemplo afirma: “Uma linha de defesa a favor de permitir certo nível de

(b) Por outro lado, o caput do artigo 223, determina que as outorgas e renovações de concessões para o serviço [público] de radiodifusão devem observar “o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”<sup>4</sup>.

A não regulamentação deste princípio, combinada com a não regulamentação do Parágrafo 5º do artigo 220, tem permitido não só a manutenção do flagrante desequilíbrio entre os sistemas de comunicação social com a dominância desmesurada do sistema privado, como tem também impedido o consolidação de um sistema público autônomo e independente que, a exemplo do que ocorre em países como o Reino Unido, a Alemanha, a França e os Estados Unidos, ofereça uma alternativa aos sistemas privado e estatal e, acima de tudo, contribua para construir a pluralidade e a diversidade necessárias à formação de uma opinião democrática.

Diante desses fatos, permanece a questão sobre quais seriam as razões que, historicamente, tem impedido a regulamentação dos dispositivos referentes à comunicação social da Constituição Federal de 1988 e a consequente ausência de avanço na democratização da comunicação entre nós.

## 1. Por que não se avança em relação à democratização da comunicação?<sup>5</sup>

Ao longo dos anos, aqueles que defendem a democratização da comunicação têm sustentado sua posição em torno da necessidade da universalização da liberdade de expressão, do direito à comunicação no sentido de ter voz, isto é, de ouvir e ser ouvido, de acesso igua-

*control transversal de vários medios (periódicos, televisión y/o sistemas de comunicación) por la misma empresa, es que las ganancias de um sector posibilitan el financiamiento del sector periodístico. Creemos que es um argumento valido, mantenidas las proporciones debidas”.*

Para uma discussão sobre a situação no Brasil cf. Lima e Araújo (2015).

<sup>4</sup> Sobre o princípio da complementaridade ver Lima (2015a).

<sup>5</sup> Em 2013 escrevi um longo e detalhado texto respondendo a essa pergunta a pedido de Emir Sader. Naquela época, no entanto, não tinha a real dimensão do obstáculo neoliberal. Cf. Lima (2013).

litário e participação no debate público, de formação de uma opinião pública democrática. Esses argumentos expressam uma visão republicana de democracia apoiada na soberania e na participação populares (vida activa) e no autogoverno<sup>6</sup>.

O pressuposto, explícito ou implícito, desta defesa tem sido de que os atores envolvidos no debate - os concessionários privados de rádio e televisão, os proprietários de jornais e revistas, das teles, das empresas da internet e mesmo o Poder Executivo, o Parlamento e o Judiciário - seriam, portanto, sensíveis ao argumento pela democratização da comunicação porque compartilham os mesmos valores, vale dizer, todos teriam compromisso com uma visão republicana de democracia.

Estaria esse pressuposto equivocado?

**1.1 Mantendo a Constituição Federal de 1988 como referência, tanto em relação às suas normas e princípios como em relação à data de sua elaboração e promulgação, vale lembrar que ela foi chamada de “Constituição cidadã” por Ulisses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Promover a democracia participativa, a soberania popular e a descentralização político-administrativa, através da criação de conselhos representativos da sociedade com a função de propor a formulação, acompanhar a execução e avaliar políticas públicas para setores como saúde, educação, assistência social, entre outros é uma de suas principais conquistas.**

Na verdade, é possível afirmar que a “Constituição Cidadã” foi elaborada e nasceu como “um ponto fora da curva” no contexto do que acontecia no mundo - e, inclusive, no Brasil - a partir do início dos anos 80 do século passado: a grande virada neoliberal<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Para uma perspectiva histórica das diferentes matrizes do republicanismo democrático cf. Bignotto (2013).

<sup>7</sup> Houve uma intensa disputa no processo constituinte de 1987/88 em torno da natureza “cidadã” da Constituição Federal de 1988. Essa disputa foi ainda maior no que se refere às normas e princípios relativos à comunicação social. Tanto assim que a única comissão temática que não conseguiu aprovar um relatório final foi exatamente aquela da qual constava esse tema. Cf. Lima (2015b). Vale ainda registrar que o PSDB - que se tornaria um dos partidos líderes do pro-

## 1.2 Quais são algumas das principais características da virada neoliberal e qual é a sua relação com a democracia?<sup>8</sup>

Uma primeira e importante característica do neoliberalismo, como recentemente afirmou o jornalista e autor britânico George Monbiot (15/4/2016) é seu anonimato. Afirma ele:

*A ideologia que domina nossas vidas não tem nome, para a maioria das pessoas. Mencione-o numa conversa e você verá que seu interlocutor dá de ombros. Mesmo que tenha ouvido o termo antes, encontrará dificuldade para defini-lo. Neoliberalismo: você sabe o que é isso? O anonimato é tanto sintoma quanto causa de seu poder<sup>9</sup>.*

Na verdade, para além de constituir “um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (Harvey, p. 27), o neoliberalismo é “o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade”. O neoliberalismo constitui “uma nova razão do mundo” (Dardot e Laval, p. 34).

Na sua caracterização do neoliberalismo Dardot e Laval lembram, mas vão além, do “imenso cosmos social” que, no início do século passado, Max Weber (p. 181) identificou como caracterizando a “moderna ordem econômica” capitalista que aprisionava os indivíduos numa “gaiola de ferro” na famosa passagem de “*A Ética Protestante e o espírito do capitalismo*”:

*O puritano quis trabalhar como uma vocação; todos nós fomos forçados a fazer o mesmo. Pois quando o ascetismo foi levado para fora das celas monásticas e introduzido na vida quotidiana e começou a dominar a moralidade laica, desempenhou seu papel na*

*construção do imenso cosmo da moderna ordem econômica. Esta ordem está hoje ligada às condições técnica e econômica da produção pelas máquinas, que determina a Vida de todos indivíduos nascidos sob este regime com força irresistível, não apenas os envolvidos diretamente com a aquisição econômica. E talvez assim a determine até que seja queimada a última tonelada de carvão fóssil. Na visão de Richard Baxter (Calvinista inglês, 1615-1691), o cuidado para com os bens materiais deveria repousar sobre os “ombros [do santo] como um leve manto, que pode ser atirado de lado a qualquer momento” Mas o destino quis que o manto se tornasse uma gaiola de ferro.*

Hoje, todavia, como diriam Dardot e Laval, cada indivíduo é obrigado a construir sua própria “gaiola de ferro”.

Para se chegar a essa “nova razão do mundo” a grande virada neoliberal foi acompanhada de uma estratégia deliberada de educação e formação da opinião pública. “Pais fundadores” como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman chamaram a atenção para a importância fundamental da “batalha das ideias” na educação formal (sobretudo no ensino de economia no nível médio e nas universidades) e na difusão da vulgata neoliberal através dos meios de comunicação.

Faz parte dessa estratégia a criação, em todo o mundo, de *think tanks* para promover e defender o neoliberalismo, financiados por poderosos grupos empresariais. Aliás, esse tem sido o principal objetivo deles, como afirma Moraes (pp. 232-233):

*Os think tanks (...) existem para modelar as condições de possibilidade e de visibilidade das políticas. Para construir, nas mentes e nos corações dos indivíduos, aquilo que devem considerar crível e factível. Em suma, think tanks não se limitam a modular as políticas. Tentam é modelar o ambiente geral da política, a agenda. O que pretendem, podemos dizer, é definir o quadro em que se formam as percepções da realidade, de modo a induzir as “escolhas” e “preferências”. Daí*

jeito neoliberal brasileiro - foi fundado durante o processo constituinte, em junho de 1988.

<sup>8</sup> No interesse do argumento que desenvolvo, oferecerei uma resposta reconhecidamente parcial à questão proposta. No correr do texto, todavia, remeterei a referências que poderão complementar as características abordadas.

<sup>9</sup> As traduções de textos citados em sua versão original na língua inglesa foram feitos livremente pelo Autor.



a relevância, para essas organizações, da indústria da mídia e do entretenimento.

No Brasil, levantamento feito pela Universidade da Pensilvânia, apontava a existência de 82 *think tanks* em 2014, número apenas inferior ao da Argentina que registrava 137. E entre os 50 mais importantes da América do Sul e Central, 7 eram *think tanks* brasileiros (cf. Rocha, p. 261)

Essa estratégia deliberada de educação e formação da opinião pública acabou por provocar “uma reviravolta na crítica social”. Como lembram Dardot e Laval (p. 209 e 206):

*Até os anos 70, desemprego, desigualdades sociais, inflação e alienação eram patologias sociais atribuídas ao capitalismo; a partir dos anos 90, os mesmos males foram sistematicamente atribuídos ao estado. O capitalismo deixou de ser o problema e se tornou a solução universal”. (...) “Essa imensa onda (...) fabricou um sentimento, se não da população, ao menos das elites que tinham o monopólio da palavra pública, e permitiu que aqueles que ainda ousavam opor-se fossem estigmatizados como arcaicos” [negrito nosso].*

Uma expressão inquestionável dessa “nova razão do mundo” é o vocabulário da vulgata neoliberal centrado na lógica do mercado, da competição e da empresa que, nos últimos anos, foi sendo sistematicamente introduzido no nosso cotidiano: *investimento afetivo, relação custo-benefício, janelas de oportunidade, fidelizar, flexibilizar, empoderar, oportunizar, disponibilizar, agregar valor, sinergia, reengenharia, gestão eficaz, empreendedorismo, volatilidade, fluidez*, etc. etc. além de toda a nova linguagem da administração pública transformada em gestão empresarial e de todos os insuportáveis gerúndios do telemarketing.

Mas a característica fundamental do neoliberalismo é sua desconstrução clandestina do *demos* (W. Brown). A substituição da cidadania definida como preocupação com o bem público, por uma cidadania que reduz o cidadão ao *homo economicus*, elimina a ideia de povo, de um *demos* que afirma sua sobe-

rania política coletiva. Prevalece a lógica do mercado, da competição e da empresa e desaparece o *homo politicus*.

No seu *Undoing the Demos, Neoliberalism stealth’s revolution*, Wendy Brown, afirma:

*Quando o próprio campo da política é “pensado” em termos econômicos, desaparecem os fundamentos para uma cidadania vinculada à coisa pública e ao bem comum. O problema, afirma ela, não é só que bens públicos não são mais financiados e objetivos comuns são desvalorizados pela razão neoliberal - embora isso aconteça - mas que a cidadania ela mesma perde sua força política e seu espaço público.*

*Na medida em que o neoliberalismo conduz uma guerra contra os bens públicos e contra a própria ideia de público, incluindo a cidadania para além de mera afiliação, ele encolhe/reduz dramaticamente a vida pública sem, no entanto, matar a política. Disputas continuam em torno do poder, dos valores hegemônicos, dos recursos e de rumos futuros (...) Mas o neoliberalismo gera uma política sem instituições democráticas que garantiriam um público democrático e tudo que esse público representa no que tem de melhor: paixão informada, deliberação respeitosa, soberania e resistência a poderes que o anulariam ou minariam.*

A desconfiança em relação ao poder do *demos* já se manifesta de forma clara no famoso relatório da Comissão Trilateral de 1975<sup>10</sup> que se queixava do excesso de democracia e diagnosticava que ela só pode funcionar com um certo grau de apatia e não participação da parte de certos indivíduos e grupos (Dardot e Laval, p. 194).

A partir daí instala-se o processo que Wendy Brown chama de des-democratização: a inutilização prática das categorias fundadoras da democracia liberal. Dardot e Laval (pp. 389/390) afirmam:

<sup>10</sup> A Comissão Trilateral foi fundada por David Rockefeller em 1973 e reúne membros selecionados da elite política e econômica mundial oriundos dos EUA, da Europa e do Japão, daí seu nome.



*A governamentabilidade<sup>11</sup> neoliberal não é democrática na forma e antidemocrática nos fatos: ela simplesmente não é mais democrática, nem mesmo no sentido formal, mas nem por isso identifica-se com um exercício ditatorial ou autoritário do poder. Ela é a-democrática.*

A tristemente conhecida observação de Friedrich Hayek, feita em entrevista ao jornal *El Mercurio* do Chile, em 1981, em plena ditadura de Pinochet, transformou-se em emblema do desprezo neoliberal pela democracia:

*É possível para um ditador governar de forma liberal. É também possível para uma democracia governar sem liberalismo nenhum. Prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo<sup>12</sup>.*

Paralelamente à desconstrução do *demos* e a desconfiança para com a democracia, o neoliberalismo ainda promove uma “desmoralização dos indivíduos” através de um permanente processo de “responsabilização” que atribui a cada um as razões de seu próprio fracasso. Autores como Gary Becker e George Gilder forneceram as justificativas teóricas para governantes como Margaret Thatcher que “*explorou largamente o script da culpa individual desenvolvendo a ideia de que a sociedade não deveria nunca mais ser considerada responsável pela sorte dos indivíduos*” (Dardot e Laval, p. 220). Esse processo perverso, combinado com correntes religiosas populares nos nossos dias, deu origem ao que tem sido nomeado de “teologia da culpa” poderoso instrumento de construção da fábrica de consentimento neoliberal<sup>13</sup>.

## 2. Qual a relação da mídia com o projeto neoliberal?

<sup>11</sup> Para Wendy Brown, a governamentabilidade neoliberal - um conceito introduzido por Michel Foucault - inclui “o conjunto de técnicas de governo que ultrapassam a estrita ação do Estado e orquestram a forma como os sujeitos se conduzem por si mesmos”. Citada em Dardot e Laval, p. 378.

<sup>12</sup> Citado em Dardot e Laval, p. 184, nota de rodapé nº 101  
<sup>13</sup> O teólogo coreano/brasileiro Jung Mo Sung tem estudado as relações entre neoliberalismo e religião inclusive a “teologia da culpa”. Cf. Carlotti (5/7/2016).

Estariam os atores em posição determinante de poder para promover a democratização da comunicação no Brasil comprometidos com os princípios e as práticas neoliberais e, portanto, descompromissados com uma visão republicana de democracia apoiada na soberania e na participação populares (vida activa) e no autogoverno?

Ou, dito de outra forma, teria sido um equívoco a estratégia de tomar como referência uma visão republicana de democracia como se ela fosse compartilhada pelos atores em posição de decidir sobre a democratização da comunicação?

Antes mesmo da virada neoliberal, o sistema privado de mídia no Brasil, salvo raras exceções, construiu uma história de descompromisso com a democracia como, aliás, sempre foi a própria tradição liberal no nosso país<sup>14</sup>. São inúmeros e bem documentados os exemplos, desde a queda de Getúlio Vargas em 1954, passando pelo golpe civil-militar de 1964 até o “golpe parlamentar” dos dias de hoje<sup>15</sup>.

Em 2011, em Prefácio que escreveu para o meu *Regulação das Comunicações - história, poder e direitos*, o jornalista e professor Bernardo Kucinski (p. 12) já vinculava a mídia brasileira ao projeto e à vulgata neoliberal:

*No Brasil, os três grandes jornais de referência nacional - Estadão, Folha de S. Paulo e O Globo, e mais alguns importantes diários regionais como o Correio Braziliense e o Zero Hora, de Porto Alegre, e ainda a revista Veja e os canais de televisão e rádio do grupo Globo - formam hoje um compacto político-ideológico em defesa dos fundamentos do modelo econômico chamado neoliberal: privatizações, terceirizações, flexibilização das leis trabalhistas e desregulação do movimento de capitais. Também combatem em uníssono as principais políticas públicas do governo, como o Bolsa Família, o Plano Nacional de Direitos Humanos, as cotas nas*

<sup>14</sup> Cf., por exemplo, Costa (2008).

<sup>15</sup> Cf., dentre outros, José (2015), Carvalho (2014), Fonseca (2005), Fonseca (2011) e Souza (2016).

*universidades e a política externa. Tornaram-se assim substitutos de um grande partido político conservador e protagonistas centrais na cena político-eleitoral.*

Na verdade, nas últimas décadas, o sistema privado de mídia - no Brasil e no mundo - tem se constituído em elemento fundamental do projeto neoliberal, dentre outras muitas formas, colaborando de maneira decisiva - com seus intelectuais midiáticos e jornalistas convertidos - na “reviravolta da crítica social”, ajudando a naturalizar o vocabulário da vulgata neoliberal que cimenta a construção hegemônica, torna invisível e dá sustentação a essa “nova razão do mundo”.

### 3. É possível democratizar a comunicação no neoliberalismo?

Para além da regulamentação das normas e princípios da Constituição Federal de 1988, existirá alguma perspectiva de democratização da comunicação dentro da “nova razão do mundo” neoliberal?

O desafio representado por esta questão deverá ser enfrentado levando-se em conta, pelo menos, os quatro pontos a seguir:

Primeiro, comunicação e democracia (ou mídia e política) mútua e geneticamente se constituem. Não se pode tratar de uma sem se considerar a outra. Em Prefácio escrito com Juarez Guimarães, em 2013 (Lima e Guimarães, orgs. p. 10), afirmamos:

*Política e comunicação são dimensões que não podem ser analiticamente isoladas sem se perder a compreensão do próprio objeto que se investiga. É insuficiente pensar a política e a comunicação através de uma interdisciplinaridade que contém zonas de confluência. Trata-se, na verdade, de uma relação que se organiza na ordem dos fundamentos. Desta forma, não se trata de discutir as relações entre política e comunicação, mas, ao contrário, de enfrentar o desafio de constituir um campo de estudo no qual política e comunicação mútua e geneticamente se*

*constituem em seus conceitos fundamentais*<sup>16</sup>.

Segundo, além das experiências neoliberais terem sido construídas dentro de distintos contextos com suas próprias contradições, no Brasil, circunstâncias históricas favoreceram a consolidação de um sistema privado de comunicação social como ator político muito mais poderoso do que em outras sociedades nominalmente democráticas.

A destruição da experiência de implantação do projeto de comunicação pública da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que vem sendo levada a cabo pelo atual governo, é um dos exemplos mais eloquentes dessa distorção histórica<sup>17</sup>.

Terceiro, embora dentro de uma nova inflexão, há de se retomar as preocupações weberianas com as relações entre religião e capitalismo. No quadro das muitas contradições do conservadorismo religioso de direita é necessário investigar o papel da “teologia da culpa” (e do seu corolário, a “teologia da prosperidade”) na consolidação do projeto neoliberal no Brasil, sobretudo nas últimas décadas.

Quarto, não existirá comunicação democratizada no Brasil se não se regular a competição no mercado de mídia - livre de monopólios e oligopólios - e se não houver equilíbrio entre os sistemas privado, público e estatal. Isso só se dará com o enfrentamento do projeto neoliberal e na busca da construção de uma alternativa a ele.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, Wendy. *Undoing the Demos, Neoliberalism's stealth's revolution*; New York, Zone Books; 2016.

BIGNOTTO, Newton (org.). *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte, Editora UFMG; 2013.

CARLOTTI, Tatiana. “O ‘Deus Mercado’ e a religião capitalista, segundo Jung Mo Sung”, in Carta Maior, 5/7/2016. Disponível em <http://>

<sup>16</sup> Há pequenas alterações de texto nesta citação comparada com a versão original.

<sup>17</sup> Cf. a Medida Provisória 744 de 1º de setembro de 2016 que elimina o Conselho Curador e, portanto, extingue o caráter público da EBC.

[cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Deus-Mercado-e-a-religiao-capitalista-segundo-Jung-Mo-Sung/4/36390](http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Deus-Mercado-e-a-religiao-capitalista-segundo-Jung-Mo-Sung/4/36390) (acesso em agosto de 2016).

CARVALHO, Aloysio C. de. “Imprensa e Opinião Pública no Brasil: uma retrospectiva histórica” in LIMA, Venício A. de, GUIMARÃES, J., AMORIM, A. P. (orgs.). *Em Defesa de uma Opinião Pública Democrática - Conceitos, entraves e desafios*; São Paulo, Paulus; 2014.

COSTA, Emília Viotti da. “Liberalismo: Teoria e Prática”, in idem, *Da Monarquia à República - Momentos Decisivos*; São Paulo, Editora UNESP; 8ª. ed., 2008.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo, Boitempo. 2016.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. *UnB e Comunicação nos anos 1970*; Brasília, Editora UnB; 2013.

FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado - A grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*; São Paulo, Hucitec, 2005.

FONSECA, Francisco. *Liberalismo Autoritário - Discurso Liberal e Práxis Autoritária na Imprensa Brasileira*; São Paulo, Hucitec, 2011.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo - História e Implicações*; São Paulo, Loyola; 5a. edição, 2014 (original, 2005).

JOSÉ, Emiliano. *Intervenção da Imprensa na Política Brasileira; 1954-2014*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

KUCINSKI, Bernardo. Prefácio: “O poder da imprensa e os abusos do poder” in LIMA, Venício A. de, *Regulação das Comunicações - história, poder e direitos*; São Paulo, Paulus. 2014.

LIMA, Venício A. de. “Por que não se avança nas comunicações?” in SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro, Boitempo/FLACSO; 2013.

LIMA, Venício A. de. “O princípio da complementaridade” in idem. *Cultura do Silêncio e Democracia no Brasil - Ensaio em defesa da liberdade de expressão (1980-2015)*. Brasília, Editora UnB; 2015a.

LIMA, Venício A. de. “A comunicação na Constituinte de 1987/1988” in idem. *Cultura*

*do Silêncio e Democracia no Brasil - Ensaio em defesa da liberdade de expressão (1980-2015)*. Brasília, Editora UnB; 2015b.

LIMA, Venício A. de e ARAÚJO, Bráulio S. R. de. “Monopólio ou Oligopólio? Contribuição ao debate” in LIMA, Venício A. de. *Cultura do Silêncio e Democracia no Brasil - Ensaio em defesa da liberdade de expressão (1980-2015)*. Brasília, Editora UnB; 2015.

MONBIOT, George. “Neoliberalism - the ideology at the root of all our problems” in *The Guardian*. 15/4/2016. Disponível em <https://www.theguardian.com/books/2016/apr/15/neoliberalism-ideology-problem-george-monbiot> (acesso em agosto de 2016).

MORAES, Reginaldo C. “A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução” in VELASCO e CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André e CODAS, Gustavo (orgs.). *Direita, Volver - O Retorno da Direita e o Ciclo Político Brasileiro*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo; 2015.

ROCHA, Camila. “Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina”, in VELASCO e CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André e CODAS, Gustavo (orgs.). *Direita, Volver - O Retorno da Direita e o Ciclo Político Brasileiro*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo; 2015.

SORJ, Bernardo. *Medios de Comunicación y democracia: Más Allá de la Confrontación entre Gobiernos y Empresas*. Plataforma Democrática/Konrad Adenauer Stiftung; Working Paper nº 1, Julio de 2011.

SOUZA, Jessé. *A Radiografia do Golpe - Entenda como e porque você foi enganado*; São Paulo, Editora Leya, 2016.

WEBER, Max. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. New York, Scribners. 1958.

\* Uma primeira versão deste texto serviu de roteiro para a apresentação feita na Mesa Redonda “Diálogos para o desenvolvimento: mídia e democracia” realizada no 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Belo Horizonte, MG, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016.

# O USO DA INTERNET NA RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 2016



**A FUSÃO DA MÍDIA  
COM O ESTADO  
E A MANIPULAÇÃO  
DAS CONSCIÊNCIAS**



# O golpe da mídia e a luta pela democratização da comunicação

• RENATA MIELLI - Publicado originalmente em 1.9.2016, em <http://renatamielli.blogspot.com.br/>

**A**doutrinação diária dos meios de comunicação hegemônicos no Brasil, realizada sistematicamente nos últimos 13 anos, reuniu alguns elementos que levaram à consumação do golpe deste dia 31 de agosto. O aprofundamento da criminalização dos movimentos sociais, as denúncias seletivas de corrupção contra o PT e suas lideranças, e a criação de uma nova ameaça comunista na América Latina, representada pelos governos bolivarianos e pelo Foro de São Paulo, resultaram numa mistura explosiva que cindiu a sociedade e fez emergir dos subterrâneos as piores manifestações do fascismo que estavam adormecidas no país.

Não, não há equívoco no substantivo utilizado para abrir este artigo. Doutrinação. A mídia hegemônica há muitos anos deixou de praticar jornalismo, de perseguir o objetivo de levar às pessoas informações isentas sobre acontecimentos relevantes. Ignorar isso é deixar de perceber a centralidade dos meios de comunicação no golpe. A mídia é o golpe. Sem ela o golpe não teria se consumado.

Isso não significa, claro, que ela deu o golpe sozinha. Não. Contou com o parlamento vendido para os interesses privados que financiam as campanhas eleitorais e com o Poder Judiciário que foi alimentado e alimentou as notícias que gestaram o golpe. Sem a mídia, o Parlamento e o Poder Judiciário provavelmente não teriam conseguido derrubar Dilma.

Este processo histórico só reforça a indispensabilidade da luta pela democratização dos meios de comunicação. É preciso enfrentar o desafio de ampliar a diversidade e a pluralidade da mídia de massas no Brasil, apesar

do cenário totalmente adverso. Encontrar brechas e buscar apoios internacionais para impedir ataques à liberdade de expressão e, quem sabe, conquistar pequenos avanços, mesmo no Brasil pós-golpe. Isso não significa ter ilusões de que podemos ter no curto prazo mudanças estruturais - já não as conquistamos nos últimos 13 anos - mas sim reconhecer que não se pode abandonar esta agenda e esperar o golpe passar.

Até porque o golpe está em curso, não se concluiu. Ele começou com os ataques sem trégua ao governo, passou pelo processo de impeachment e continua, agora, com a agenda regressiva que visa retirar direitos sociais e trabalhistas, vender o patrimônio



Os desafios do novo governo

## Temer terá trégua breve para fazer reformas urgentes

- ↳ 5 pedras no caminho do presidente
- ↳ Como fica a Lava Jato no novo governo

público, acabar com o protagonismo soberano do país nas relações internacionais e submeter, mais uma vez, a nação aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos.

Em 01 de setembro um novo ciclo se abre com o golpe. Nele, não duvidem, vamos ver um comportamento inverso da mídia. Potencializar pautas positivas para o governo e esconder as negativas. Também vamos vivenciar o aumento da repressão policial, a perseguição política



e ideológica e o cerceamento à liberdade de expressão, que já davam as caras desde 14 de maio de 2016, quando Michel Temer assumiu interinamente a presidência.

Por isso, defender a comunicação pública, denunciar os ataques à liberdade de expressão, criar uma ampla campanha para garantir a sustentabilidade da mídia alternativa, impedir retrocessos de direitos conquistados no Marco Civil da Internet, denunciar o vigilantismo na rede, estreitar a agenda da democratização da comunicação com a pauta dos movimentos culturais, denunciar as violações de direitos humanos na mídia, e ampliar o debate sobre estes temas com a sociedade são iniciativas que precisam ser vistas como parte da luta contra o próprio golpe.

### **Se não dá pelas urnas, vamos de golpe**

Apesar da campanha midiática em torno do mensalão, Lula ganhou as eleições em 2006. Em 2010, a prisão de integrantes do governo de Lula e a aliança da mídia com o judiciário para amplificar a repercussão do julgamento da Ação Penal 470 não foram suficientes para impedir a eleição de Dilma Rousseff. Em 2014, a crise em torno da Petrobras e o início da Operação Lava Jato também não garantiram a derrota de Dilma.

O povo deu quatro vitórias eleitorais sucessivas ao PT. O que explica isso? Três fatores foram decisivos para garantir as eleições de Lula e Dilma: as políticas públicas de transferência de renda, geração de emprego e inclusão social que tiraram 40 milhões de brasileiros da miséria; bons resultados da economia nacional; e a ação da mídia alternativa e das redes sociais na construção de uma outra narrativa dos acontecimentos.

A complexidade que os tempos de novas tecnologias da informação trazem para a política são enormes. A começar pela constatação de que o poder da mídia não é absoluto, mas ainda é muito grande e capaz de influenciar cultural, social e politicamente a sociedade.

Ao longo dos últimos anos, surgiram dezenas, centenas de blogs, sites e veículos de comunicação contra-hegemônicos que desmascararam

farsas, que denunciaram a manipulação da mídia, que realizaram uma verdadeira guerrilha informativa para disputar a narrativa dos acontecimentos em curso no país.

Assim, ao perder a quarta eleição consecutiva, a elite conservadora percebeu que investir em mais quatro anos de campanha oportunista sistemática poderia ser muito arriscado. Principalmente depois do fracasso da iniciativa de selar a vitória de Aécio, no dia 23 de outubro de 2014, quando a revista *Veja* publicou antecipadamente sua edição dominical com a capa que trazia Lula e Dilma e a manchete: Eles sabiam de tudo.

Usada como panfleto para tentar garantir a vitória de Aécio Neves numa disputa bastante apertada, a capa da *Veja* chegou a ser impressa separadamente do miolo e encartada em jornais. Depois de três derrotas eleitorais consecutivas, a elite econômica e política do país (e seus aliados internacionais) estavam certos que voltariam à conduzir o Brasil.

Se surpreenderam ao ver que não. Na verdade amargaram a quarta derrota seguida.

### **As estratégias de propaganda da mídia**

A mídia brasileira é porta-voz dos interesses da elite econômica e política do país desde sempre. Ela nasceu desta elite, é parte dela. Imaginar que estes veículos (*Globo*, *Bandeirantes*, *SBT*, *Folha de S.Paulo*, *Estadão*, *Veja*, *Isto É & Cia*) olhariam desinteressados, melhor dizendo, noticiariam de forma desinteressada a mudança no governo e na orientação política do país é de uma ingenuidade inominável. Infelizmente, essa ingenuidade foi hegemônica nos governos de Lula e Dilma. Acreditaram, ou quiserem crer, que seria possível implementar um novo projeto político de desenvolvimento nacional, de relações internacionais baseadas na soberania e na integração, de inclusão social e promoção de direitos em aliança com a mídia. Deu no que deu.

Para desconstruir o governo e a esquerda, os meios de comunicação seguiram um roteiro que se encaixa perfeitamente nos princípios da propaganda política criada por Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Adolf Hitler: Sim-

plifique não diversifique, escolha um inimigo por vez. Ignore o que os outros fazem concentre-se em um até acabar com ele; Divulgue a capacidade de contágio que este inimigo tem; Transladar todos os males sociais a este inimigo; Exagerar as más notícias até desfigurá-las transformando um delito em mil delitos criando assim um clima de profunda insegurança e temor; Transformar tudo numa coisa torpe e de má índole. As ações do inimigo são vulgares, ordinárias, fáceis de descobrir; Fazer ressonar os boatos até se transformarem em notícias sendo estas replicadas pela “imprensa oficial”; Sempre há que bombardear com novas notícias (sobre o inimigo escolhido) para que o receptor não tenha tempo de pensar, pois está sufocado por elas; Discutir a informação com diversas interpretações de especialistas, mas todas em contra do inimigo escolhido; Ocultar toda a informação que não seja conveniente; Buscar convergência em assuntos de interesse geral apoderando-se do sentimento produzido por estes e colocá-los em contra do inimigo escolhido.

Utilizando-se destes expedientes, a mídia foi alimentando um discurso de ódio contra o PT e contra tudo que se relaciona com ele, levando pessoas a levantarem cartazes desejando o retorno da ditadura militar, ou afirmando que o problema da ditadura foi não ter matado Dilma e todos os comunistas.

O PT é o responsável por toda a corrupção e pela crise econômica. Não um dos, o único. Ignoram-se processos políticos anteriores, crise econômica internacional, problemas ambientais, a culpa de tudo é do PT. Além disso, o PT passou a ser sinônimo de coisas ruins e personificou ameaças e “inimigos” externos. Um espectro ronda a América Latina, o espectro do bolivarianismo. E o representante do bolivarianismo no Brasil é o PT. Ninguém sabe muito bem o que é isso, só sabem que não é bom. A associação da imagem de Lula e Dilma com Chávez, sempre tratado como ditador e autoritário foi explorada inúmeras vezes.

Apesar de terem perdido a eleição em 26 de outubro, o caminho para o golpe estava pavimentado. Assim, a narrativa do golpe midiático/parlamentar/jurídico que teve seu desfecho neste dia 31 de agosto de

2016 começou a ser construída exatamente no dia 27 de outubro de 2014.

O que se seguiu depois da reeleição de Dilma foi o escancaramento de uma mídia partidária e militando em favor do impeachment de forma calculada. Melhor perder um pouco da credibilidade momentaneamente e interromper o ciclo político iniciado por Lula agora. Depois se vê como cicatrizar as feridas. Algo como: vão-se os anéis mas ficam os dedos.

A postura da Rede Globo na convocação dos atos pelo impeachment foi realmente vergonhosa. A família brasileira espontaneamente nas ruas clamando pelo fim da corrupção. Enquanto os atos organizados pelos movimentos sociais não eram compostos do povo, mas de militantes petistas pagos para defender o governo.

Cada palavra e imagem eram colocadas e construídas de forma cirúrgica para criminalizar Dilma e o PT. A transmissão ao vivo da sessão do dia 17 de abril da Câmara dos Deputados, pela Rede Globo, tinha um duplo sentido: mobilizar a sociedade contra o PT e a Dilma e mostrar que eles estavam de olho no voto. Contudo, o baixo nível do parlamento brasileiro acabou apenas fazendo com que parte considerável das pessoas que estavam defendendo o impeachment, passassem a ter vergonha deste processo.

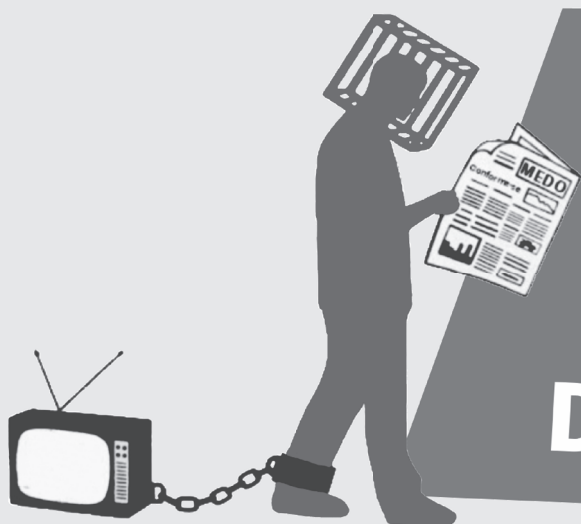
Na votação do Senado, portanto, já ciente de que a maioria da sociedade estava contra o impeachment e temendo dar um tiro no próprio pé, a Rede Globo decidiu ignorar a sessão de segunda-feira, quando a presidenta foi pessoalmente se defender perante os senadores. Tampouco transmitiu a sessão de terça ou a de quarta-feira.

A mídia mostra o que lhe convém e esconde o que não lhe convém.

Agora, empossado de forma definitiva para concluir o mandato de Dilma, Michel Temer já anuncia que não tolerará ser chamado de golpista.

O golpe mostra sua face mais torpe, a da mordada. Cala boca já morreu, e por mais que tentem ressucitar esta página infeliz na nossa história haverá resistência.

# A TELEVISÃO NO BRASIL



**A FUSÃO DA MÍDIA  
COM O ESTADO  
E A MANIPULAÇÃO  
DAS CONSCIÊNCIAS**

# Como a televisão decide o que você pensa, o que você quer e o que você faz

• MARCIA TIBURI - Publicado originalmente no blog da Revista Cult, em 20.3.2016, <http://revistacult.uol.com.br/home/category/blog-marcia-tiburi/>

**D**igamos que você trabalhe demais e não tenha tempo justamente para cuidar do tempo que sobra, se é que sobra algum tempo. Então você deixa que uma empresa cuide disso pra você. Se você já se aposentou ou não tem trabalho, pode parecer difícil usar o tempo com outras coisas e você também aceita os serviços da empresa.

Como você vive em uma sociedade que valoriza a informação, e a empresa lhe dá justamente isso, parece lógico que o que ela fornece é uma coisa boa em troca de uma coisa meio chata como é a propaganda. Mas parece uma troca justa e você pensa que não tem porque ver um problema nisso.

Na forma de notícias, a informação é algo que serve para você saber em que mundo está, saber o que está acontecendo, e, evidentemente, não ser ingênuo.

Você pensa: não parece lógico que alguém use informação para te enganar e te tornar ingênuo. Isso não faria sentido e você se entrega de corpo e alma o que tem pela frente.

No meio disso tudo, você acredita e confia mesmo no que recebe, afinal se você não está enganando ninguém, ninguém teria por que enganar você.

E como você é uma pessoa confiante, você também confia na justiça e sabe que propaganda enganosa pode dar cadeia e segue vendo tudo de bom que o aparelho que você comprou te oferece de graça. Quer dizer, é bom lembrar que não é bem de graça,

tem aquela troca, mas isso não vem ao caso agora, pois tudo parece muito justo.

A tecnologia muda de tempos em tempos, o aparelho fica ultrapassado e você precisa comprar um novo. Você nem queria esse aparelho último tipo, assim como você não quer as coisas que ele mostra, mas você passa a usar porque todo mundo está usando. Ficar longe do aparelho é o que ninguém quer. Ficar desatualizado diante dos colegas e familiares também pega mal. Assim você que não anda conversando nada muito interessante com ninguém, sente que ainda faz parte de uma comunidade que agora é chamada de audiência.

Você parou de falar com as pessoas, perdeu a noção dos amigos e dos familiares, as pessoas só perguntam se você viu a novela. É claro que você assistiu tudo, perdeu algum capítulos dormindo, pois não era tão interessante assim, mas não tem problema porque o seu mundo emocional está completamente preenchido com as alegrias e tristezas das personagens.

A sua vida moral, ética e política está totalmente controlada, já não dá mais trabalho. O aparelho que você comprou garantiu todas as suas ideias por meio dos noticiários e criou um verdadeiro estilo de vida para você. Você está convencido de que a vida não pode ser diferente.

Agora você pode ficar sentando diante do aparelho vendo pessoas parecidas com você convivendo dentro de uma casa. Elas

parecem mergulhadas na banalidade do dia a dia e você chega, num descuido, a pensar que elas são meio idiotas. Como não dá para fazer muita coisa com um idiota, você pode dar um telefonema para expulsar um deles da casa. Você vai achar essa atitude meio pequena e miserável, mas como isso fará você se sentir poderoso, você que anda tão sozinho e meio deprimido e sentindo uma inveja incrível daquelas pessoas, você digita os números e manda bala.

Em outro belo dia faltou energia elétrica e você ficou a olhar para o teto tentando dormir. Deu tempo para desconfiar que estavam querendo, na verdade, te vender esse aparelho e a programação que ele mostra. Você lembrou que te chamaram de alienado quando comentou com colegas que não gostava tanto assim de ficar na frente do aparelho, e que te chamaram de chato por ver problema onde tudo parecia ir tão bem. Como você não estava pensando como todo mundo, achou que estava errado e resolveu dormir.

Para compensar, no dia seguinte você comprou alguma coisa de tudo aquilo que era oferecido na tela. Longe de ser ingênuo você sabia que não poderia comprar muita coisa porque não teria dinheiro para tanto. Você sentiu inveja de quem podia comprar mais, mas comprou o que pode, um carro que te ajudaram a escolher em um comercial cheio de mulheres lindas. Você fez isso mesmo sem querer ou precisar porque parecia que era para fazer isso e não queria justificar para ninguém que poderia ser diferente. O problema do dinheiro se resolveu em prestações, você relaxou e passou a achar uma vantagem comprar mais coisas daquelas. É verdade que você se incomodou por estar endividado, mas alguém te disse que isso faz parte da vida, pois todos estão endividados como você. Você se incomodou também com a inveja, mas percebeu que a ostentação, seja o carro, seja da roupa, compensavam diante dos amigos e aprendeu a conviver com esse novo dado da realidade da melhor forma possível.

Com o tempo, você começou a notar que as propagandas eram mais interessantes que as novelas, os programas de auditório e até os noticiários, afinal o homem que lê as notícias andava meio repetitivo e insistente mostrando apenas o que parecia dito para você pensar igual. Você pensou em desligar o aparelho, mas como você esqueceu que podia fazer outra coisa com o seu tempo, por algum motivo parece que realmente já não tinha nada de melhor para fazer com ele.

Antigamente, antes de tudo isso, você pensava que a vida poderia ser diferente. Com o tempo você esqueceu essa pergunta e se alguém ousa fazê-la hoje, você se irrita muito e é você que aponta essa pessoa como uma alienada e uma chata. Você fica muito triste por pensar assim, mas como o ressentimento incomoda muito, você deixa por isso mesmo.

Como você tem um aparelho novo - e um carro igualmente novo - você está feliz em pensar que é o último tipo que estão vendendo nas lojas mais próximas e que as prestações, como as dores, logo vão passar.

Você vê as novelas, os filmes, os programas de culinária, humor, entrevistas, está tudo tão bem feito, tudo tão bonito que você nem precisa de mais nada. Você se identifica com tudo aquilo que é mostrado. Até parece que não existe outro jeito de viver. Claro que existe, você pensa, mas daria muito trabalho. Então você vê as tragédias que aparecem e se autocompensa pensando que você não faz parte delas. Alguém diz a você que o mundo é terrível, mas que ele está do seu lado e não vai deixar você ser enganado. Isso porque você confia tanto na cabeça que aparece falando na sua frente, aquela que te dá as informações de graça em troca das propagandas que você vê e das coisas que você compra, que ele só pode ser um trabalhador honesto como você que nunca lhe faria mal.

Essa cabeça falante está só mostrando a vida como ela é, você entendeu. Como ele tem uma audiência ao redor, da qual você faz parte porque quer, afinal, você escolheu tudo isso, você não pode se queixar de nada.



E como deixar de assisti-la seria ridículo diante dos seus colegas e familiares, você segue firme e forte usando agora o controle remoto para escolher entre os trezentos generosos canais de programação que preenchem o vazio mental, o vazio das emoções, e o vazio da ação que você poderia sentir. Esses canais te dão a impagável sensação de poder de escolha. Na verdade eles não têm muita graça, tanto que você troca de canal a cada segundo, mas você não imagina que possa haver algo além disso para ver, lá fora, na vida.

O aparelho que te dá todas as informações que você não precisa, mas aceita, afinal, do cavalo dado não se olham os dentes, tornou sua vida mais fácil. Você já sabe o que está acontecendo, por mais que na sua vida nada de interessante esteja acontecendo. Por um segundo, surge a dúvida quanto à qualidade dessa vida, mas dura pouco porque não se deve sofrer perguntando coisas desse tipo.

Quem sabe um dia, seja você que possa estar ali aparecendo e você finalmente exista como aquelas pessoas todas. Você chega a fantasiar uma coisa dessas enquanto a inveja - essa fixação no que é visível - se instaura em sua intimidade. Enquanto isso, basta tentar pensar como elas, sentir o que elas sentem, fazer o que elas fazem. Eles decidirão o que você vê pensando que tem todo o direito, afinal de contas, você terceirizou o seu olhar e com ele o pensamento, a emoção e a ação.

Elas decidirão o que você vê, o que você compra, o deus no qual você deve crer, as músicas que você vai ouvir. Decidirão o seu voto e o regime de governo que vai reger a sua vida.

Vão te informar de tudo o que eles acham importante ou conveniente para controlar a sua vida tirando de você a sensação angustiante da liberdade.

Só não vão te informar que você ficou cego. E que eles deveriam pagar uma grande indenização por anos e anos de assédio cognitivos

e moral. Os danos éticos e políticos são irreparáveis.

Então, quando você perceber que implantaram no seu corpo um olho de vidro, que essa prótese não vai resolver o seu problema de visão, mas vai iludir a todos de que você ainda vê, você não conseguirá mais saber que está diante da tela do aparelho. Pensará que é a realidade.

Morto há tempos diante da tela, transformado em um zumbi que não pensa, não sente e não age em nome de mais nada que não seja a ordem teleguiada recebida, você será chamado de “vidiota” por alguém que, por algum motivo, ficou longe disso tudo. Mas porque já não consegue entender nada, você parte pra cima dele com a única coisa que restou na sua vida subjetiva, ódio barato e agressividade sem fim.

# Ameaçada, comunicação pública é vital para a democracia

• LAURINDO LALO LEAL FILHO - Publicado originalmente em <http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1194/pdf1194#.WakB3MJAnfk.email>

Vivemos momentos inéditos na vida do país onde retrocessos políticos e sociais inimagináveis estão acontecendo ao lado de um despertar da cidadania também pouco visto na história do Brasil com seu enraizamento nas bases da sociedade e por sua abrangência nacional.

Na televisão pública assiste-se não apenas ao desmonte da TV Brasil, mas de toda a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada há menos de dez anos e que pretendia colocar o nosso país num patamar próximo ao das grandes democracias do mundo, onde as emissoras públicas têm histórias que remontam a quase cem anos. Por aqui até que começamos bem com Roquette Pinto criando a Radio Sociedade do Rio de Janeiro, hoje Rádio MEC (vinculada à EBC) nos mesmos moldes da BBC de Londres. Só que lá a emissora continua pública até hoje. Aqui, a nossa emissora pública foi engolida pelos interesses comerciais que - como todos sabemos - controla a comunicação no Brasil a partir de seus interesses políticos e mercadológicos.

Só se voltou a falar em comunicação pública de abrangência nacional com os Fóruns Nacionais sobre o tema impulsionados pelo governo federal em 2007, que resultaram na criação da EBC com suas duas emissoras de televisão, oito de rádio, duas agências de notícias e uma área de prestação de serviços externos. Ainda que muito distante em termos de recursos e de abrangência de sinal, as emissoras da EBC passaram a incomodar a

mídia hegemônica ciosa de sua exclusividade para ditar o que o brasileiro e a brasileira devem saber e pensar. Ao mostrar que outra mídia é possível, diferentemente do que veicula a mídia tradicional, a comunicação pública passou a incomodar. A resposta inicialmente foi a chacota - “TV do Lula”, “TV traço” e por aí afora - mas depois, com o golpe de Estado, passou-se à sua destruição, pura e simples.

Esse é o quadro atual. Vamos a algumas referências históricas e conceituais. A comunicação pública situa-se no terreno de disputa entre a defesa de um Estado mínimo, garantidor apenas do funcionamento estável do mercado, ou de um Estado democrático com forte presença na regulação econômica e no ordenamento social, nos moldes do Estado de bem-estar social como os fundados na Europa no pós-guerra.

É importante deixar isso claro já que não é possível discutir o papel de qualquer variante da comunicação social sem entender em que tipo de Estado ela está inserida. Em se tratando de comunicação pública a questão é mais aguda já que quase sempre, em última instância, ela depende de algum tipo de impulso dos gestores governamentais do Estado. Se a opção for pelo Estado mínimo, ela está condenada ao desaparecimento ou na melhor das hipóteses a um papel residual, muitas vezes apenas para dar conta de dispositivos legais, transformando-se em porta-voz governamental. Se a saúde, a edu-

cação e a previdência, entre outras políticas públicas, são desprezíveis nesse tipo de Estado, o que esperar de uma possível atenção à comunicação pública?

E mais. Historicamente cabe a pergunta: “como fazer TV pública num país semi-escravocrata?” Num país onde o coronelismo rural adaptou-se ao meio urbano transformando-se no coronelismo eletrônico, indispensável para a manutenção do poder político nas mesmas mãos, sempre.

A TV pública é uma ameaça a esse poder. No Brasil, ela é uma “ideia fora do lugar” num feliz achado da pesquisadora Ângela Carrato que, em seu doutorado sobre a TV pública brasileira, relacionou essa ideia com a mesma expressão - “ideia fora do lugar” - formulada por Roberto Schwarz a respeito do liberalismo no Brasil [1].

A TV pública impulsionada pelo Estado vai na contramão dos interesses dominantes que, sob o véu do liberalismo, julgam-se no direito absoluto de impor à sociedade suas ideias, gostos, valores, sem nenhum tipo de controle. A TV pública é uma forma de controle social da mídia. Daí a violência com que é atacada. Dito isso, cabe discutir esse tipo de comunicação nos limites de uma política de Estado de amplo espectro social, comprometida com a observância dos direitos humanos fundamentais, neles incluídos o direito à comunicação [2], do qual a comunicação pública é parte estruturante. É em torno de sua centralidade que se desenvolvem as instituições estatais de caráter público, as empresas privadas prestadoras de serviços públicos e as emissoras sem fins comerciais, voltadas para o atendimento de demandas comunitárias.

No Brasil, a história da comunicação pública é incipiente. Em 2007, tive a oportunidade de apresentar um trabalho [3] na reunião da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), realizada em Curitiba, onde falava de nosso “vazio histórico” nessa área. Lembrei as origens de nossa radiodifusão, de caráter público, mas em pouco tempo ofuscado pela

ascensão e hegemonia do modelo comercial.

De 2007 para cá, quando mencionei o “vazio histórico” a situação mudou - mas não muito. O marco mais importante nesse período recente foi a consolidação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ampliando o debate em torno da comunicação pública no país. As vozes contrárias, amplificadas pela mídia comercial serviram, ainda que pelo viés negativo, para revelar a possibilidade da existência de um outro modelo de comunicação, consagrado na Europa ocidental mas praticamente desconhecido no Brasil. No entanto, se a criação da EBC deu alento ao debate sobre o modelo público de comunicação, a sua concretização prática ainda se ressentia de uma realização plena. O não atendimento a dois princípios básicos para a sua existência e funcionamento exemplificam esta afirmação. São eles: a universalidade geográfica [4] e a ética da abrangência [5].

A universalidade geográfica refere-se à possibilidade de acesso de toda a população ao serviço público de radiodifusão, condição básica para justificar a existência do sistema. Entendido como direito humano, esse tipo de comunicação deve ser garantido a todos, como se faz, ou deveria se fazer, com a saúde e a educação, por exemplo. Vista como serviço, deve ser oferecida de forma igual e sem nenhum tipo de discriminação a toda a sociedade que o mantém. É importante frisar que a comunicação é um serviço e um direito ao mesmo tempo.

No caso brasileiro esses requisitos ainda não são atendidos. O acesso aos sinais das emissoras públicas de rádio e televisão ainda é parcial, com amplas áreas de sombra por onde elas não trafegam. Com isso, formam-se dois tipos de cidadãos: aqueles que podem usufruir de um sistema público de comunicação e os que dele são alijados.

O segundo princípio, a ética da abrangência, trata do atendimento pelo sistema público das necessidades simbólicas de toda a população, através de uma programação

capaz de satisfazer o mais amplo espectro de gostos e interesses existentes na sociedade. Com a digitalização esse objetivo torna-se menos difícil. A TV pública para dar conta dos interesses e gostos da maioria da população precisa operar pelo menos quatro canais de TV: um generalista, outro de notícias 24 horas, um infantil e mais um de cinema e artes em geral.

O atendimento às necessidades simbólicas da população não exclui naturalmente dos produtores o desafio de ousar, levando ao público temas e propostas inovadoras capazes de ampliar os horizontes do conhecimento e da imaginação. As emissoras públicas têm a obrigação de “despertar o público para ideias e gostos culturais menos familiares, ampliando mentes e horizontes, e talvez desafiando suposições existentes acerca da vida, da moralidade, da sociedade. A televisão pode também elevar a qualidade de vida do telespectador, em vez de meramente puxá-lo para o rotineiro” [5] .

Limitações tecnológicas dificultaram durante muito tempo a possibilidade plena de atingir essa meta. No modelo analógico de rádio e televisão, os sistemas públicos consagrados internacionalmente optaram primeiro por constituir emissoras com programações generalistas procurando, numa única frequência, atender aos gostos dos públicos mais diversos. Posteriormente, criando emissoras alternativas para atender interesses mais específicos, os canais voltados para públicos segmentados. Exemplo clássico é a BBC2, no Reino Unido.

A comunicação no Brasil, salvo raras exceções, sempre foi operada como um instrumento a serviço de interesses políticos ou econômicos, ambos na maioria das vezes concentrados no mesmo grupo empresarial e nos veículos por ele controlados. Cristalizou-se no país a ideia de que a comunicação é um negócio como outro qualquer, obscurecendo no imaginário da sociedade a possibilidade da existência de alternativas.

O monopólio comercial da comunica-

ção, construído ao longo de quase um século mantém-se intacto. Para rompê-lo existem dois caminhos: uma lei que redefina o uso do espaço eletromagnético por onde trafegam as ondas do rádio e da TV, tornando-o equilibrado entre as emissões públicas, privadas e privadas sem fins lucrativos (as comunitárias) e o fortalecimento da comunicação pública com potencial capaz de se tornar alternativa de fato ao modelo hegemônico, tanto de ponto de vista técnico como de conteúdo.

Aqui tratamos apenas do segundo caminho. Para trilhá-lo é necessária uma articulação que combine vontade e decisão política com a absorção e a aplicação do que se convencionou chamar de convergência midiática. Cabe ao Estado impulsionar esse processo que não nasce de geração espontânea e nem vive acima das disputas em torno da hegemonia política, por sobre os interesses de classe. Quem o impulsiona é o Estado, que detém a titularidade sobre os meios públicos de comunicação. Seu caráter público, como de qualquer ente estatal, se dá através da transparência da gestão. No caso da radiodifusão, os veículos serão mais ou menos públicos de acordo com os mecanismos existentes no seu interior que garantam de alguma forma a participação da sociedade em suas linhas gerais de orientação e administração. Exercem esse papel conselhos curadores, audiências públicas, ouvidorias, grupos de assessoramento, sociedades de ouvintes e telespectadores, entre outros.

Hoje, a comunicação pública não pode mais ser vista e pensada em torno de veículos isolados como o rádio, a TV e a internet. A complementaridade entre eles é fundamental. A consagrada “sociedade em rede” no caso da comunicação pública não deve se restringir, por exemplo, à internet. A rede deve incluir os vários tipos de emissoras de rádio e TVs não comerciais existentes de forma ainda desarticulada pelo país. Só assim constituirão uma massa crítica com capacidade para se apresentar como alternativa aos meios comerciais deixando de ser, como muitas vezes são referidos, apenas complementares ao grupo hegemônico.

Devem, ao contrário, estabelecer padrões de qualidade capazes de se transformar em paradigmas a serem seguidos pelas demais emissoras. Nesse sentido, além de oferecer um serviço qualificado ao público, a comunicação pública tem também a responsabilidade pedagógica de torná-lo capaz de exigir a mesma qualidade das emissoras comerciais.

Para tanto é fundamental a busca da audiência, não para atender ao mercado publicitário, como fazem as emissoras comerciais, mas para qualificar e expandir o debate público tanto relativo à informação como ao entretenimento. Tal patamar só será atingido se a comunicação pública estiver dotada, além de uma produção de qualidade, de sinais de frequência fortes e acessíveis em qualquer ponto do país. Exemplificando com a televisão: seu sinal analógico ou digital deve estar à disposição do público, no dial, junto aos das redes comerciais, podendo ser sintonizado com facilidade.

Na história da televisão brasileira há um momento simbólico em que esse processo pode ser visto na prática. Foi quando a TV Cultura de São Paulo, no início da década de 1990, colocou no ar uma grade de programação infantil com programas que se tornaram referência de qualidade no Brasil e no exterior, como *Rá-tim-bum*, *Mundo da Lua*, *Bambalalão*, entre outros. Transmitida no final da tarde, conquistou a maior audiência da história da emissora, nunca mais alcançada, incomodando as empresas comerciais. O SBT, por exemplo, reformulou sua programação naquele horário, contratando profissionais da própria Cultura para fazer frente à concorrência. Naquele momento, a TV pública prestava um duplo serviço à sociedade: oferecia bons produtos ao seu público e contribuía para elevar a qualidade do que era oferecido pelas emissoras comerciais.

É nesse quadro institucional que devem ser entendidas as práticas e as diretrizes para a produção cultural nas TVs públicas. Ela só será autêntica e abrangente se for gerada a partir de foros democráticos capazes de dar conta da diversidade cultural existente na so-

cidade. Executivos, diretores de programas, produtores, apresentadores não podem abrir mão de suas competências profissionais na criação de programas e programações, mas não podem também trabalhar isoladamente sem o escrutínio constante de outras vozes e opiniões. Daí a importância da existência de Conselhos Curadores, amplamente representativos da sociedade, capazes de trazer para a produção midiática vozes, anseios e realizações existentes no conjunto da população, capazes de transitar pelos meios de comunicação públicos.

Para não ficar apenas na teorização, dou exemplos concretos desse movimento existente na EBC. Integravam o Conselho da empresa pessoas residentes nas diversas regiões do país, vinculadas ou não a entidades ou movimentos sociais, mas grande parte tendo alguma relação com a luta da mulher, dos negros, dos movimentos LGBT, dos índios, dos deficientes e assim por diante. São essas pessoas que trazem para as emissoras o pulsar da sociedade que de alguma forma acaba aparecendo nas programações de rádio e televisão da EBC.

Dessa forma, a produção cultural brasileira ganhou espaços impossíveis de serem alcançados dentro dos limites do mercado, imposto à mídia comercial. Graças à autonomia de gestão e ao controle da sociedade tornou-se possível a exibição de programas que discutem o próprio fazer televisivo no país, como é o caso do VerTVii que, há dez anos, discute temas que são tabu nas emissoras comerciais. Fala da questão das concessões de rádio e TV, por exemplo, tema guardado a sete chaves pelas emissoras privadas. Ou da exploração do corpo da mulher nos comerciais, da propaganda criminoso dirigida às crianças, dos programas brutalizadores da sociedade denominados policiaescos que diariamente - em todo o Brasil - violam direitos consagrados na Constituição brasileira, nas leis do país, nos acordos internacionais e nos códigos de ética como bem revelou pesquisa recente da Andi - Comunicação e Direitos.



Coube à TV Brasil, mais recentemente, colocar no ar o primeiro programa LGBT da televisão brasileira, mostrando com seriedade e respeito um mundo excluído ou ridicularizado nas telas de TV. Personagens da vida pública brasileira, com algum compromisso de luta social mais ampla, são personas não gratas na TV comercial. Na TV Brasil eles podem se expressar livremente confrontando suas ideias e pontos de vista com os mais conservadores.

No entretenimento, é a TV pública que escapa das amarras da audiência a qualquer preço e pode mostrar ao Brasil o que o país faz na música, na dramaturgia, no cinema, no humor e por que não no jornalismo. O samba, por exemplo, na televisão comercial aberta, reduz-se ao programa Samba na Gamboaiv, da TV Brasil. Assim como, só na TV Brasil, o Brasil todo pode ver ao vivo as festas de São João do Nordeste. Não ocorre na TV pública aquilo que a jornalista Tila Chitunda da TV Pernambuco relatou com propriedade. As emissoras comerciais do eixo Rio-São Paulo, ao transmitirem alguns momentos das festas, dão amplo espaço aos artistas de destaque midiático nacional. Quando entra em cena alguém ou algum grupo conhecido apenas regionalmente ou levando ao público conteúdos menos comerciais, vem o corte para o estúdio ou para os “nossos comerciais”.

O jornalismo na TV pública deve igualmente ter outra “pegada”. Trata-se igualmente de um “serviço público” e deve contemplar, antes e acima de tudo, a maioria da população. Seu caráter alternativo ao veiculado pelos meios privados apresenta como característica central a busca de informações que atendam necessidades materiais e simbólicas dessa maioria, sem nenhum comprometimento comercial (audiência) ou político partidário.

A construção desse tipo de pauta caracteriza uma forma diferenciada de produzir, editar e veicular notícias. Uma dinâmica que tem como base teórica a ideia de que o jornalismo é uma forma de construção de conhecimento<sup>6</sup> e deve oferecer um leque amplo de opções ao público [7]. Nesse senti-

do, a referência informativa deve ser a busca de pautas alternativas às da mídia comercial buscando temas por ela desprezados ou tratados de forma parcial ou distorcida.

Como exemplos dessas pautas podemos citar os avanços obtidos pela economia solidária, a produção agrícola alcançada pelos assentamentos rurais originados das lutas pela reforma agrária, a contextualização da luta pela moradia nos grandes centros urbanos e a própria questão da regulação da mídia, entre tantos outros. A comunicação pública não pode se reduzir a ser apenas mais um microfone, entre tantos outros, colocados à frente de dirigentes empresariais e financeiros. Cabe ainda à comunicação pública realizar a crítica da mídia, papel só a ela possível. Os meios oligopolizados não têm nenhum interesse em realizar publicamente qualquer tipo de autorreflexão crítica.

Não podemos deixar de ressaltar a transformação gradual pela qual passam as formas de ver televisão, com o advento das novas tecnologias. Isso é fundamental para pensarmos políticas e diretrizes culturais para a TV pública. Essas transformações fizeram com que a audiência de fluxos televisivos fosse transformada em audiência de armazenamento. Essa possibilidade de armazenar programas e assisti-los na hora desejada e através de diferentes aparelhos receptores tende a interferir nas grades de programação das emissoras, com o fim até das próprias grades. Daí a necessidade de combinar produtos midiáticos pouco perecíveis com coberturas ao vivo de grandes acontecimentos. A combinação do durável com o imediato será a marca da televisão do futuro. De toda a televisão, comercial ou pública, mas a esta cabe - ainda que no mesmo modelo tecnológico - fazer a diferença pelo conteúdo.

“Numa democracia seria insatisfatório que o público tivesse só uma fonte de informação, entretenimento ou educação através do rádio ou da televisão. Que seja a televisão independente uma efetiva ampliação de escolhas e não de escolhas

todas iguais” dizia a lei britânica de televisão já na década de 1960, enfatizando a necessidade da ampliação das alternativas oferecidas ao público.

No Brasil, esse debate foi interdito por três fatores: a hegemonia absoluta do modelo comercial como se fosse o único possível, as restrições impostas pela ditadura (1964-85) ao livre debate e a criação do mito da censura como correspondente a qualquer forma de regulação da mídia no período democrático. Este último contou com a repetição exaustiva de frases como “o melhor controle é o controle remoto”, numa tentativa de escamotear o fato de que o seu uso, ao trocar de canais, permite ao público realizar tão somente “escolhas iguais”.

Só a televisão pública pode justificar de alguma forma o uso do controle remoto como instrumento de escolha real e diferenciada. Para isso é necessário, no entanto, que a TV pública faça parte de um arcabouço legal democrático independente que incorpore as necessidades, os anseios e as manifestações culturais existentes em toda a sociedade brasileira. Sem excluir a importância de se avivar a imaginação e a criatividade dos profissionais da área, muitos dos quais acham-se impedidos atualmente de dar vazão aos seus talentos, devido aos limites impostos pelo modelo único de comunicação existente no país.

Para tanto não bastam apenas talento e boa vontade. É preciso ação política profunda e constante para fazer da televisão pública um instrumento de emancipação cultural de amplas camadas da sociedade brasileira, hoje confinadas ao consumismo, ao ódio e à brutalidade impostos pela TV comercial.

## REFERÊNCIAS

1. Carrato A. Uma história da TV pública brasileira [tese de doutorado]. Brasília, DF: Universidade de Brasília; 2014.
2. Fischer D. O direito de comunicar. São Paulo: Brasiliense; 1984.
3. Leal Filho LL. A televisão pública brasileira, um vazio histórico. Trabalho apresentado ao: Grupo de Trabalho sobre Economia Política e Políticas de Comunicação do XVI Encontro da Compós, UTP, Curitiba, 2007.
4. Broadcasting Research Unit - The Public Service Idea in British Broadcasting-Main Principles. Londres: BBC/British Research Unit; 1986.
5. Blumer JG. Television and the public interest: vulnerable values in european west broadcasting. Londres: Sage; 1992.
6. Faxina E. Do mercado à academia: O desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira [tese de doutorado]. São Leopoldo: Unisinos; 2012.
7. Rothberg D. Jornalismo público. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
8. Leal Filho LL. A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão. São Paulo: Summus Editorial; 1997.

# O PROBLEMA É TER MEDO DO MEDO



**A FUSÃO DA MÍDIA  
COM O ESTADO  
E A MANIPULAÇÃO  
DAS CONSCIÊNCIAS**

# Ana Helena Tavares: Elite brasileira tem medo da democracia

• ROSÂNGELA RIBEIRO GIL

Para esta edição do BoletimNPC, entrevistamos a jornalista Ana Helena Ribeiro Tavares, autora do recém-lançado livro “O problema é ter medo do medo - o que o medo da ditadura tem a dizer à democracia”. Nesta entrevista, ela fala um pouco sobre a situação atual do país e como foi escrever a obra que reuniu 26 entrevistas de pessoas que de alguma forma tiveram suas vidas mudadas pela ditadura de 1964. A jornalista fala ainda sobre política e comunicação em um Brasil traumatizado que viu, recentemente, uma presidente da República eleita democraticamente por mais de 54 milhões de brasileiros ser afastada pelo Congresso Nacional. Ela destaca a importância do exemplo de Dom Pedro Casaldáliga, de quem está inclusive fazendo uma biografia. “Para mim, ele resume todas as lutas mais importantes da esquerda e dos direitos humanos”, afirma.

## Confira a entrevista

Recentemente, você comentou que estava pensando em reativar o seu site chamado. “Quem tem medo da democracia”. Pois é, quem tem medo dela?

Ana Helena Ribeiro Tavares - Muita gente no Brasil tem medo, em especial a elite brasileira. O judiciário, com o STF [*Supremo Tribunal Federal*], que só permite que se chegue a ser ministro por indicação presidencial, com juízes de primeira instância que se acham acima da lei - claro que com honrosas exceções. Também muitos religiosos que fazem exatamente o contrário daquilo que dizem seguir. As igrejas neopentecostais cristãs têm líderes que fazem absolutamente tudo aquilo que Jesus não faria, seriam expulsos por serem vendilhões e por enganarem seu rebanho. Por exemplo, usam a dominação dos

fiéis como poder político e, além de tudo, têm concessões de TV de uma forma ilegal. Todos esses têm medo da democracia.

Também teme a democracia a mídia, dominada por umas poucas famílias, concentrada, indo contra o que a Constituição prevê, que é a distribuição mais igualitária das concessões de TV e rádio. As regras de programação educativa não são seguidas, além de usar essas concessões públicas para manipular a opinião pública. E, por fim, mas não menos importante, citaria os donos de terra que, tradicionalmente, têm medo da reforma agrária, daquilo que está previsto também na Constituição que é a função social da propriedade. Eles deixam milhões de pessoas sem terra, sem teto e ainda temos muitas terras improdutivas. Todos esses têm medo da democracia.

**Você traz para a “arena” digital a disputa da narrativa. Você entende a internet como um meio realmente importante na luta hegemônica?**

**Ana Helena Ribeiro Tavares** - Estou em conflito há bastante tempo sobre a questão. Não sei se a internet é realmente importante na disputa política e pela hegemonia. Acreditei muito nisso quando criei o site “Quem tem medo da democracia”. Entendia que poderia ser um meio para ajudar a mudar o mundo. Depois de alguns anos, pergunto-me muito o papel que a internet teve nisso tudo o que aconteceu no país. Será que ela foi disputada e ganha pela direita? Ou ela não teve influência? E os meios de comunicação tradicionais ainda foram, nesses últimos anos, quem realmente deram as cartas? De duas uma: ou a internet foi disputada e a direita ganhou ou ela não teve uma grande influência. Ou as duas coisas.

**Ainda nesse sentido, vimos como foi determinante o discurso seletivo e manipulado dos meios de comunicação para o desfecho do dia 31 de agosto último. Como fazer essa disputa? Como disputar, por exemplo, com uma Rede Globo? Quais as trincheiras comunicacionais que devemos melhorar e criar?**

**Ana Helena Ribeiro Tavares** - Viajei bastante aos rincões do País. Fui ao Araguaia, muito por conta do livro que publiquei este ano, que tem uma entrevista com Dom Pedro Casaldáliga - e, agora, estou fazendo uma biografia dele, “Um bispo contra todas as cercas”. Realmente vi que em muitos lugares as pessoas não têm acesso à internet, e, quando têm, é bem precário. Os meios de comunicação tradicionais ainda dão as cartas no País, e tem lugares onde só ‘pega’ a [Rede] Globo. O monopólio, infelizmente, ainda tem muita força.

A Globo tem um poder absurdo no Brasil. Mesmo nas metrópoles você vai ao consultório

médico, ao salão de beleza, num bar, numa praça de alimentação do supermercado, a TV está ligada nessa emissora. Como disputar isso?

É preciso que se faça um *mea culpa*: o PT não fez essa disputa, ele não quis arrumar problemas com essa mídia. Pelo contrário, quando Roberto Marinho morreu o presidente Lula foi ao enterro dele e o Marinho virou um democrata. O ex-ministro Aloizio Mercadante mandou uma carta elogiando os donos da *Folha de São Paulo*, que na ditadura de 1964 emprestavam carros para os torturadores. A própria Dilma, no seu primeiro mandato, foi à festa de aniversário da Folha. Então, os líderes petistas que governaram ao longo desses últimos anos seguiram amigáveis com essa imprensa. Não se fez nem disputas pequenas, como o de divulgar mais e melhor a TV Brasil e até sintonizá-la nas repartições públicas, por exemplo. Não foi realmente dada uma prioridade à comunicação pública, às rádios comunitárias. E mesmo não fazendo isso, o governo caiu.

**Você lançou o livro “O problema é ter medo do medo”. Um trabalho visionário?**

**Ana Helena Ribeiro Tavares** - Dizem que um livro é quase um filho. Para mim, foi realmente um parto. E ele não era nem esperado. Em 2010, eu fazia um trabalho de colaboração para o site *Outras Palavras*, que pertence ao *Le Monde Diplomatique Brasil*. Naquele ano houve a decisão do STF de manter a lei de anistia tal como está até hoje, anistiando tanto os guerrilheiros como os torturadores. Muitos desses torturadores já morreram e não foram punidos, inclusive.

Desde 2008 eu vinha tratando essa questão da ditadura. Começou quando escrevi um comentário no artigo do professor de jornalismo Gilson Caroni Filho, “AI 5 - 40 anos e uma chance”. Esse texto trazia dados terríveis sobre o regime ditatorial. À época, tinha 23 anos e fiquei impressionada. Nesse meu comentário contei a história do meu tio



que foi preso pelos militares quando saía de um cinema carioca. Ele ficou cinco dias sendo torturado. Detalhe, ele não tinha nenhuma ligação política, não sabia o que era guerrilha e ainda sofria de epilepsia, mas mesmo assim torturaram-no por cinco dias. Esse comentário virou um artigo e depois acabou sendo o início do meu livro.

Mergulhei no tema ditadura. Por ironia do destino, o meu primeiro entrevistado foi o doutor Hélio Pereira Bicudo. Fui ao Araguaia em 2012. Estava com um projeto que não sabia aonde ia terminar. No final das contas, entrevistei 26 pessoas, as mais diversas - juristas, jornalistas, professores, intelectuais, religiosos, poetas.

Sobre o título do livro é importante dizer que ele surgiu da entrevista com Casaldáliga. Perguntei se ele não tinha medo, e ele respondeu que é claro que teve medo, que é natural, mas que o problema é você ter medo de enfrentar o medo.

**Quais os nomes que você destacaria como imprescindíveis para entender a nossa luta diária contra a exploração, a injustiça social, a misoginia, o racismo, a homofobia; enfim, contra todos os preconceitos?**

**Ana Helena Ribeiro Tavares** - Quero destacar só um nome, Dom Pedro Maria Casaldáliga. É um estrangeiro, mais brasileiro do que muitos brasileiros. Um estrangeiro que não conhece fronteiras, que não gostaria de conhecer cercas. “Malditas sejam todas as cercas, todas as propriedades privadas que nos impedem de viver e de amar”, diz ele num dos seus poemas mais conhecidos. Ele chegou ao Brasil em 1968, adotou a região complicadíssima do Araguaia como sua e desde então está sempre ao lado daquele povo. Aos 88 anos de idade continua firme na luta ao lado dos mais pobres, pela reforma agrária. Ele realmente acredita e defende os direitos humanos. Ele foi feminista, lutou contra a escravidão com todas as suas forças, contra o racismo. Para mim, ele resume todas as lutas mais importantes da esquerda e dos direitos humanos. Ele realmente é imprescindível.

**Uma palavra importante para escutarmos agora.**

**Ana Helena Ribeiro Tavares** - Esperança é a palavra. E cito o grande comunista Mário Lago, que uma vez disse que, se o homem perder a esperança, é melhor que se destrua logo o arco-íris.

# AS BATALHAS DA MÍDIA: DE 1964 A 2016



**A FUSÃO DA MÍDIA  
COM O ESTADO  
E A MANIPULAÇÃO  
DAS CONSCIÊNCIAS**

# Manipulação da Informação Pública - um Prognóstico

• NILSON LAGE - Uma das principais referências do jornalismo no Brasil, é professor titular do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

**P**ediram-me um texto sobre a manipulação da informação pública e selecionei este. São os parágrafos finais do livro *Controle da Opinião Pública - um Ensaio Sobre a Verdade Conveniente*, que escrevi há vinte anos, foi editado em 1998 (Petrópolis, Vozes) e cujo texto integral pode ser lido em <https://pt.scribd.com/doc/48397282/Nilson-Lage-Controle-da-Opinio-Publica-Um-ensaio-sobre-a-verdade-conveniente>.

*Neles, concluindo as 400 páginas (132.500 palavras, 770 mil caracteres) da pesquisa, digo o que esperava do futuro. Para o bem ou para o mal - mais para o mal que para o bem, acho -, no geral, acertei. Serve ainda como roteiro para a compreensão de nossa realidade atual.*

A grande imprensa brasileira - na verdade, meia dúzia de grupos, desde os prósperos aos quase falimentares - tornou-se instrumento dócil da política de Fernando Henrique Cardoso não tanto pela sua integração tradicional com o capital externo e o Estado (sua vinculação histórica ao comércio de exportação-importação, sua dependência de tecnologia, financiamento e anúncios de distribuição política), mas, de maneira imediata, pela perspectiva de receber uma parcela daquilo que seria privatizado no setor de telecomunicações. Reduziu ao mínimo (à informação destinada às elites; a alguns raros colunistas dissidentes e a intelectuais colaboradores, que geralmente só sabem escrever para seus pares) a crítica do Governo, mantendo, assim, nos limites adequados, a situação de unanimidade relativa.

A imprensa menor, de âmbito regional, tem poucas possibilidades de sobreviver sem negociar sua mercadoria invisível, a qualidade da informação; depende diretamente

de oligarquias que desde logo se beneficiariam da política de distribuição de favores e recursos públicos. A remuneração das oligarquias fechou o ciclo da unanimidade, de vez que a política executada é aquela que corresponde fielmente aos interesses do "estado mundial", com seus aparelhos financeiros e ideológicos. De toda sorte, o âmbito de cobertura dos veículos regionais estreitou-se ao longo dos anos: no que se refere ao noticiário internacional e nacional, são meros repetidores de material distribuído pelas empresas de comunicação centrais.

A generalizada docilidade da imprensa manifestou-se principalmente pela aceitação das teses que substituem o homem-produtor pelo homem-consumidor e pela permanente pregação otimista, que conviveu com índices elevados de desemprego, o desmonte de setores inteiros da indústria, a deterioração dos serviços públicos (o que, em nenhuma parte do mundo, consulta os interesses institucionais do setor produtivo), as crises na área de serviços, a incerteza quanto ao futuro e a expansão das respostas violentas e fundamentalistas.

Ainda assim, considerando a natureza peculiar da prática do jornalismo - o inevitável diálogo com a realidade que a profissão pressupõe -, o período é marcado por denúncias de escândalos e pela exigência (geralmente inútil) de punição dos responsáveis, como se isso tornasse os crimes menos criminosos e os roubos menos danosos à economia. É que a ideologia neoliberal destina à imprensa papel de vigilância moral conservadora, ao lado de total submissão ao discurso dos economistas e técnicos - às vezes chamados de *cientistas* - que expressam os pontos de vista convenientes aos deten-

tores do poder. Jamais se valorizou tanto o *gatekeeper* (aquele que decide o que vai ser publicado) e o jornalista *yuppie* - um sujeito pragmático, de bela carreira, com opiniões convenientes, discurso tecnológico e padrão de vida que, na profissão, só os *yuppies* são capazes de sustentar.

### Perspectivas de futuro

Nas últimas décadas, consolidou-se a fórmula dos *best sellers high tech*, em que um futuro radioso e radicalmente inovador é previsto com base em criações tecnológicas: isso parece satisfazer a demanda de novidade do público intermediário no controle social, sem ameaçá-lo em sua postura de hegemonia. Não há confiabilidade nessas previsões.

(...)

Nenhuma época histórica conseguiu construir uma representação consistente de si mesma; é, assim, prematuro, no mínimo, falar em “terceira onda” ou em “sociedade global”, selecionando alguns processos dos caos histórico como mais estáveis ou conseqüentes. A futurologia é mais instrumento de controle do que outra coisa, também quando estão em jogo fenômenos políticos e econômicos. Ainda em 1996, falava-se com entusiasmo do futuro imediato dos *tigres asiáticos*, que um ano depois entrariam em crise financeira, e de seu *imbatível* modelo empresarial; uma década antes, a compra de estúdios de cinema e gravadoras de discos por empresas japonesas deixava em pânico os nacionalistas norte-americanos, gerando uma safra de filmes de *science fiction*; locutores de televisão, adultos e minimamente instruídos, conseguiam, no tempo da guerra do Golfo, manter-se sérios ao comparar o Presidente do Iraque, Saddam Hussein, ao Anticristo das profecias ...

O que se pode fazer é propor algumas linhas gerais em torno das quais, salvo transformações inesperadas, deverão desenvolver-se os confrontos dos próximos anos:

1. Globalização e regionalidade é o primeiro desses pares opositivos. A globalização, nome novo e simpático para o imperialismo, é pensada como processo econômico, do ângulo da produção e circulação de mercadorias. No entanto, ela pressupõe (1) centros difusos de poder; (2) a manutenção sob rígido

controle dos estados nacionais periféricos e (2) fluxo de informações centralizado de maneira confiável em um punhado de empresas e instituições, operando uma infinidade de canais. A pressão da informação cultural padronizada, oriunda de tão poucas geradoras e tão parecidas entre si, gera reação nacionalista, regional e étnica.

2. Democracia e fascismo é a segunda dicotomia. A concentração de poder decisório e dos recursos disponíveis nas mãos de pequeno grupo de controladores de investimentos globais - capitalistas e gerentes de fundos - estabelece em todo o mundo a política que melhor convém à lucratividade do capital. Essa política é a que mais valida o capital diante do trabalho. O recurso freqüente à recessão (redução forte ou continuada da atividade produtiva, sob pressão de instrumentos como a alta de juros) e a especulação continuada geram desemprego duradouro e, portanto, alimentam o racismo, o anseio de poderes nacionais mais fortes, a solução simplista dos líderes carismáticos etc. - conhecidos componentes do fascismo.

3. Bem-estar para muitos e exclusão de outros tantos é a terceira dicotomia. O amplo acesso a instrumentos e símbolos de bem-estar num mercado cada vez mais rico em ofertas convive com índices elevados de rejeição social. O sentimento de exclusão atinge mais duramente os velhos, imenso contingente considerado improdutivo, e os jovens, que terão dificuldade crescente de ingresso no paraíso do mercado de trabalho. O resultado previsível são explosões aleatórias de agressividade - por exemplo, nos campos de futebol ou nos conflitos entre *gangs*.

4. A internacionalização do capital em níveis tão amplos não ocorre sem custo para a cultura. Esse custo representa a quarta dicotomia, quando implica homogeneização. As elites dos países periféricos tenderão a se identificar à dos países centrais. Será intensa a migração, por maiores obstáculos que se crie; daí a troca maior de informações entre culturas e a resposta afirmativa das culturas submetidas. Elites cosmopolitas e super-informadas irão afastar-se, cada vez mais, dos cenários nacionais em que se processam as contradições da vida política; o afastamento dá, inicialmente, impressão de mediocridade e, talvez, mais tarde, de

sofisticação, à maneira do formalismo dos escolásticos ou dos mandarins.

5. Entronizado o mercado, será mais difícil do que nunca conter sua arrogância. Ele não é moral nem ético; alterna euforia e depressão, crise e estabilidade aparente. É claro, nesse contexto, que a fragilização dos estados nacionais e sua subordinação ao ambiente dos negócios não facilita em nada o controle do tráfico de drogas, de pessoas ou a proteção do meio ambiente. Este, na verdade, é dilapidado mais pelas tecnologias inadequadas impostas a populações locais e pela valorização de certos produtos escassos (certas madeiras, o marfim, o âmbar) do que por falta de informação. A decisão de destruir processa-se exatamente onde mais informação é disponível.

6. Estaremos em um mundo tecnológico. Nele, embora, na aparência, a competição se processe entre produtores, tenderá a ser, na essência, uma competição entre criadores de técnicas e processos, que constituem a nova classe privilegiada. O poder desse segmento - oposto à tendência conservadora dos conglomerados monopolistas - decorre dos privilégios que se estão institucionalizando com a propriedade intelectual de técnicas e processos. A contradição entre o primado do capital e a emergência dessa comunidade de criadores é a quinta dicotomia.

7. Deverão unir-se, de maneira crescente, alguns pontos de vista de gerentes e administradores e os das lideranças dos trabalhadores quanto à natureza do trabalho: os detentores do capital - nova aristocracia ociosa - veem o trabalho como maldição (a palavra trabalho vem de do latim *tripalium*, um instrumento de tortura) - e isso sempre os distinguirá dos outros homens, que precisam vê-lo como realização, à maneira dos gregos, que o chamavam de *ergon* (ergon). O conflito entre capital financeiro e estruturas produtivas é a sexta dicotomia. Como o jogo de poder subordina estruturas empresariais ao capital, a disputa deverá disfarçar-se de várias maneiras: campanhas contra os juros altos, pela valorização do esforço humano etc. A empresa tenderá a ser vista não apenas como instrumento de reprodução do capital, mas também como espaço em torno do qual se organizam comunidades humanas, lugar de uma cultura e de

uma estrutura de poder, algo de cuja atividade depende a sobrevivência de muita gente.

## A crise da democracia

Por muitos anos, acreditamos que, se houvesse grande variedade de canais de informação, o discurso social seria plural e, em decorrência, mais democrático. Não é o que se verifica. Nada mais semelhante a um programa popular de televisão do que outro programa popular de televisão. A nítida impressão que se tem passando pelos canais de uma rede de tevê por cabo ou pela mesmice das rádios FM é que nada mais se tem a dizer ou a mostrar. A avaliação do que é notícia também se padroniza de maneira conveniente: por exemplo, qualquer greve que não tenha desdobramentos violentos ou manifestações circenses deixou de ser notícia..

No plano teórico, tende a evidenciar-se a falência das “ciências humanas”, cada vez mais contaminadas por uma vertente mística que nega as contradições e iguala todas as coisas, rejeitando qualquer hierarquia de valores - um tipo de conhecimento, portanto, confortador mas inútil como instrumento de reflexão consistente sobre a realidade. A área tecnológica, pelo contrário, vem-se alargando para incluir questões cruciais relacionadas ao homem: dessa vertente poderá vir, algum dia, a formação básica, mais articulada e útil, do cidadão do futuro. Mas isso demorará mais tempo - talvez aconteça antes do primeiro contato com seres extraterrestres ou do domínio das técnicas de teletransporte. De toda sorte, é interessante especular como funcionaria, se funcionaria, um sistema de controle de opinião construído sobre as mesmas certezas que acionam o processo produtivo.

Não se pode dizer que o objetivo atemporal da política seja, em termos abstratos, a “felicidade” ou “o bem estar”: felicidade e bem estar só existem referidos à realidade objetiva. Tanto podem ser felizes bons cidadãos norte-americanos que consomem montanhas de quinquilharias quanto cidadãos cubanos que, embora lhes falte quase tudo, aplaudem nas ruas o Comandante Fidel Castro. Algumas das melhores criações humanas, na arte e na cultura, resultam de carência ou sofrimento: as pinturas de Van Gogh, a culinária chinesa,



a dança dos escravos africanos... Entre a tirania de um Stalin, que derrotou as tropas de Hitler e consolidou um estado poderoso, e a mediocridade de um Gorbachev, com seu discurso recheado de boas intenções, a História provavelmente preferirá Stalin, como prefere Alexandre, o Grande; Cortez, o conquistador; ou Napoleão, o imperador dos franceses.

Ainda em sentido atemporal, não há escândalo na expansão atual da pobreza: sociedades humanas sempre se fundaram na dominação e na espoliação. São normais ciclos de acumulação de capital e poder. O que parece escandaloso é a contradição entre as tendências estruturais do capitalismo industrial, que pretende universalizar o consumo de bens, produtos e informações, e a exclusão propiciada pelo retorno ao mercantilismo, numa época em que o dinheiro (1) é símbolo desprovido de referência - a área em Tóquio onde fica o Palácio Imperial pode valer tanto quanto o Estado da Califórnia; (2) existe em abundância sem precedentes - quem duvida veja o preço que alcançam a guitarra velha de um roqueiro ou as roupas usadas de uma princesa nos leilões ingleses...

É exatamente o fluxo amplo de mercadorias e de conhecimentos que torna a expansão do capitalismo socializadora, abrindo espaço a organizações mais avançadas da sociedade. Essa dialética é plenamente compreendida em nossa época pela maioria das correntes de pensamento e constitui o eixo que organiza desejos e aspirações históricas. Se a redução do custo de produção é sempre um ganho, a restrição do mercado e a expulsão dele de boa parte da humanidade são, assim, dados intragáveis. A centralização da informação em estruturas que servem à especulação financeira, sua articulação com técnicas de controle social numa grande indústria de produção de sentido são componentes reacionárias que - quase todos percebem - precisam ser combatidas.

Não há, por exemplo, como falar em democracia, no sentido que a palavra assumiu no Século XIX, quando eleições são mera questão de investimento e esperteza; não se pode, de fato, falar em democracia, em sentido algum, no contexto da unanimidade produzida, ou quando o núcleo real de poder permanece oculto e irresponsável. Nem se deve confundir livre fluxo de informações com a multiplicação

de mensagens individuais (as triviais e as potencialmente relevantes) num novelo caótico como a Internet ou na conversa vadia dos boquins de esquina.

As páginas em redes de computadores - a Internet - somam centenas de milhões e em breve serão bilhões, com tamanhos e recursos variados. São sempre citadas como alternativa: nelas as possibilidades de tráfego de informações são limitadas apenas pela questão dos direitos autorais, já que os criadores e os que compram suas criações pretendem ser remunerados; e pela vigilância ativa de um moralismo extremado que tolera a mais absurda violência, a exposição da mais sinistra miséria humana, desde que não apareçam o nu frontal e as relações sexuais explícitas. Mas a questão insuperável é como agir diante dessa massa disforme de dados; como se orientar quando se busca algo específico ou não trivial; como tirar proveito da informação disponível.

A Internet é um sistema fantásticamente prático e barato para comunicação ponto a ponto - entre pessoas, pessoas e instituições, instituições e instituições, desde que identificadas: expansão do telefone ou do fax, serve de maneira extraordinária à pesquisa universitária, às pessoas e às empresas. No entanto, para que constitua um sistema eficiente de coleta de informações, falta-lhe a árvore de acesso, ou o *thesaurus*. Pode existir informação eficiente sem um sistema que a organize? Posso acessar dados dispostos de maneira caótica? Posso encontrar o parágrafo de que preciso - por exemplo, o relato dos danos causados pela explosão de um oleoduto em algum lugar da Índia - só porque sei que ele está em um maço de centenas de páginas de jornais que tenho guardado em algum lugar numa estante que ocupa duas das quatro paredes de meu escritório, toda ela cheia de maços de jornais dispostos ao acaso? Qual o custo da recuperação dessa informação?

Informações precisam articular-se em sistemas, versões e teorias, que são suas vias de acesso; o que está em jogo é a pluralidade e a ideologia desses sistemas, que vão dos palácios, academias e fábricas até as redações dos jornais e os estúdios do *show business*. A quem, afinal, eles servem e o quanto estão conformes ou contrários às expectativas geradas pela História.

# O Globo e a Ditadura

- JOÃO BRAGA ARÊAS - Este texto baseia-se na minha tese de doutorado em História na Universidade Federal Fluminense, publicada, com alguns acréscimos, pela editora Prismas. ARÊAS, João Braga. As batalhas de O Globo, ditadura militar, Lula X Collor, privatizações e a vitória do PT em 2002. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

**E**m 2016, o impeachment de Dilma Rousseff foi considerado por diferentes setores da sociedade, especialmente pelas esquerdas, como um golpe de estado, ainda que sem participação de tropas militares e seguindo os “ritos” no Congresso Nacional. E o Grupo Globo foi identificado como importante ator na legitimação da deposição da presidenta. Não foi a primeira vez que o conglomerado dos Marinho participava de um golpe de Estado.

O veloz crescimento do Grupo Globo tem relação direta com o golpe civil-militar de 1964 e com a instauração da ditadura militar. A Rádio O Globo e o jornal *O Globo* estiveram articuladas com as várias frações das classes dominantes engajadas na deposição de João Goulart. O periódico de Roberto Marinho insistiu que havia um “perigo comunista” e procurou respaldar o golpe, chamando-o de “Revolução democrática”, que visava “descomunizar” o Brasil.

A partir de então, vigorou certa sintonia de interesses entre a ditadura e o Grupo Globo. De um lado, o regime militar modernizava o setor de telecomunicações, o que abria espaço para a expansão da TV Globo, fundada em 1965. Mesmo um livro de caráter bajulador, escrito por Pedro Bial, reconhece essa congruência de interesses: “Acontecia que onde chegasse um novo braço da Embratel, lá iam em seguida os executivos da Globo, ver se valia a pena adquirir uma nova emissora concessionária na região.”<sup>1</sup> Além

<sup>1</sup> BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.180.

disso, importantes nomes da ditadura militar colocaram-se em defesa de Roberto Marinho durante o “escândalo Time-Life”. O empresário associou-se com a referida empresa norte-americana para criar a TV Globo em flagrante desrespeito à Constituição, que proibia a participação do capital estrangeiro nas comunicações. Embora uma CPI tenha considerado os acordos entre Marinho e Time-Life ilegais, o regime alegou não haver irregularidades, impedindo qualquer punição.

Documentos norte-americanos revelados em 2014 demonstram que, no período da estruturação da TV Globo e da associação com a *Time-Life*, Roberto Marinho tinha estreita proximidade com importantes membros do governo Castelo Branco. Telegramas do embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, enviados aos seus superiores em 1965, relatam que Roberto Marinho vinha “trabalhando silenciosamente” pela prorrogação ou reeleição do presidente da República, além de tratar das pretensões do general Costa e Silva. Essa articulação de Marinho com os nomes mais importantes do aparelho de Estado permite a compreensão do desfecho favorável no caso *Time-Life*.

Em contrapartida, o Grupo Globo passou a veicular em grande medida uma programação e cobertura simpática à ditadura. Walter Clark, o ex-diretor da TV Globo, em seu livro de memórias, admite a proximidade entre a linha ideológica do regime e o Brasil que se assistia nas telas da Globo. Contudo,

para ele, tal sintonia ocorreria “por acaso”: “É uma estupidez, de qualquer forma, negar que a Globo teve sua imagem confundida com a da ditadura. *Mesmo sem querer*, na medida em que ela apurava seu padrão de qualidade (...), tudo isso coincidia com a euforia do ‘milagre brasileiro’. O padrão de qualidade, o fortalecimento de uma imagem de modernidade e tecnologia, acabou cooptando, *mesmo sem querer*, a imagem do ‘Brasil Grande’, que tanto interessava aos governos da ditadura”. Em outros momentos, Clark alega que a programação marcada pelo respaldo ao regime apenas visava eliminar problemas com a censura: “Ok, a Globo prestigiava os militares. Fizemos a festa do Sesquicentenário da Independência, cobríamos as Olimpíadas do Exército, transmitíamos as paradas de 7 de Setembro”; a função do programa de Amaral Netto era “puxar saco”, “afagar o regime” e evitar censuras.<sup>2</sup> Porém, o ex-diretor da Globo não ressalta que foi justamente essa proximidade com a ditadura que favoreceu a expansão do Grupo Globo.

Pode-se citar, ainda como exemplo de legitimação da ditadura militar, uma espécie de documentário exibido pela emissora em 1975, intitulado “Brasil, ontem, hoje e amanhã”, narrado por Cid Moreira, do Jornal Nacional. O programa sustentava que o Brasil havia sido salvo em 1964 pelas Forças Armadas, “chamadas, praticamente intimadas a cumprir a missão que o momento lhes impunha, restabelecendo a ordem e livrando o país dos trapos vermelhos que ameaçavam sufocá-lo”.<sup>3</sup>

O jornal *O Globo* também empenhou-se na construção de uma imagem favorável à ditadura. Uma das maneiras foi enfatizando o crescimento econômico em manchetes e editoriais de primeira página: “*Bolsa em novo recorde*” (4/7/1969), “*Bolsa: Novos recordes*” (24/11/1970), “*Êxito do Brasil contra a inflação*” (7/6/1969). A “obra” da “revolução” era constantemente louvada nos editoriais

de capa. Sob o título “*Brasil acima de tudo*”, afirmava-se: “*DE 1964 PARA CÁ, este País deu um salto. Saiu do caos para a vitalidade*” (19/9/1969). Os aniversários do golpe eram sempre comemorados: em 1969, o editorial teve como título “*Cinco anos fecundos para o Brasil*” (1/4/1969). Em 1970, uma grande manchete destacava: “*Revolução, Ano VII.*” O editorial da mesma edição intitulava-se “*Seis anos fecundos*” (31/3/1970).

O periódico insistia que havia uma democracia no país e que os governantes eram democráticos. Uma manchete afirmava: “*Junta endossa o compromisso democrático de Costa e Silva*” (11/9/1969). Assim foi anunciada a morte do presidente Costa e Silva: “*Brasil enlutado*” (18/12/1969). Entretanto, seus sucessores também não seriam autoritários, como se percebe nas manchetes: “*A aula de Médiçi - presidente quer progresso sem sacrificar liberdades*” (11/3/1970), “*Médiçi prestigia o Congresso*” (12/11/1969), “*Médiçi vai ao povo na praça*” (26/1/1970), “*Governo faculta TV e rádio para a oposição*” (26/6/1969) e “*Exército é fiel à democracia*” (8/5/1970).

Existiriam, porém, pequenos grupos - os “terroristas” - que insistiam em prejudicar o país, se valendo de métodos cruéis e amorais. Eis algumas manchetes: “*Terrorista mataria o próprio pai*” (8/10/1970), “*Ante a repulsa geral do povo - terroristas tentam captar simpatias*” (11/4/1970) e “*Dinheiro do terror era gasto em orgias*” (29/1/1970). Um editorial assim noticiou o sequestro de Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, pelas organizações clandestinas: “*UM GESTODE EXTREMA brutalidade chocou a população pacata e ordeira do Rio*” (5/9/1969).

Até mesmo os setores sociais que se empenhavam em denunciar as torturas praticadas pela ditadura militar receberam editoriais de primeira página desqualificadores. De acordo com *O Globo*, os grupos anti-tortura estariam promovendo uma “campanha contra o Brasil” (22/11/1969) ou uma “Campanha hedionda” (2/4/1970). O jornal insistia que as denúncias eram inverídicas: “*NÃO CREMOS QUE HAJA tortura nesse país*” (4/12/1969).

<sup>2</sup> CLARK, Walter. *O campeão de audiência*, uma autobiografia. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.p.252, 253, 227, 228 E 260 (grifos nossos).

<sup>3</sup> Apud COUTINHO, Eduardo Granja e IASI, Mauro (orgs). *Ecossistema do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014, p.116.

Assim, percebe-se que o jornal utilizava as mesmas expressões utilizadas pela ditadura, como “revolução”, “terroristas” e “subversão”. Insistia que o Brasil era uma “democracia”, mesmo no auge do autoritarismo estatal, com o Congresso Nacional fechado, opositores cassados, perseguidos e torturados. Mostrava os adeptos da luta armada como criminosos comuns, legitimando a violenta repressão sobre os mesmos. Salientava que não havia tortura no Brasil, contribuindo, portanto, com as falsas justificativas de mortes apresentadas pela ditadura (não raro, os assassinados sob tortura eram apresentados como suicidas ou mortos em tiroteios).

Recentemente, em 2013, *O Globo* tratou de suas relações com a ditadura em um editorial. Nesse ano, ocorriam diversas manifestações de rua no Brasil, onde se cantava em coro: “a verdade é dura, a Rede Globo apoiou a ditadura.” O referido editorial reconhecia ter sido um erro o apoio ao golpe de 64 e à ditadura militar. Mas o que parecia uma autocrítica foi, na verdade, uma justificativa ao aplauso e à participação na derrubada de João Goulart. Afinal, de acordo com o editorial, Jango e seus apoiadores teriam promovido uma “radicalização”, visando “atropelar o Congresso e a justiça”, além de solapar a hierarquia militar. O apoio ao golpe seria fruto de uma preocupação “visando ao bem do país”. O editorial sustenta, ainda, que o suporte das Organizações Globo à ditadura decorreu “desse desacerto [aprovação ao golpe de 64] original”. Nesse sentido, além de não se tratar de uma autêntica autocrítica - a colaboração à deposição de Goulart foi exposta como sendo a ação mais razoável para aquele contexto histórico -, o editorial apresenta o apoio à ditadura como um simples desdobramento do suporte ao golpe de 64. O editorial não menciona o fato da expansão das Organizações Globo ter sido grandemente facilitada por seus vínculos políticos com o regime militar.<sup>4</sup>

4 “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro” IN <http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>.

Cabe ainda ressaltar que *O Globo* vem se manifestando contra a revisão da Lei de Anistia e, por conseguinte, contra a punição aos torturadores. No editorial “Ampla e Irrestrita”, de 2014, o jornal considera “lamentável” que parte da Comissão Nacional da Verdade (CNV) tenha se colocado a favor da revisão e sustenta que a referida lei fora fruto de um “entendimento entre o Alto Comando e a sociedade civil”, possibilitando um “perdão recíproco”. Ademais, salienta que a CNV estaria adotando uma postura “unilateral”, uma vez que estaria defendendo a revisão somente no que se refere aos agentes da repressão, isentando os militantes de esquerda. Fica subentendido que ambos os lados do conflito político teriam cometido excessos e transgressões. O periódico desconsidera, porém, que os ativistas de esquerda foram brutalmente torturados, mortos, condenados pela justiça do regime, sentenciados e presos - nada semelhante ocorreu com os integrantes da repressão. *O Globo* corrobora, portanto, com a impunidade daqueles que cometeram gravíssimas violações dos direitos humanos.<sup>5</sup>

5 “Ampla e irrestrita” IN <http://noblat.oglobo.globo.com/editoriais/noticia/2014/12/ampla-e-irrestrita.html>.



# Neoliberalismo e Conservadorismo no Brasil pós-2013: Forma e Conteúdo do Golpe de Estado

• **FRANCISCO FONSECA** - Professor de ciência política da FGV/Eaesp e PUC/SP. É autor dos livros *O Consenso Forjado - a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil* (Hucitec, 2005) e *Liberalismo Autoritário - discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira* (Hucitec, 2011).

O golpe parlamentar efetivado em 31 de agosto foi o resultado de diversos fatores conjugados voltados à desestabilização política, institucional, social, informativa, ideológica e moral do Governo Dilma. Abaixo alguns dos principais personagens, fatores e fenômenos desse longo processo de golpeamento da democracia e de incriminação fascista de um governo e de um partido político. A forma abaixo apresentada não é necessariamente hierárquica ou cronológica, uma vez que vários dos processos elencados ocorreram de forma simultânea:

-Setores majoritários da Câmara dos Deputados, a partir da ascensão do deputado Eduardo Cunha como seu presidente, que ostensivamente, por meio das chamadas “pautas bombas” e do bloqueio de todas as iniciativas do Executivo, atuou no sentido de impedir toda e qualquer iniciativa política, econômica e administrativa do Governo Dilma;

-Tendo como mote o não reconhecimento da derrota eleitoral em 2014, o golpismo dos partidos políticos derrotados - PSDB, DEM e PPS -, paulatinamente secundados pelo PSB e, mais adiante, pelos pequenos e médios partidos de centro-direita reunidos em torno do chamado “Centrão”.

-A conspiração de segmentos empresariais internacionais e nacionais vinculados ao rentismo e a cadeias internacionais de produção, cujo objetivo era a fragilização do G-20 - e consequentemente do banco e do fundo recentemente criados - e a desestruturação do Mercosul, cujo vetor é a desconstrução da política exterior Sul/Sul.

-A quase totalidade dos empresários nacionais desejosos, desde sempre - isto é, mesmo a burguesia nacional privilegiada pelos governos petistas -, da derrogação dos direitos trabalhistas, prioritariamente, e também dos direitos sociais, com vistas a estabelecer



“ambiente de negócios” atrativo ao Capital: nacional e estrangeiro, uma vez que cada vez mais interligados.

-As classes médias superiores, composta por profissionais liberais, pequenos burgueses, rentistas médios e todos aqueles que não vivem apenas ou necessariamente de salários, uma vez que desgostosas das políticas de ascensão social promovidas pelos governos petistas. Como se sabe, trata-se de resistência à percepção, mesmo que irreal, da perda de prestígio e privilégios, caso do acesso à universidade e a bens de consumo e serviços aos pobres.

-Setores ascendentes das classes médias baixas - aquilo que se chamou de “a nova classe média” -, cuja ascensão se deu justamente pelas políticas públicas inclusivas de Lula e Dilma, que foram, contudo, seduzidas pelo discurso ideológico da “meritocracia individual”, pendendo ao conservadorismo. Também segmentos de “inocentes úteis”, que serão fortemente penalizados pela política econômica e antissocial de Temer, caíram na armadilha ardilosa e fascista do discurso do “combate à corrupção” e passaram a apoiar, mesmo que passivamente, a desestabilização.

-A grande mídia comercial (emissoras de tvs e rádios, jornais e revistas e grandes portais da internet) que, aproveitando-se da mais completa desregulação e desregulamentação do Estado brasileiro, desde sempre, e turbinada - curiosa e paradoxalmente - por polpudos recursos publicitários dos governos petistas, lançarem-se na lancinante campanha golpista. Sua atuação desestabilizadora e golpista encontra-se em posição oposta à sua credibilidade, embora ainda com grande repercussão entre a maioria dos brasileiros. Deve-se ressaltar o papel decisivo e primordial do Sistema Globo nesse processo, voltado à desestabilização e ao golpismo, desde sempre e particularmente neste momento.

-A ação inconstitucional - portanto fartamente ilegal -, seletiva, persecutória e articulada à grande mídia comercial da Operação LavaJato, cujo objetivo passou

a ser fundamentalmente destruir política e eleitoralmente o Governo Dilma, o PT e Lula. A Operação LavaJato atenta ostensiva e vigorosamente contra o Estado de Direito Democrático. O discurso moralista do suposto combate à corrupção, catalisado pelo juiz Sérgio Moro - cuja atuação é militantemente política e extra-legal, reitere-se -, representou a porta de entrada para todo tipo de oportunismo político: jurídico, político/eleitoral, informacional, parlamentar, social e ideológico.

-A leniência do STF e da PGR aos atentados ao Estado de Direito Democrático desfechados pela Operação LavaJato, tornando-se consorciados a esta Operação num complexo continuum.

-A ação da Polícia Federal, componente da Operação LavaJato, com os mesmos propósitos referidos desta, e sem que o Ministério da Justiça - ao qual está submetida - no Governo Dilma, comandado por José Eduardo M. Cardoso, nada fizesse para contê-la no sentido de circunscrever sua atuação nos marcos constitucionais e republicanos.

-Os think-tanks, e seus financiadores, internacionais (irmãos Koch, por exemplo) e nacionais (Instituto Millenium, entre tantos outros), voltados à propaganda ideológica que instrumentalizou - e financiou - grupos como MBL, Vem pra Rua e Revoltados On Line, entre outros. Grupos empresariais igualmente participaram dessa campanha ideológica (com financiamento) antipetista, anti-governo, anti-Lula e anti-direitos sociais, trabalhistas, políticos e civis.

-Na reta final do processo - no sentido kafkaniano - do impeachment, o Senado passou a atuar de forma golpista, produzindo verdadeira peça de ficção (verdadeiro “faz-me-rir” supostamente jurídico) quanto ao suposto “crime de responsabilidade” da presidente Dilma.

-As próprias debilidades do Governo Dilma, por meio da incapacidade de controlar republicanamente a PF, como se disse, assim como de escolher um Procurador Geral

da República defensor do Estado de Direito Democrático, cuja lista tríplice se deu no ano passado, em meio à crise, e cuja escolha recaiu na recondução de Rodrigo Janot, que claramente voltara-se à desestabilização. Também a escolha do ministro do STF, Luiz Fchin, mostrou-se nula do ponto de vista de anteparos à desestabilização. Trata-se de três fatores essenciais à debilidade do Governo Dilma, que contribuíram decisivamente para sua queda. Não bastasse isso, a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda com vistas ao “ajuste fiscalista” conservador e neoliberal afastou vigorosamente o Governo Dilma dos movimentos sociais, dos progressistas e da esquerda. Em meio a tudo isso, a própria personalidade política da presidente e de seu Governo contribuíram para a fragilização governamental, tendo em vista um certo isolamento arrogante, o distanciamento dos movimentos sociais, a incapacidade sistêmica de articulação junto ao Congresso Nacional e a outros atores relevantes, e mesmo ao não enfrentamento - naquilo que poderia enfrentar - de polos de poder, caso da mídia, como se disse.

-O não enfrentamento dos grandes polos de poder e de constrangimentos às políticas progressistas, casos notórios da reforma política e do enquadramento democrático da mídia.

-A perda de hegemonia do PT levou às seguintes rupturas: o desfazimento do amplo campo de centro-esquerda, em que o PSB, o PDT e outros partidos menores ocupavam papel importante na arena partidária e parlamentar; a saída da Força Sindical (de centro-direita no espectro ideológico) e de outras centrais sindicais menores da base de apoio social e governamental, tornando-se golpistas e portanto desestabilizadoras; a ascensão da direita ideológica e raivosa em todos os setores sociais - processo advindo desde junho de 2013 - que, “saindo do armário”, passou a pautar e encurralar as ideias progressistas e de esquerda, tendo encontrado farta recepção entre os meios de comunicação e entre partidos que nasceram originalmente com bandeiras “modernas”: caso do PSDB, que se tornou cada vez mais parecido com as

velhas oligarquias, mesmo atuando nos grandes centros urbanos, e cuja atuação é marcada pela corrupção endêmica, aparelhamento partidário sistêmico, autoritarismo policial, políticas elitistas e neoliberais, opacidade quanto aos recursos públicos e tantos outros atributos antidemocráticos, cujos exemplos notáveis são os Governos Alckmin e Richa.

-A crise econômica internacional, provinda do crash de 2008 e não resolvida até os dias de hoje, mas que fora postergada acertadamente pelo Governo Dilma - embora com doses por vezes acima do recomendável - por meio das chamadas “políticas anticíclicas”. Tais políticas se esgotaram, uma vez que têm validade limitada no capitalismo. Seu esgotamento levou também ao fim da “aliança de classes” perseguida pelo Governo Lula desde a “Carta ao Povo Brasileiro” e pelo hiper-realismo governamental dos estrategistas dos governos petistas: o próprio Lula, conciliador desde sempre, José Dirceu, José Genuíno, entre outros. Consequentemente ruiu o - tomado como mantra - “presidencialismo de coalizão” sem que o governo e o PT conseguissem minimamente rever suas estratégias perante a nova realidade.

-Por fim, o modelo contemporâneo de acumulação capitalista - tema de meu próximo artigo -, baseado na flexibilização do capital (combinação do capital produtivo com o especulativo, com predominância deste), do consumo (obsolescência programada, produção por lotes, just in time) - ambos em pleno desenvolvimento no Brasil -, e da força de trabalho: a ser atacada nesse momento. Tudo isso num contexto de profunda interconexão internacional. Trata-se de exigência desse modelo flexível de acumulação a redução substantiva do “custo” do trabalho - tratado ideologicamente de “custo Brasil” - e da criação de “ambiente de negócios propício”, que implicaria a vinda profusa do capital estrangeiro, com supostos “benefícios” a países que, na divisão internacional do trabalho, não teriam como “competir” pela produção tecnológica e pela exportação de produtos com valor agregado, caso do Brasil (perspectiva essa já demonstrada nos Governos FHC). Os programas “Uma

ponte para o futuro” e “Travessia Social”, do PMDB, publicados nos últimos meses, são peças primorosas dessa concepção retrógrada, antissocial e afinada ao rentismo e à concepção de perda daquilo que se chama “soberania nacional” e de “sociedade civilizada”. O modelo de acumulação capitalista, encarnado por capitalistas, ideólogos, think tanks, meios de comunicação, financiadores e tantos outros é uma força internacional, com conexões claras no Brasil, necessita ser analisado com acuidade, para além das análises institucionalistas de parte significativa da ciência política e econômica brasileiras que apenas “explicam” o “epifenômeno da superestrutura”.

De forma articulada, num verdadeiro consórcio desestabilizador com vistas ao golpe, que foi se formando ao longo dos governos petistas e se avolumando desde 2013, mas particularmente desde a reeleição da presidente Dilma, esses atores formaram uma grande coalizão. Mesmo sem um centro articulador vertical de todas as peças, a Operação LavaJato em articulação com a mídia, empresários e think tanks conseguiu ter capacidade de direção que deu musculatura ao golpe parlamentar formal, encurralando setores progressistas nas ruas e nas instituições. Nestas últimas, a submissão de ministros progressistas e “liberais” do STF - casos de Barroso, Marco Aurélio Mello e mesmo Teórici, sem contar Dias Toffoli - a “ministros” militantes e retrógrados, como Gilmar Mendes e Celso de Mello, trouxe grande parte de ministros do “centro” para a anuência à conspiração e ao golpe. Mesmo Rodrigo Janot fez forte guinada à desestabilização e passou a atuar em conjunto com Sérgio Moro, como tem demonstrado brilhantemente Luís Nassif em suas análises sobre os vários jogos de “xadrez” da crise política.

Assim o golpe foi desfechado. Seus elementos simbólicos combinam processo kafkaniano com ópera bufa, num ambiente nonsense e bizarro: a figura gangsteriana de Eduardo Cunha; o show de horrores da “bandidagem” parlamentar, como seu viu na votação do impeachment na Câmara de Deputados; o histerismo bizarro de Janaína Paschoal; o

“faz-me-rir” supostamente jurídico da “peça” acusatória; o “machistério” ignóbil de Temer; o apoio de figuras públicas típicas da ignorância nacional ao golpe; a imagem modorrenta e “mordômica” (com o perdão do neologismo) de Michel Temer, cuja trajetória política se fez nas sombras e agora sobe à ribalta, tal como Cunha, a desempenhar um papel que jamais esteve à altura; as nomeações e “des”nomeações de ministros e auxiliares, as idas e vindas políticas e administrativas - todas típicas de fim de governo - se apresentam logo nos primeiros dias do “novo” governo, confirmando à exaustão a bizarrice do golpe (à paraguaia) e a desconexão da direita agora no poder com a “sociedade civil”.

Deve-se entender “sociedade civil” como o conjunto de organizações que conflitam de forma orgânica e representativa nas arenas política, intelectual, ideológica, jurídica, institucional e outras, e que, dessa forma, representam grupos sociais, opiniões e interesses. Pois bem, a forma e o conteúdo do golpe e do “governo” Temer, dadas suas ilegalidades, ilegitimidades, imoralidades e simbologias negativas, os distanciam vigorosamente de segmentos sociais, grupos, classes e frações de classes sociais as mais distintas: da direita à esquerda, o que implica a perda substantiva do que se chama de centro.

A sustentação ideológica do “governo” Temer se dará, portanto, por duas camadas sociais: as classes médias superiores e parte significativa do Capital, ambas absolutamente minoritárias; e politicamente pela institucionalidade do Congresso Nacional, por meio de maioria na Câmara e no Senado, mas com inúmeras contradições, como se viu na não cassação dos direitos políticos da presidente Dilma.

No mais, terá oposição cerrada dos trabalhadores organizados e mesmo não organizados, dos jovens, dos que têm em mira a aposentadoria, dos pobres que se beneficiam, notadamente a partir do Governo Lula, dos serviços públicos de saúde, assistência social e educação; de grande parte dos seg-

mentos intelectualizados das classes médias, dos servidores públicos, das esquerdas, dos progressistas, dos liberais que se pautam pelo Estado de Direito Democrático (o que inclui parte substantiva do Poder Judiciário); de um sem número de artistas, esportistas, personalidades das mais diversas áreas; entre inúmeros outros. O “Fora Temer” já se tornou bordão popular entoado nos quatro cantos e ganha apoio internacional profundo: grande imprensa estrangeira respeitada; defensores e entidades de Direitos Humanos (lembrando que o Brasil é signatário de inúmeros tratados nesse campo); personalidades internacionais das mais diversas áreas; parlamentos de inúmeros países e instituições internacionais (OEA, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Unasul etc); diplomacias de vários países; a figura eloquente e renovadora do Papa Francisco; o G-20 e os Brics; entre outros.

Portanto, o pós-golpe só poderá, em última instância, se sustentar na violência policial e no apoio da grande mídia carcomida, cuja credibilidade e sustentabilidade financeira decaem como a água fétida - que representam - que desce ao ralo.

As reformas neoliberais - que fracassaram no mundo todo e são espécie de fantasma que se tenta ressuscitar - e conservadoras, derrotadas nas últimas quatro eleições presidenciais, beneficiam, se tanto, 10% dos brasileiros. Encontrarão, como estão encontrando desde já, maciça oposição: de rua, parlamentar, judicial, simbólica, ideológica e social. Tudo isso tende a influenciar e pressionar as instituições, hoje circundantes ao redor da hegemonia conservadora que, contudo, sustenta-se - o golpismo - numa “sociedade civil gelatinosa”, elitista, nada representativa. Mesmo com o empenho da mídia e a violência policial intimidatória, a história nos ensina que “não passarão”, como entoado por muitos.

Não se trata de perspectiva otimista, muito ao contrário. E sim da tentativa de compreender as causas e consequências da desestabilização política artificialmente forjada por atores que conspiraram contra o PT,

o Governo Dilma, e a sociedade civilizada de direitos; o processo fraudulento de cassação dos votos de mais de cinquenta e quatro milhões de brasileiros; e a fragilidade das bases sociais de sustentação do golpismo de uma sociedade que viu os direitos crescerem desde 1988.

A aventura conspiratória e golpista de todos que nela se envolveram potencialmente custará caro, em várias dimensões, a cada um deles. A história, que já está em andamento, provará, como provou em tempos de outra. Embora uma aposta analítica, uma vez que o aparato ideológico da mídia e policial do Estado estarão operando em consórcio, o passado assim o demonstrou, como foi o caso da ditadura de 1964. Curiosamente há atores semelhantes ontem e hoje.

A complexidade e diferenciação da sociedade brasileira, cujo grau de organização política e social é substantivo está demonstrando que as chances do golpismo prosperar são mínimas, reitere-se. A não ser que adentremos a uma nova ditadura militar, o que não parece plausível, nesse momento.

Talvez um “novo” país ressurgja saído das cinzas, como Fênix, dessa tragédia!



# A liberdade de falar sozinho<sup>1</sup>

• LUIS FELIPE MIGUEL - Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde edita a Revista Brasileira de Ciência Política e coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades - Demodê.

A recente aprovação do PLS 141/2011, relativo ao direito de resposta nos veículos de comunicação, despertou uma reação enfurecida das empresas de mídia, seja por meio das suas associações (ANJ, ABERT), seja por meio de editoriais e de artigos e entrevistas de seus porta-vozes formais e informais. Como sempre, no discurso deles, qualquer tentativa de regulação pública da atividade jornalística empresarial aparece como uma ameaça à liberdade de expressão.

O projeto do senador Roberto Requião, agora sancionado pela presidente Dilma Rousseff, é bem modesto em seus objetivos. Visa reprimir a divulgação de informações francamente caluniosas e minimizar seus efeitos – por isso, o curto prazo para o deferimento do pedido do atingido e para a publicação da réplica, tão criticado pelas empresas. Caso o tempo entre a notícia inicial e a contestação seja grande demais, a resposta pode se tornar inócua, pois os danos causados seriam irreversíveis. Um veto presidencial retirou do texto o dispositivo que garantia a possibilidade de que a resposta fosse apresentada pessoalmente ou por quem o prejudicado achasse conveniente. Com isso, permanecemos com as próprias emissoras definindo a forma de apresentação, um retrocesso diante do texto original.

Ainda assim, trata-se de uma medida importante para coibir abusos que têm se tornado cada vez mais frequentes no Brasil, como o recente cerco ao ex-presidente Lula e a seus familiares demonstra. Mas está longe de atacar os problemas centrais que o controle privado dos meios de comunicação coloca para a democracia no Brasil, problemas que – por causa do próprio poder da mídia – estão longe de ocupar a posição que deveriam na agenda pública.

## A trajetória da mídia no Brasil a partir da redemocratização (1982 a 2002)

Durante algum tempo, foi possível descrever a influência dos meios de comunicação de massa no Brasil como uma evolução lenta, mas constante, na direção de formas mais “civilizadas” de intervenção nas disputas políticas. Não é que eles deixassem de intervir, mas adotavam padrões um pouco mais sutis, mais parecidos com aqueles presentes nos regimes liberais consolidados. A Rede Globo, que durante a maior parte do tempo ocupou a posição central de nosso sistema de mídia, serve como exemplo.

Nas primeiras eleições parcialmente competitivas desde 1964 (as disputas pelos governos estaduais em 1982), a Globo participou do chamado “esquema Proconsult”, a tentativa de fraudar o resultado no Rio de Janeiro, retirando a vitória de Leonel Brizola. Já em 1989, na primeira eleição presidencial após o retorno dos civis ao poder, ela entrou em campanha quase aberta por Fernando Collor, participando ativamente da ofensiva de *marketing* que o tornou um candidato viável. A campanha da Globo culminou na edição do último debate entre Collor e Lula, no *Jornal Nacional*. Hoje, até o discurso oficial da emissora reconhece a intenção manipulativa da edição, ainda que jogue a responsabilidade sobre alguns funcionários, não sobre a direção da empresa. Da fraude na apuração dos votos em 1982 à “mera” manipulação do eleitorado em 1989 há, sem dúvida, algum progresso.

A reação à manipulação de 1989 e o fracasso do governo Collor levaram a uma postura mais cautelosa em 1994. Não houve a promoção aberta do candidato Fernando Henrique Cardoso: ela foi substituída pela defesa do Plano Real. A manobra,

<sup>1</sup> Publicado originalmente no blog da *Boitempo* em 12.11.2015.



já de partida pouco sutil, tornou-se indisfarçada no momento em que o então ministro Rubens Ricúpero a explicou em rede nacional, sem saber que estava sendo captado pelas antenas parabólicas. De qualquer maneira, é uma demonstração de que, cinco anos após a campanha de Collor, a Globo já entendia que precisava, no mínimo, fingir que não estava envolvida com um dos candidatos. Quando Fernando Henrique buscou um novo mandato, em 1998, a manobra foi outra. A emissora eliminou a campanha presidencial do noticiário, fazendo da eleição um simples ritual de recondução do presidente ao cargo. Era essa, aliás, a estratégia do PSDB: impedir a discussão de alternativas. No período de doze semanas que antecedeu a votação, em 1998, os candidatos presidenciais reunidos receberam menos tempo de *Jornal Nacional* do que a cobertura dada ao nascimento de Sasha, a filha da apresentadora Xuxa. Tal silenciamento é o descumprimento do compromisso público do jornalismo, mas foi explicitamente apresentado, na época, como prova de “neutralidade” no pleito.

E em 2002 houve o passo mais significativo de aproximação ao padrão de intervenção da mídia nos países de democracia capitalista consolidada. Havia simpatia, da Globo como da grande imprensa em geral, ao candidato José Serra. Mas tal simpatia foi controlada e o empenho maior foi garantir que todos os candidatos competitivos se comprometessem com a defesa de determinados interesses básicos. Ao contrário do pleito anterior, o *Jornal Nacional* deu amplo espaço à campanha. Cronometrou o tempo destinado aos quatro principais candidatos, dando a eles visibilidade similar. O esforço era para extrair de todos eles a garantia expressa de que a política econômica fernandista não seria alterada e os “contratos” seriam respeitados. A grande imprensa, Globo incluída, enfatizava o perigo de uma vitória da oposição (alta do dólar e do chamado “risco-Brasil”), que só seria evitado assegurando a permanência do modelo vigente.

Assim, era apresentada uma aparente neutralidade diante da disputa eleitoral, ao mesmo tempo em que o espectro das propostas que os candidatos podiam “legitimamente” defender ficava severamente restrito. É evidente que o jornalismo de uma sociedade democrática precisa de muito mais pluralismo. Ainda assim, em 2002 os conglomerados de mídia tiveram que demonstrar disposição para aceitar a alternância no poder (que se tornara cada vez mais inevitável). Com

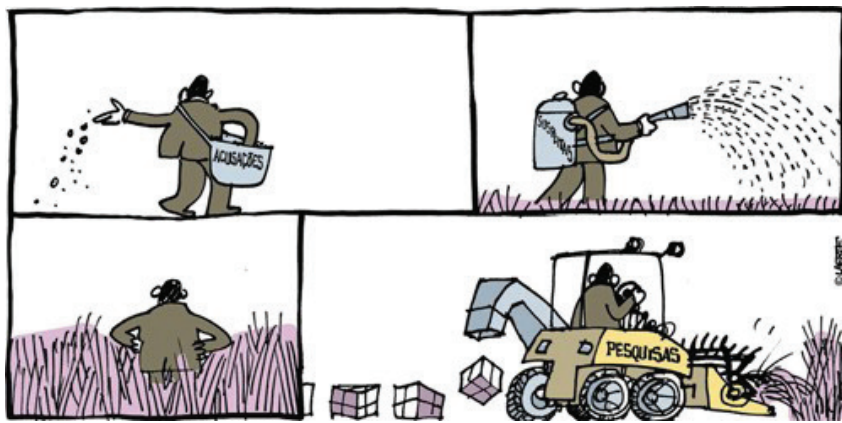
isso, avançaram rumo ao padrão de cobertura preferido por seus congêneres nos países do Norte, que também defendem interesses, mas evitam a manipulação eleitoral indisfarçada.

### A “mervalização” do espectro midiático brasileiro

Portanto, de 1982 a 2002 temos um padrão evolutivo, em que formas mais abertas de intervenção política são substituídas por formas mais veladas. A partir da crise do mensalão, no primeiro mandato de Lula, porém, o quadro mudou. São vários os possíveis motivos do ódio demonstrado a um governo que, no fim das contas, fez tão pouco para enfrentar os interesses dominantes: ódio atávico ao petismo, preconceito de classe, sentimento da elite paulista de que havia sido desalojada das posições de poder que lhe cabiam por direito divino, entendimento de que qualquer melhoria nas condições de vida dos miseráveis, ainda que pequena, punha em risco seus privilégios. Seja como for, as campanhas de 2006, 2010 e 2014 foram num crescendo de engajamento eleitoral aberto, a tal ponto que hoje, quando vivemos o interminável terceiro turno da eleição do ano passado, parece que estamos de novo em 1989.

A mervalização do noticiário fez com que a revista *Veja*, que no passado recente parecia destoar do padrão de envolvimento político mais cauteloso adotado pela maior parte da mídia, passasse de exceção a regra. Os míticos valores da “imparcialidade” e da “objetividade”, que o jornalismo costumeiramente empunha como forma de afirmar seu poder de dizer o mundo, foram alegremente jogados na lata do lixo. Em seu lugar, espera-se que o público encontre no noticiário o espelho de seus próprios preconceitos.

Por isso é que o controle da informação é um dos principais gargalos da democracia no Brasil. Existe um pequeno pluralismo, é verdade, de algumas publicações alinhadas ao governo petista, de ainda menos veículos posicionados à esquerda. Mas ele é muito insuficiente. A mídia possui influência política porque forma um sistema capaz de impor sua agenda ao público. Esse sistema exclui as vozes dissonantes – *Veja*, *Folha*, *Estadão* e Rede Globo se pautam mutuamente, mas as matérias publicadas em *Carta Capital* ou na *Caros Amigos* tendem a ser ignoradas por elas. Esse desafio precisa ser enfrentado para gerar uma democracia mais verdadeira.



### Liberdade de expressão e democratização da comunicação

O que está em questão, aqui, é o valor da *liberdade de expressão*. Para as empresas de comunicação e seus aliados, a liberdade de expressão deve ser entendida sobretudo como um direito individual. Eu posso falar o que quero, como quero, usando os meios que estiverem a meu alcance. Se tenho acesso a televisão, jornal, rádio e revista, falarei a uma multidão de pessoas. Se não tenho, paciência. A liberdade de expressão, assim, é o estado de natureza hobbesiano, em que ganham os mais fortes. É o que está por trás da reação ao próprio projeto do direito de resposta.

Mas é possível ver que a liberdade de expressão é também – e de maneira central – um direito coletivo. Precisamos dela para que o público tenha acesso a um debate político plural, com ideias, valores, perspectivas sociais e propostas divergentes. Essa sempre foi, por sinal, a compreensão dos defensores liberais clássicos da liberdade de expressão, de John Milton a John Stuart Mill. No contexto da época, a preocupação deles era impedir a censura estatal. Mas o controle dos recursos de comunicação nas mãos de uns poucos agentes privados causa o mesmo resultado de abafamento da discussão e de silenciamento das vozes divergentes.

No caso brasileiro, o mercado de mídia é extremamente concentrado. Um poucas famílias detêm o controle das grandes redes de televisão e rádio, dos principais jornais, das revistas, dos portais de notícias na internet. Graças à ausência de restrições à propriedade cruzada, quem liga a tevê, ouve rádio, lê jornal e lê revista pode estar recebendo informações que partem de uma única fonte. Estes poucos conglomerados de comunicação, além do mais, possuem em geral visões

de mundo, valores e interesses em comum. A competição mercantil entre eles raras vezes abre espaço para a pluralidade de ideias.

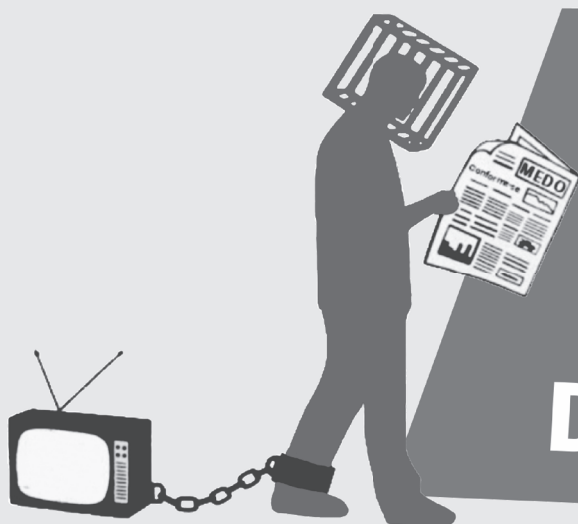
Esta convergência está evidente no próprio debate sobre a democratização da comunicação. As propostas aventadas antes pelo governo Lula e depois pelo governo Dilma Rousseff para mudar o quadro da mídia no país, ainda que tímidas e insuficientes, foram atacadas sem trégua,

como tentativas de impor censura e monopólio estatal da informação. O que os donos da mídia veem ameaçada é sua capacidade de dominar o discurso público – sua liberdade de expressão entendida como o direito de falarem sozinhos.

Há quem argumente que o problema foi resolvido pelas novas tecnologias. Se uns têm emissoras de televisão ou de rádios, outros podem criar blogs na internet. Aqueles que lutam pela democratização da comunicação estariam “uma guerra atrasados”, como disse certa vez um colunista da *Folha de S. Paulo*. Só que quando a própria *Folha* tenta convencer o mercado publicitário de que não vale a pena mudar para as novas mídias, não escasseiam reportagens para mostrar como o caleidoscópio de vozes do ciberespaço permanece dependente das informações oriundas dos veículos tradicionais (fonte de mais de 90% delas, de acordo com pesquisas nos Estados Unidos).

Continua sendo necessário regular a grande mídia, para que ela se torne mais compatível com o debate democrático ampliado. É necessário garantir o direito de resposta, para coibir e corrigir abusos. Mas não basta. É necessário adotar medidas que combatam a concentração da propriedade da mídia, uma vez que a competição ampliada gera potencialmente aberturas para novas perspectivas – também não basta. É necessário fortalecer o jornalismo público, que deve se tornar o guardião dos valores profissionais, protegido da influência tanto do mercado quanto do Estado. Ainda não basta. É necessário estimular a mídia dos grupos sociais minoritários, garantindo que mais segmentos ganhem voz no debate, inclusive com financiamento público para sua produção, como ocorre em países do norte da Europa. Em conjunto, tais medidas projetam uma verdadeira liberdade de expressão, emancipada do poder econômico e realmente capaz de servir ao aprimoramento da democracia.

# O JORNALISMO NA COMUNICAÇÃO SINDICAL E DISPUTA DE HEGEMONIA



**A FUSÃO DA MÍDIA  
COM O ESTADO  
E A MANIPULAÇÃO  
DAS CONSCIÊNCIAS**

# Comunicação Sindical: a arte de falar para milhões

• CLAUDIA SANTIAGO GIANNOTTI - Jornalista, professora de História e coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação

Quando se fala em comunicação sindical é preciso saber que se está falando de política. Do resultado de decisões políticas. A Comunicação determinada e realizada por um sindicato depende da concepção política da direção do mesmo. Ela é parte da prática sindical, que é fruto da concepção.

Se o Sindicato tem uma política que se preocupa apenas com os interesses imediatos dos trabalhadores, a comunicação vai refletir isso. Mas, se o Sindicato tem no horizonte, além dos interesses imediatos, os interesses históricos da classe trabalhadora, estaremos falando de uma comunicação com interesses mais amplos e transformadores.

Transformadora no sentido que objetiva transformar homens e mulheres em indivíduos novos, livres das amarras do pensamento hegemônico, o capitalista. Uma comunicação que pretende combater como um Davi frente a um Golias, como os vietcongs frente às armas estadunidenses, as ideias liberais, neoliberais e conservadoras que são despejadas durante 24 horas por dia sobre leitores, espectadores e ouvintes da mídia da burguesia nacional e internacional.

Há ainda outro tipo de Sindicato. São aqueles que fazem parte do sistema, atuam para mantê-lo e dele se beneficiam. Nestes casos, a comunicação é usada para fortalecer esses objetivos, ou é inexistente.

## Os sindicatos de esquerda

Aqui vamos tratar dos sindicatos que são dirigidos por pessoas comprometidas com os interesses históricos da classe trabalhadora. Alguns têm esse princípio até em

seus estatutos. É o caso do Sindicato dos Comerciários de Fortaleza, que no artigo 8º do seu estatuto diz:

### *Seção II Princípios e Objetivos*

*Artigo 8º - O Sindicato dos Empregados no Comércio de Fortaleza é uma entidade sindical independente, de caráter classista, autônomo e democrático, que tem como princípio básico o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e trabalhadoras comerciários de Fortaleza, e da classe trabalhadora em geral, especialmente no que concerne à sua luta por melhores condições de vida e de trabalho, bem como por um sistema econômico que tenha como princípio fundamental o valor do trabalho, tendo, portanto, a classe trabalhadora como protagonista fundamental.*

Esses Sindicatos organizam a classe para a luta por manutenção de direitos ameaçados em tempos neoliberais e para a conquista de novos direitos. Mas não só. Ao contrário daqueles que querem a manutenção do atual sistema hegemônico, eles explicam para os trabalhadores que a retirada de direitos, o corte de vagas, a precarização dos serviços públicos, são medidas orquestradas internacionalmente por mecanismos invisíveis aos olhos da maioria, e seguidas à risca pela quase totalidade dos governantes do mundo.

Fazer uma comunicação com objetivos tão pretenciosos e elevados exige muita especialização.

A grande massa de trabalhadores, como já dissemos, se informa pelos meios



de comunicação da classe que é sua inimiga historicamente, a burguesia. Esse povo está acostumado, para não dizer adestrado, pelas ideias transmitidas por jornais, revistas, programas policiais, telenovelas.

Esses veículos transmitem valores contrários aos interesses da classe trabalhadora. Fazem apologia do individualismo, da meritocracia, criminalização da pobreza e dos movimentos sociais e defesa do sistema.

E são extremamente bem feitos. As revistas semanais seguem padrões estéticos mundiais e a nossa televisão (Rede Globo) é sem dúvida uma das mais atrativas do mundo. A exportação de telenovelas é um bom indicador.

As novelas brasileiras se tornaram, a partir dos anos 70, um dos principais produtos de exportação do país. A Rede Globo, por exemplo, maior produtora do gênero da América Latina, exporta suas novelas desde 1973, quando vendeu a montagem de “O Bem Amado”, de Dias Gomes, para uma emissora do Uruguai. Em 1975, foi a vez da Europa começar a importar: “Gabriela Cravo e Canela”, adaptação da obra de Jorge Amado. De lá pra cá, muitas produções foram vendidas para países de todas as regiões do mundo, principalmente Estados Unidos e Europa. A novela mais exportada até hoje foi Avenida Brasil, de João Emanuel Carneiro, produzida em 2012 e vendida para 104 países.

### A nossa comunicação

“Um partido sem jornal é como um exército sem armas”, publicou em 1875, no Japão, a edição nº 1 do *Johji Shimbun*. Essa frase foi repetida à exaustão pelo comunicador e educador popular, Vito Giannotti, nos últimos 20 anos nas centenas de cursos e palestras que fez no país inteiro pelo Núcleo Piratininga de Comunicação.

Giannotti pretendia convencer, e venceu!,\_ sindicalistas das várias tendências ideológicas do campo da esquerda que luta política se faz com comunicação. Era como se dissesse que um sindicato sem comunicação não serve para nada. Foi ele quem introduziu no movimento sindical brasileiro a ideia gramsciana de disputa de hegemonia.

Os sindicatos comprometidos com as transformações sociais na sociedade devem usar os vários instrumentos de comunicação para disputar a hegemonia na sociedade. Ou seja, para conquistar corações e mentes com novos valores.

A comunicação sindical é composta por um mosaico. Nele está o jornal, o rádio, o vídeo, as cartilhas, os cartazes e, obviamente, as milhares de possibilidades surgidas com a Internet.

Não é preciso usar todas. Mas pode-se usar todas. Depende com quem você quer se comunicar. Em um Sindicato de operários da Construção Civil, pouco ou nada vai adiantar uma revista pesada com textos escritos por professores universitários. Ali a vida é rápida e muitas vezes curta. Tudo é rápido e assim precisa ser a comunicação com essas pessoas. Se o Sindicato é de docentes universitários, talvez uma revista em quadrinhos cause alguma irritação. A ideia, então, é ter uma linguagem simples, que seja compreendida por todos os que querem ler e, ao mesmo tempo, não irrite aos que passam a vida entre os livros.

O único jeito para se saber qual o melhor meio para se comunicar com a categoria é conhecê-la. Por isso, defendo que a comunicação de um sindicato deve ser produzida por um tripé composto pela direção do Sindicato, os profissionais de comunicação e os representantes de núcleos, as comissões de fábrica, enfim, pela organização no local de trabalho.

E que se deve usar a maioria dos instrumentos. Sempre com uma pauta ampla que trate dos interesses da classe e não somente da corporação. Uma comunicação que trate dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. Que vá além da relação do trabalhador com seu local de trabalho e que dispute os rumos das cidades e até mesmo do país. Uma comunicação que se envolva com causas humanitárias, como a dos migrantes.

Tudo feito por profissionais de comunicação. Temos centenas, altamente qualificados e dispostos a colocar sua arte à disposição da comunicação dos trabalhadores com sua linguagem específica e sua forma de distribuição tão peculiar: de mão em mão, olho no olho e com muita conversa com os trabalhadores. Usar a língua é um excelente meio de comunicação.



# As redes sociais e a luta dos trabalhadores

• HERBERT CLAROS - Publicado no Blog do Herbert em 9.10.2016. <https://blogdoherbert.com.br>.

**A**s redes sociais ganharam definitivamente as barricadas das lutas dos trabalhadores e da juventude. Ao longo da última década, com a massificação dos smartphones e redes como Twitter, Facebook, Whatsapp e YouTube, as imagens e sons das lutas sociais e até revoluções se espalharam ao redor do mundo.

Podemos afirmar que a massificação das redes sociais nas lutas começa com o movimento Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, em 2010 e 2011. Aqui teve grande destaque o Twitter que ajudou a massificar e inspirar o movimento em diversas cidades dos EUA com o lema de ocupar os espaços públicos. Em Tumblr.com, o blog “Nós somos os 99 por cento” continua até hoje a publicar histórias de centenas de pessoas que lutam e denunciam os efeitos do capitalismo nos EUA.

As redes foram fundamentais também na comunicação, organização e divulgação das manifestações da Primavera Árabe. Países ditatoriais com rígido controle sobre a imprensa e mídia em geral se viram pressionados por massas de jovens e trabalhadores convocados pelas redes, engrossando as marchas e ocupações de praças e prédios públicos na luta pela democracia. Diversas páginas de Facebook e ativistas através do Twitter compartilhavam imagens das massivas manifestações e denunciavam a repressão dos governos.

A mesma experiência se seguiu em países da Europa, com mobilizações contra os planos de austeridade.

No Brasil, as grandes manifestações de 2013 foram impulsionadas com a transmissão pelas páginas do Facebook e canais de vídeos no Youtube, como as realizadas pelo grupo de esquerda Mídia Ninja.

Com esses eventos internacionais, os movimentos sociais começam a dar mais importância ao uso das redes como instrumento de mobilização e possibilidade de se romper o bloqueio da grande imprensa.

A partir das experiências das ruas e da juventude nos protestos, os sindicatos e organizações sociais compreenderam o alcance dessas ferramentas.

## As redes sociais e suas multifacetadas

Por outro lado, as redes sociais também são fartamente usadas pelo governo, empresas e organizações de ultradireita para disseminar seus conceitos e disputar a consciência dos trabalhadores.

É muito importante não menosprezar o peso que governo e patrões estão dando cada vez mais ao uso das redes. Como na grande mídia o intuito é usar essas ferramentas para alienar os trabalhadores e juventude. Todos vimos como setores de direita, MBL e o Vem Pra Rua, usaram as redes sociais para levar milhares de pessoas as ruas com o discurso contra a corrupção, mas na verdade com uma agenda neoliberal e reacionária.

Outro aspecto e que estamos vivendo é uma crise mundial das organizações operárias tradicionais, que passam por um

processo de burocratização de suas lideranças e o afastamento cada vez maior de suas bases. Neste sentido, o uso das redes sociais para a disputa de entidades de classe independentes e combativas é um avanço, assim como as CIPAs (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) foram a partir dos anos 80 para organizar o trabalho de base e as oposições sindicais.

É preciso romper com preconceitos e falsas ideologias e colocar as organizações à frente das lutas dos trabalhadores, considerando também o uso das redes sociais.

É ambição de todo comunicador e lideranças fazer chegar a informação de sua entidade ao maior número possível de pessoas. Para isso, estão à disposição ferramentas como vídeos, memes, aplicativos, blogs, SMS, Whatsapp (grupos ou lista de transmissão) etc.

As redes sociais são, portanto, potenciais veículos de comunicação para organização dos trabalhadores.

### **Da filipeta ao Whatsapp**

É parte indissociável da história do movimento operário o uso de boletins e suas diversas variantes na comunicação com os trabalhadores. Uma dessas variantes são as filipetas, uma pequena folha de papel em que se escreviam palavras de ordem ou breves textos a respeito da necessidade conjuntural. Fosse a divulgação de um dado financeiro da empresa, convocatórias para assembleias ou até mesmo o “start” para uma greve. O objetivo da filipeta era a disseminação no “chão de fábrica” das ideias ou objetivos práticos do movimento.

Hoje podemos afirmar que o aplicativo Whatsapp cumpre esse papel, mas de forma mais rápida, abrangente, atraente e, principalmente, interativa. Diferente do que acontecem com filipetas e boletins, o

trabalhador não só recebe a informação, mas também envia, opina e compartilha.

A formação de grupos entre trabalhadores e sindicatos pode levar ao debate *online* e à organização de lutas. Mas apesar das discussões ocorrerem em grupos fechados, o risco de repressão também é uma realidade no Whatsapp. Afinal, ainda não inventaram um detector de traidores e dedos-duros.

Ainda assim, é fundamental que os organizadores dos movimentos sociais lancem mão das redes e tragam a luta para a realidade. Seja a luta contra a exploração nos locais de trabalho, seja a luta contra governos que subjagam o povo à miséria.

# Oi, vamos transar?

## Ou como comunicar, dialogar e mobilizar a partir dos interesses atuais do público

• LUIS HENRIQUE NASCIMENTO - Coordenador de comunicação do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, mestrando em psicologia social pela UFRJ e assessora movimentos sociais na pesquisa e planejamento de comunicação e mobilização.

A cena é a seguinte. Uma pessoa chega a uma festa, dá uma olhada e se interessa por alguém. Interessa-se muito - “Nossa, que pessoa interessante. Eu preciso ficar com ela!”. Esta pessoa então se aproxima daquela que é seu “objeto de desejo” e, sem meias palavras, dispara: “Oi, vamos transar?”.

Certamente a pessoa desejada foge, lhe dá um tapa, a ignora ou chama o segurança. Mas estava claro que a abordagem daria errado, né? Nem sempre. Muitas vezes, é assim que a comunicação popular lida com seus públicos. Temos assuntos, causas e informações tão importantes, esclarecedoras e empoderadoras que nos parece muito simples dispará-las, com pouca ou nenhuma mediação com os hábitos de mídia, ou os conhecimentos, atitudes e práticas do nosso “público-alvo” - sim, é como alvos que ainda os tratamos.

Uma coisa é comunicarmos para militantes e politizados - compartilhar informações, encaminhamentos e, sobretudo, manter a galera motivada. Outra coisa é sensibilizar aqueles que estão fora desse circuito, os que não te conhecem ou que discordam das suas ideias - a grande maioria das pessoas, claro. E outra coisa ainda é confundir o segundo público com o primeiro.

A comunicação transformadora e mobilizadora deveria ser, antes de tudo, dialógica, criativa e persistente - mas não ansiosa. Comunicar para os “não-convertidos”

(quase todo mundo) é perceber que, muitas vezes, o juízo de valor que eles aplicam a sua mensagem é o mesmo que usam para a novela ou para o jornal sensacionalista. Sim, o público não está nem aí pra você. Ele, em geral, fará escolhas influenciadas por quem ele confia e baseadas em valores e experiências que vivenciou. Se sua mensagem não se enquadra ou não se relaciona com esse repertório, o público nem saberá que você existe. Simples assim, mas pode ser pior, se sua mensagem não souber travar a guerra de memes que vivemos nas redes sociais. Aí, o público já “reconhece” sua mensagem e não quer ouvir falar dela.

### Cupidos e fermentos

Existem coisas que o marketing inventou (e são suas ferramentas), e outras que ele descobriu (pertencem a todos, embora por vezes desprezadas por nós e capturadas por eles). Uma dessas descobertas é que a “guerra pelos corações e mentes” se dá na cabeça do público - a tal *teoria do posicionamento*. Ou seja, não se conquista o público sem conectar-se com seus valores, com o que ele acredita que vale a pena (ainda que para transformar essas visões). Não, informação “racional” não costuma convencer as pessoas - a gente não pára de fumar, de dirigir ao telefone e proliferar dengue mesmo sabendo dos perigos dessas práticas, certo?

Dessa forma, nossa comunicação precisa ser CUPIDO e FERMENTO. Cupido, porque cabe ao comunicador (profissional ou não) modelar nosso discurso para os ouvidos de quem queremos tocar. Assim começa a conversa que pode virar namoro. Nossas narrativas precisam ser capazes de fazer pontes entre nossos objetivos e os valores e aspirações das pessoas comuns que queremos engajar. “Ah, mas aí estaremos alterando nossa mensagem, perdendo nossa autenticidade”. Bom se você pensa assim, vai lá e diz pro seu público que você quer transar com ele!

E fermento, porque, por um lado, o capital tem maior capacidade de frequência midiática (grana pra repetir “compre batom” até você comprar). Mas por outro, nossa mensagem é distintiva, transformadora e tem condições, ao se transformar em ação, de reafirmar o ser social. Assim, temos que nos concentrar na nossa capacidade criativa para, mesmo quando com poucos recursos, pôr no mundo ações que “megafonizem” nossa mensagem - e aí vale humor, a guerrilha e a tecnologia. Vale emocionar.

Então, que tal se ao invés do “oi, vamos transar”, a gente não preparasse melhor nossa abordagem? Que tal entendermos o que nosso público quer? Buscar o que nossa mensagem tem a ver com essas percepções de valores e começarmos apenas puxando o assunto? Às vezes, apenas conseguiremos deixar uma pulga atrás da orelha, enfraquecer a certeza contrária. Deixe ele ir - nada de puxar pelo braço ou pelo cabelo, pra roubar aquele beijo que seu público não quer te dar, ainda.

### **Superando o ativista romântico e o caridoso**

Nosso pecado tem sido usar nossas oportunidades de comunicação com ansiedade, na base do “me deixa falar!”. De que adianta falar, se você não vai ser ouvido por quem importa? Cuidado para que a comunicação crítica não seja o *seu espaço pessoal* de efetivação. Ao contrário garanta que esta

seja a oportunidade de todas e todos. Talvez a gente possa entender isso através das semelhanças entre o caridoso e o ativista romântico. Afinal, quem dá sopa para morador de rua não quer, de fato, resolver o problema do sujeito. Quer resolver seus problemas de consciência, quer dormir tranquilo porque “Deus viu que eu ajudei o próximo”. Da mesma forma, o militante romântico vive no seu mundo ideal e não quer negociar com o mundo real, limitado e sem garantia de vitória. Ele também quer contar pro seu travesseiro tudo que fez pela revolução hoje.

Ambos, conscientes ou não, querem usar o mundo para dele extrair o significado das suas vidas (bacana), e não empenhar sua existência para transformar, de fato, a realidade (melhor ainda!). E aí, tem que reconhecer e tensionar o mundo como ele é para transformá-lo naquilo que de melhor ele pode ser.





# IDEOLOGIA, REPRESENTAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DA MÍDIA



**A FUSÃO DA MÍDIA  
COM O ESTADO  
E A MANIPULAÇÃO  
DAS CONSCIÊNCIAS**

# Ideologia, representação e análise crítica da mídia

• PEDRINHO GUARESCHI - Sociólogo e professor da UFRGS.

Nesse breve texto vou privilegiar alguns pontos que julgo cruciais no atual momento brasileiro. Três passos nessas considerações: a) em que sentido vou tomar o conceito de ideologia; b) dois exemplos de seu uso no momento atual; c) a contradição e o dilema que enfrentamos diante do monopólio da mídia.

## Como entendemos “ideologia”

Há mais de 40 anos venho me interessando por esse termo, conceito, construto, teoria, como queiram. São mais de 60 acepções diferentes que colecionei. Dentre todo esse material decidi-me por empregar esse conceito próximo à maneira como o toma John B. Thompson (1990/2012).

Para poder discernir entre seus vários entendimentos, sugiro analisá-lo a partir de dois eixos (Guareschi, 2004/2014):

1. O eixo positivo x negativo. Ele é entendido, na acepção positiva, como um conjunto de idéias, ideais, cosmovisões, filosofias, etc. E na acepção negativa, ele é entendido como algo que engana, mistifica, ilude, domina simbolicamente. Originalmente, tanto em Destutt de Tracy, o primeiro a empregá-lo, como nos primeiros escritos de Marx, ele foi entendido nesse sentido negativo e crítico.

2. Mas há um segundo eixo em que ele pode ser assumido e analisado: no eixo estático (estruturado) x dinâmico (como prática, estratégia). No primeiro ele é considerado como algo fixo, institucionalizado, como quando falamos nos “aparelhos ideológicos” (Althusser), ou nas “idéias da classe domi-

nante” (Marx). No segundo, contudo, ele é visto como uma maneira, um modo, uma estratégia, uma prática de “uso de formas simbólicas para criar, ou reproduzir, relações de dominação” (Thompson), isto é, relações injustamente assimétricas, desiguais. Nos últimos escritos de Marx consegue-se já entrever essa acepção.

Temos assim quatro campos, divididos em por dois eixos. No nosso caso o assumimos como algo negativo/crítico e algo dinâmico/prático. Qual a vantagem e utilidade de assumi-lo assim? Parece-nos que é através dessa acepção que se consegue detectar as maneiras e manobras subjacentes em seu emprego de criar, legitimar e reproduzir relações de dominação. E ao mesmo tempo tem-se a obrigação de, honestamente, para cada caso, examinar e investigar como essas relações estão sendo usadas. Somente após comprovar seu emprego que leva a criar e reproduzir injustiças e desigualdades é que posso dizer que tal prática é ideológica.

## b) Alguns exemplos atuais

Considerando as condições sócio-históricas do Brasil no presente momento, podemos identificar dois exemplos bem marcantes.

1. O primeiro é a maneira, ou o modo, como o emprego da forma simbólica “corrupção” vem sendo usada como um instrumento de dominação ideológica, que possibilita uma dominação social, política e econômica. Nenhum governo forte se sustenta sem uma ideologia. Assim foi com o nazismo (a “raça pura”), o fascismo (o retorno ao impé-

rio romano), e talvez alguns da geração pós Segunda Guerra Mundial ainda se lembrem de como o “comunismo ateu” foi usado, em toda a América Latina, mas principalmente no Brasil, como a grande ameaça que pairava sobre o Ocidente Cristão. Foi suficientemente mostrado como foi a partir dessa “forma simbólica” apavorante que se legitimou o Golpe de 1954. Qualquer movimento, ou grupo, que fosse ligado ao comunismo era automaticamente combatido, preso e execrado, sem maiores comprovações. Mesmo que isso representasse apenas uma possibilidade, já era suficiente para ser reprimido. Um vocabulário específico, com adjetivos cuidadosamente escolhidos, foi sendo construído pela mídia (Diários Associados, Rede Globo, Jornal do Brasil) para manter a sociedade vigilante contra esse inimigo sorrateiro, perigoso e terrorista. Foi assim que as elites, a classe média urbana, conseguiram levar a população às ruas para defender os “valores cristãos e a democracia”. Deu no que deu: em nome do anticomunismo, o país padeceu 21 anos de ditadura.

Meio século depois, um novo “inimigo comum”. O mundo mudou, mas a necessidade de um novo inimigo comum para garantir a coesão ideológica de uma elite financeira, sustentada por uma elite política, continua atual e necessária: a corrupção da coisa pública e, claro, os corruptos.

Os oligopólios privados da mídia que controlam o espaço privado onde se forma a opinião pública detêm o poder de definir a linguagem, as formas simbólicas, para a construção desse inimigo comum. Eles definem, com cuidadosa precisão, o que é corrupção e quem são os corruptos. Uma pequena novidade, na análise de Venício Lima (2016) “talvez seja a participação militante de setores do Judiciário que, seletivamente, escolhem qual corrupção devem investigar, e quais os corruptos devem ser julgados e condenados. Tudo com a colaboração ativa e decisiva da grande mídia e de seu vocabulário e linguagem uniformes”.

Não poderia ser diferente: o resultado dessa estratégia é um país dividido, a intolerância e o ódio. Os tempos passam,

mas as estratégias e mecanismos ideológicos de luta pelo poder se repetem e perpetuam os mesmos grupos e interesses. Como muito bem conclui Lima (2016), “a maior e mais antidemocrática de todas as corrupções é a corrupção da opinião pública”. Cremos que essa realidade que vivemos nesse momento no Brasil comprova a importância do estudo da ideologia, dentro da Psicologia Social, para a garantia de mais democracia e justiça. Mesmo que os líderes do país tenham sido democraticamente eleitos, é preciso tirá-los do poder, impedir que seus partidos e seus líderes continuem a exercitar seus direitos constitucionais.

2. O uso da ideologia como hegemonia: a estratégia das elites intelectuais e financeiras.

Um segundo exemplo da utilidade do uso da ideologia na Psicologia Social é seu emprego como “estratégia hegemônica”, como discutido por Gramsci. O estrondoso debate que se armou no Brasil sobre a questão da corrupção levou, inclusive, ao impedimento da Presidenta da nação. Poucos se dão conta de que por detrás desse fato escondem-se diversas ideologias, disfarçadas com certo verniz científico, criadas por diversos intelectuais que analisaram a população brasileira e que funcionam no sentido de garantir a hegemonia das elites brasileiras. Entre outras ideologias ocultas por detrás do debate está, entre outras, o *patrimonialismo*, isto é, a idéia de que o Estado é corrupto e que o mercado é virtuoso. Essa ideologia tem servido de arma nas mãos dos ricos para “o golpismo de ontem e de hoje” (Souza, 2015, p. 253), contra governos como Getúlio, João Goulart, Lula e agora Dilma Rousseff, que de maneira ou outra tentaram uma redistribuição da riqueza. Sem o auxílio desses intelectuais a serviço das elites, dificilmente se poderia manter uma desigualdade social em que 1% da população ganha exatamente o que ganham 50%. A “inteligência brasileira” presta-se a garantir essa hegemonia e possibilita a justificação “de que os problemas brasileiros não vêm da grotesca concentração da riqueza social em pouquíssimas mãos, mas sim da corrupção apenas do Estado” (Souza, 2015, p.10). “A narrativa do Estado demonizado e do mercado virtuoso, primeiro construí-

da ‘cientificamente’, e depois reproduzida de modo ‘naturalizado’ e ‘auto evidente’ como truísmo aceito por todos, seja nas práticas de todas as instituições, seja nas esquinas de todo o país, criando o pano de fundo perfeito para o assalto à inteligência nacional” (2015. p. 254).

Formas simbólicas ideológicas tais como essa tem o papel de garantir a hegemonia de grupos especiais e estabelecem uma espécie de cegueira que leva a uma leitura superficial e simplificadora da realidade. Nenhuma sociedade se mantém sem que haja formas simbólicas que sustentem e reproduzam as relações sociais dessa sociedade. Quando essas relações contribuem para manter assimetrias, desigualdades e injustiças, são chamadas de ideologias. Essas formas simbólicas podem ser também determinadas teorias, criadas e sustentadas tanto nas universidades e escolas, como pelos meios de comunicação através de inúmeras estratégias, tanto pela seleção das notícias, diferentes formas de entretenimento como novelas, filmes e narrativas, que produzem e reproduzem os interesses de grupos que não querem perder seu poder e privilégios.

### **c) O dilema e a contradição do Sistema Globo e a possibilidade de uma democracia no Brasil**

Faço uso aqui do provocante, bem fundamentado e recente artigo de Wanderley Guilherme dos Santos, publicado na Carta Capital e reproduzido ao final deste meu texto. O que gostaria de trazer à reflexão dos colegas nesse Seminário importante que o Núcleo Piratininga de Comunicação está promovendo é uma questão que para mim vai se mostrando muito urgente e muito séria. Na verdade é a mesma colocação que nosso querido Betinho - Herbert de Souza -, pérola inestimável desse nossa país que gostaríamos de ter, já dizia, repetida e insistentemente nos últimos anos de sua vida: “O termômetro que mede a democracia numa sociedade é o mesmo que mede a participação dos cidadãos na comunicação”. E de maneira mais direta, hilariante, mas verdadeira e drástica afirmava: “Só acredito em democracia no Brasil quando o Presidente das Organizações Globo for eleito por votação direta”.

Que clareza de análise e que atualidade impressionante! Na verdade, quem comanda o Brasil hoje é a Grande Mídia, e na cabeça dessa Grande Mídia, a Globo. Chegamos, então, a um impasse: como fazer para nos livrarmos desse monstro devorador?

Não sei, mas tenho a impressão que a própria Globo não sabe o que fazer. Percebe-se, nas brumas desse caos, que ela mesma de um lado está se dando conta de que não é possível continuar desse modo; e, por outro lado, que ela também não sabe o que fazer. Está com uma bomba nas mãos. E essa bomba parece estar prestes a detonar. Percebem-se assim estratégias de idas e vindas, tentativas de um lado e outro.

Concluo dizendo com seriedade e sinceridade: não sei se não competiria a um grupo de pensadores como os ligados ao Núcleo Piratininga de Comunicação, a todos nós, denunciar o monstro Leviatã, que apavora a governantes e políticos de igual maneira, que se auto estabeleceu e auto proclama como poder absoluto da nação, pensar maneiras para recuperar a democracia em nosso querido Brasil. A Globo é a Esfinge contemporânea que nos desafia diante de cada novo acontecimento. “Decifra-me ou te devoro!” É possível, e necessário, decifrá-la.

Creio que esse enfrentamento seria uma bela homenagem ao amigo Vito Giannotti que se bateu valentemente por essa nobre causa da democracia na mídia.

### **Referências**

Guareschi, P. *Psicologia Social Crítica - como prática de libertação*. 7ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2004/2014.

Lima, V. *A maior de todas as corrupções*. Em: <http://cartamaior.com.br/Editoria/Politica/A-maior-de-todas-as-corrupcoes/11/03/2016>.

Souza, J. *A Tolice da Inteligência Brasileira - ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2016.

Thompson, J.B. *Ideologia e Cultura Moderna - teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990/2012.

O texto de Wanderley Guilherme dos Santos

### “O Sistema Globo e a Democracia”

O que fazer com o Sistema Globo de Comunicação é um dos mais difíceis problemas a solucionar pela futura democracia brasileira. A capacidade de fabricar super-heróis fajutos, triturar reputações e transmitir versões selecionadas e transfiguradas do que acontece no mundo, lhe dá um poder intimidante a que se foram submetendo o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A referência aos três poderes constitucionais da República resume a extensão do controle que o Sistema Globo detém e exerce implacavelmente, hoje, sobre toda e qualquer organização ou cidadão brasileiro. Só ínfima proporção do povo desdenha ser personagem de um fictício Brasil, nas páginas de seus jornais e revistas, notícias radiofônicas e matérias televisivas.

Ainda menor é o número dos que não se abalam com a possibilidade de soçobrar nos planos de perseguição e vingança do portentoso vozeirão do Monstro comunicativo. Nenhum juiz, político, servidor público, organizações do bem ou do mal, passantes inofensivos e supostos detentores de direitos posa de valente diante das bochechas do mau humor Global.

O Sistema Globo de Comunicação superou as Forças Armadas e as denominações religiosas, inclusive a inquisitorial Igreja Católica, na capacidade de distribuir pela sociedade os terríveis sentimentos de medo, ansiedade e inquietação. Ele é a fonte do baixo astral e baixa estima dos brasileiros e das brasileiras. O Sistema Globo converteu-se no gerente corruptor e corruptível do medo político, econômico, social e moral da sociedade brasileira, sem exceção.

Denunciar a gênese não contribui para elaborar eficiente estratégia de destruição do Monstro. Aliás, de que destruição se trata? O

Sistema fabricou a mais abrangente e veloz rede de transmissão de notícias, através de emissoras e retransmissoras associadas, com comando centralizado e sem rival na sofisticação de sua aparelhagem e na competência de seus operadores.

O Sistema Globo de Comunicações é modelo de excepcionalmente bem sucedido projeto de formação da opinião pública e de interpretação conjuntural dos valores cívicos da nacionalidade. É ele quem cria os amigos e os inimigos do País, mediante o controle, pelo medo, das instituições políticas e judiciárias.

Com extraordinária reserva de recrutas intelectuais e especialistas, está aparelhada para a defesa de qualquer tese que a mantenha como proprietária praticamente exclusiva do poder de anunciar, em primeira mão, o que é a verdade - sobre tudo e sobre todos.

Não é esse poder tecnológico e de competência que deve ser destruído. Ao contrário, preservado e estimulado a manter-se na vanguarda da capacidade difusora de notícias e de valores, bem como em sua engenhosidade empresarial capitalista. O que há a fazer é expropriar politicamente o Sistema Globo de Comunicação, mantendo-o autônomo em relação aos governos eventuais (ou frentes ideológicas de infiltradas sanguessugas autoritárias), e implodir as usinas editoriais e jornalísticas do medo e de catástrofes emocionais, restituindo isenção aos julgamentos de terceiros.

O Sistema Globo constitui, potencialmente, excelente opção para um sistema público de notícias impressas, radiofônicas e televisivas. Politicamente expropriados da tirania exercida sobre o jornalismo da organização, seus proprietários jurídicos podem manter ações e outros haveres econômicos das empresas conglomeradas, sem direito a voto na redação do futuro manual do sistema público de comunicação.

Como está é que não pode ficar. Ou não haverá democracia estável no País.





# A IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL



**A FUSÃO DA MÍDIA  
COM O ESTADO  
E A MANIPULAÇÃO  
DAS CONSCIÊNCIAS**

# O jornalista como ser poético e amoroso<sup>1</sup>

• ELAINE TAVARES - Jornalista e membro Rede Popular Catarinense de Comunicação.

Sempre me lembro de uma antiga história egípcia que meu irmão conta, repetidas vezes, nas madrugadas de café e pão-com-manteiga na cozinha da casa de meu pai. Ela fala que, naqueles tempos dos faraós, contava-se que as pessoas quando morriam eram levadas até a antessala do Deus Supremo. Ali, só existia uma balança com dois grandes pratos. Em um deles, uma deusa colocava o coração do morto. No outro prato, outra deusa colocava uma pena de galinha. A condição para que o morto entrasse na glória eterna e partilhasse da vida amorosa do céu era unicamente de que os pratos da balança não se movimentassem. Quedassem no equilíbrio.

Penso então que é por este teste que deveriam passar todos os jornalistas, aqui, em vida, antes de entrarem para trabalhar num órgão de comunicação. Pois, para dizer o indizível e caminhar no mundo com um olhar semita é preciso muita leveza no coração, capacidade de superar os preconceitos, para aceitar o outro como outro, para entender a delicadeza da espécie humana que vão narrar.

O jornalista de que precisa o mundo dito pós-moderno - vazio de sentido e individualista - é um ser poético, que vá para além do humano, que consiga enxergar o que há de singular nos fatos, que ultrapasse a barreira da normose (a normalidade dos fatos), do igual. O ser poético é aquele que tem como pressuposto uma posição ética sempre à serviço da vida, da beleza, da festa, não apenas para alguns, mas para todos. Se isso é utópico ou até mesmo ir-

real, não importa. Sonhar ainda é a única capacidade que nos diferencia dos demais animais, que nos torna animais dotados de razão e sensibilidade, que nos faz ponte para o que há de vir, melhor que o humano, além do humano.

E esse ser poético que o jornalista libertador deve ser, precisa ainda dar um passo além, caminhando na vereda da ética. Ou seja, não seguir as normas morais que o sistema opressor indica como boas, mas sim deixar-se guiar pelas necessidades do oprimido, da vítima, do que está fora do centro, do que luta contra a dominação. Loucura? Perda de senso? Pode ser. Num mundo como esse em que vivemos hoje, em que um precisa morrer para que o outro viva, já não dá mais para se pensar em como ser bom dentro do sistema. O jornalista não é um ser fora do mundo, não está acima do bem e do mal. Ele é parte desse jogo e precisa tomar posição. Aquele que opta pelo caminho da libertação não pensa em melhorar o sistema opressor. Pensa em como sair dele, criar uma nova ordem.

Nesse sentido, é fundamental que se entenda que o jornalismo é serviço público e, assim, é bom que seja dito que só podem existir dois tipos de jornalismo. O que serve a uma minoria dominante (moral de dominação) e o que serve aos oprimidos, maioria da população (ética de libertação). E, quando falamos em servir à maioria, estamos falando em cons-piração (respirar juntos) com as comunidades oprimidas e dominadas, em estar junto com a população nos seus mais secretos sonhos de

1 Capítulo 3 do livro de Elaine Tavares, intitulado "Jornalismo nas margens: uma reflexão sobre comunicação em comunidades empobrecidas" (Florianópolis: Companhia dos Loucos, 2004)

amor. Esse é o pressuposto do jornalismo libertador que se pratica em comunidades empobrecidas, aquele que cons-pira, que caminha junto, que se torna instrumento de transcendência, que dá visibilidade ao oprimido, não como o marginal (bandido), mas como o pobre, real e capaz de superar a sua condição. Na verdade, jornalismo é sempre jornalismo. O que muda é o local em que o fazemos e os meios com que o praticamos.

É impossível um jornalismo neutro. Por mais que não queiramos tomar posição diante dos fatos, nós a tomamos. Isso já vem da nossa formação. Temos acumulados dentro de nós valores, supostos e pre-supostos que vêm à tona ao nos depararmos com qualquer fato dado. Nós só narramos os fatos que os nossos olhos veem. Nossos olhos, portanto, subjetivos. Logo, parciais, porque vistos a partir do nosso ponto de vista. Já dizia o mestre Adelmo Genro (1987), “nem um acidente de automóvel pode ser retratado com neutralidade ou imparcialidade”. Alguma coisa de nós vai fluir ao relatarmos o acontecimento. Então, este é um ponto básico. Estamos nos revelando a cada palavra que escrevemos. A tal da objetividade não é apenas um postulado impossível, é impostor. “Toda a verdade é subjetividade”, dizia Kierkegaard. Assim, não temos que ter medo de tomar partido, nunca. É muito mais honesto que o leitor saiba quem somos e em que acreditamos, para que possa tomar suas posições com tranquilidade, a partir do que sabe sobre nossas posições, do que fingir uma neutralidade inexistente, essa sim, capciosa e enganadora.

Há um vínculo essencial entre o ver e o ser. Dependendo da quantidade e da qualidade da luz que sobre as coisas projetamos, assim também as veremos. Assim, por mais objetivos que queiramos ou devamos ser, sempre haverá, em todos os nossos juízos e relações para com aquilo que nos cerca - o fato - um resíduo indelével do nosso próprio ser.

“Um exemplo claro disso pode ser tirado de nossa própria vida cotidiana: se estamos tristes, por exemplo, é como se

um véu se interpusesse entre o mundo e o nosso olhar. O sol inunda tudo com seu brilho mas nós só vemos trevas, os pássaros cantam e nós não o percebemos. Isso significa que o homem não vê porque tem olhos, até porque há gente que tem olho e não vê mesmo. Na verdade, a natureza nos dotou de olhos porque, na essencialidade, o ser humano é um visionário, capaz de ver com o sentimento, capaz de criar mundos nunca vistos, construir realidades jamais oculadas, amar o que os olhos nunca percorreram e encantar-se pelo apenas vislumbrado”, ensina o professor de filosofia Newton Tavares.

Ao fazermos jornalismo, seja onde for, precisamos ter presente a necessidade de ver os fatos com o olhar da alteridade, contemplar as coisas na sua origem, na essência, pelo lado de dentro. É necessário que se estabeleça um espaço entre o jornalista e o outro, distinto, na qual cada um possa se ver frente-a-frente, sem medo. Olhar o mundo com os olhos do amor-compromisso é estabelecer uma relação intimista com os perdidos da história, os oprimidos. Mas não uma relação na qual tenhamos comiseração ou pena, não um gesto de filantropia enganadora. Os que estão à margem do centro opressor não precisam de nossa miseração. Ele precisam do nosso respeito. “Seus espaços não são lugares para o exercício da nossa piedade nem uma espécie de academia de musculação da nossa consciência que, às custas de sua miséria e desespero, nos torna virtuosos e bons”, dispara Newton Tavares.

Ele insiste que ocupar-se dos excluídos, caminhar amorosamente com eles, dar-se em comunhão, não é ter pena ou olhá-los em condolência, mas sim, cooperar para que lhes seja devolvido, no mundo, o lugar que lhes é próprio e do qual foram expulsos por uma ordem injusta e excludente. O *jornalismo libertador* caminha com essa gente, buscando as causas de seu desânimo e sofrimento, recordando-lhes sempre de sua dignidade inviolável. O jornalismo libertador busca a beleza no caos, não na tentativa de “dourar a pílula”, mas para provar que o humano é por si mesmo

belo e que a feiura imposta pela dor e pela miséria não pode ser vista como normalidade. Assim, na narração das vidas que vivem à margem, o jornalista libertador desvela, com pertinácia e persistência, os mecanismos e interesses que as jogam para fora do mundo como se fossem dejetos, lixo, e, com elas, descobre novos modelos de convivência.

Mas, afinal, como se faz isso? Não acredito que exista uma fórmula pronta, uma receita de bolo, embora seja certo que há elementos suleadores (pensando a partir do sul, sempre) que podem ajudar na reflexão e no fazer. O primeiro passo, acredito, é desvelar o cotidiano que cerca o viver daqueles que estão à margem. Quando você vive de uma determinada forma, não tem tempo de refletir sobre ela, as coisas ficam mecânicas, automáticas. Então, imagine o que vive no limite das necessidades humanas, lutando pelo pão do dia. Este, não tem como chegar em casa, ao fim da tarde, e sentar na varanda refletindo sobre as coisas que fez. Não há tempo e, no mais das vezes, não há casa, nem varanda.

Já sabemos que só refletimos sobre o nosso cotidiano quando nos afastamos dele. Quando ficamos de fora olhando para aquilo que fazemos todo o dia é que percebemos a tragédia ou a beleza de que é feita a nossa vida. Assim, ao percebermos o que somos é que tomamos decisões. Se bela é a nossa vida, vamos continuar vivendo assim, do jeito que está. Se é trágica, vamos transformá-la, mudar seu rumo.

O jornalismo libertador deve ter, assim, parte daquilo que quase sempre foi considerado o papel da arte. Precisa revelar/desvelar aos que vivem à margem do sistema, aos oprimidos, a sua realidade. No Brasil temos alguns programas de TV que se propõem a isso. Cidade Alerta, Ratinho, Gugu, são alguns exemplos dos que trabalham com o mote: a vida como ela é. Nesses espaços, a personagem central é quase sempre o pobre. Isso seria bom se eles mos-

trassem a vida como ela é de fato. Mas não é o que fazem. O recorte que dão é quase sempre o da marginalidade (como mal), reforçando estereótipos de que o pobre e o negro são, na maioria, ladrões, bandidos, assassinos. Ninguém nunca viu, nesses programas, as atrocidades cometidas pela e na alta sociedade, nos grandes salões e tampouco é ali que se sabe das roubalheiras dos colarinhos brancos de órgãos governamentais. Quando aparecem, surgem como casos isolados, quase uma exceção.

O pobre quer se ver na TV, no jornal, na rádio, mas na sua totalidade. Não apenas no lado marginal, que existe de fato. Isso o jornalismo libertador deve resgatar: o homem e a mulher comuns, na sua luta diária pela sobrevivência, retratando e problematizando as formas de organização que encontram para viver no mundo. O pobre não é unicamente ladrão ou assassino, ele é também biscateiro, servente, pedreiro, papaleiro, faxineira, gari, doméstica, trabalhador, artista, dançarino, criador de mundos. O pobre tem time de futebol, associação de morador, clube de mães, catequese, grupo de jovens, casa de cultura, capoeira, fábrica de pão.

A vida pulula nas comunidades de periferia. Os que estão à margem, nas vias secundárias, vivem em constante movimento, se organizando para superar a condição de perdidos da história, de objetos, e é esse movimento que o jornalista precisa também registrar. Se o pobre é ladrão, qual a causa disso? Ninguém é ladrão assim, por acaso. Isso não acontece do nada. Lembrem-se: todo o fato tem uma razão e uma consequência. Isso temos que mostrar se estamos fazendo jornalismo em jornal, TV, revista ou rádio.

O *jornalismo libertador* não é uma proposta para se colocar em prática unicamente na imprensa comunitária e popular, ele pode se fazer também nos grandes meios. O que está em jogo não é o local onde o praticamos, mas a forma de olhar o



mundo. Se estamos num grande jornal não estaremos falando para o povo todo, mas para uma minoria privilegiada que lê jornal. Aí, nesse veículo, nossas matérias devem tratar da organização dos que estão fora do centro num recado curto: “olhe, o povo está em luta. Antene-se!” A elite sempre teve muito medo do povo, daí a necessidade de mostrarmos que as comunidades não estão apáticas diante da realidade injusta e excludente da vida digna. Isso vai incomodar os donos do poder.

Se é na TV que trabalhamos, então devemos mostrar o povo pobre como um povo que se organiza, cria cultura, luta para sobreviver, que se move em direção à mudança. Chega de matérias ditas comunitárias nas quais o repórter se limita a mostrar gente chorosa e reclamações de buracos e falta de água. Se há buracos ou falta d’água, que se mostre a organização das pessoas em busca de seus direitos. Quando o assunto é marginalidade, roubos, assassinatos, devemos ter o cuidado de contextualizar essa marginalidade, que não surge do nada. Por que são marginais? Por que roubam? Por que matam? Nada é por acaso!

Mas, se escolhermos o caminho de praticar o jornalismo nas comunidades temos que ter claro de que esta prática envolve muito mais coisas que um simples “fazer jornal” como muitos pregam. Nas comunidades empobrecidas o número de analfabetos é assustador e a comunicação deve beber em espaços alternativos. Quem se propõe a trabalhar com a informação nos meios comunitários/populares deve estar preparado para se surpreender. Boa parte das vezes a própria comunidade já definiu suas formas de comunicação e este é o grande segredo.

É preciso estar em sintonia com os anseios da população e trazer, fundamentalmente, um novo olhar, de amor, de alteridade, de respeito. Isso, com certeza nos fará, não só melhores jornalistas, como melhores pessoas, capazes de transitar no mundo de uma forma mais digna. Não dá

para chegar num determinado lugar feito “a grande esperança branca”, achando que nós, por sermos jornalistas e termos estudado numa faculdade, somos os que sabemos tudo. Há que se ter humildade para saber que aquele povo ali, numa determinada comunidade, sabe muito mais de si mesmo do que qualquer um. O jornalista é só um mediador, aquele que vai oferecer sua técnica, seu saber, a serviço de uma causa maior.

O jornalista que opta por um trabalho na comunidade tem que saber de sua desimportância, precisa ter consciência de que é passageiro, que não é ele o carregador do estandarte da mudança. Ele é só um a mais na construção, não como peça funcional, mas como um nó de uma imensa rede que vai pescar a dignidade, a justiça, a vida plena. O trabalho do jornalista na comunidade é dividir o conhecimento, fomentar o interesse pela comunicação, ajudar na formação de grupos criadores de comunicação, construir, conjuntamente, políticas para essa comunicação. Depois, quando tudo andar sozinho, ele deve recolher as mochilas, bater o pó das sandálias e partir para outras paragens. Somos poucos os que ousamos caminhar com os pobres. Somos muito poucos, daí nosso caráter andarilho e a nossa impossibilidade de ser o “herói”, o “condutor”... somos os passageiros...os que têm como única morada o absurdo e louco desejo de mudar o mundo. Um nó da rede, nada mais.

“O mundo dos felizes é diferente do mundo dos infelizes”, dizia Wittgenstein. É com esta máxima que temos que olhar a realidade humana, sabendo discernir as diferenças, respeitando-as, tratando-as em pé de igualdade. Já escolher o mundo onde vamos querer transitar e fazer nosso trabalho, é opção de cada um...



# COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE INTERNET



**A FUSÃO DA MÍDIA  
COM O ESTADO  
E A MANIPULAÇÃO  
DAS CONSCIÊNCIAS**

# 10 dicas para as Mídias Sociais de seu sindicato

• ARTHUR WILLIAM SANTOS - Jornalista multimídia do NPC.

As mídias sociais são cada vez mais importantes para a comunicação de movimentos sociais, por isso separei algumas dicas para os participantes do Curso do NPC:

## 1 - Listas (as 10 mais...)

Listas facilitam o entendimento de uma situação. BuzzFeed faz muito sucesso com isso. Seu sindicato poderia lançar, a partir de pesquisas, listas como “10 principais problemas vividos pelos trabalhadores de determinada categoria”. Para forçar a visualização até o final, é indicado escrever no subtítulo “A sétima todo mundo já viveu”.

## 2 - Transmissão pelo Facebook Live com mais de uma câmera

Muita gente já está fazendo transmissões ao vivo pelo Facebook Live. O fato de usar a ferramenta possibilita maior audiência do que nos concorrentes YouTube (Hangout), Ustream e Twitcasting. Porém, a maioria usa o celular para o streaming. A novidade é que há maneira de transmitir pelo Facebook Live com várias câmeras e som de qualidade. Basta usar o OBS (Open Broadcast Software).

## 3 - Publicar vídeos diretamente no Facebook

O Facebook está limitando o alcance dos vídeos armazenados no YouTube para promover sua ferramenta própria. Por isso,

é importante republicar os vídeos que estão em seu canal no próprio Facebook.

O Youtube e o Facebook também permitem que a imagem de destaque em seu vídeo seja customizada. Canais como o Porta dos Fundos usam muito este recurso (ver [www.youtube.com/portadosfundos](http://www.youtube.com/portadosfundos)). Essa imagem pode ser uma foto representativa do conteúdo e um pequeno título.

## 4 - Wikipédia (criar e fiscalizar)

A Wikipédia sempre é um dos primeiros resultados de busca do Google. É fundamental criar um verbete do seu sindicato. Precisam monitorá-lo diariamente durante o primeiro mês com as seguintes táticas:

- Editá-lo com acesso de IPs diferentes.
- Editar o verbete aos poucos.
- Referências não podem ser do site do sindicato.
- Textos tem que ser inéditos (se copiar, basta reescrever em outras palavras).

## 5 - SMS em lote

Como as notificações de Facebook e Whatsapp são, muitas vezes, ignoradas,

é importante também enviar torpedos para toda a categoria avisando de algum tema importante. Não é bom abusar desta ferramenta, pois ninguém gosta de receber muitos torpedos. Você pode enviar milhares de SMS dentro do seu pacote de torpedos. SMESSAG-GIA é um app para Android que faz isso gratuitamente.

## 6 - Whatsapp: aplicativo mais usado no Brasil

O Whatsapp hoje é app mais popular no Brasil. Pense em alguma estratégia para sua categoria como envio de denúncias, além de canal de comunicação em substituição ao telefone. Procure conversar com a categoria e não apenas falar o tempo todo. Evite enviar muitas mensagens para não ser bloqueado.

## 7 - Humor

Criar blog ou página no Facebook com notícias fictícias de humor: “Patrão queria dizer...” ou “Trabalhador da depressão”. Sites como Sensacionalista e Piauí Herald conseguem traduzir temas áridos através do humor.

## 8 - Personagem fictício

Nas mídias sociais, pessoas têm mais relevância que instituições. Sugiro que criem um personagem fictício que aborda as notícias em forma de humor nas redes sociais. Ex: “Bancário Explorado” ou “Docente da universidade X”. O Facebook bloqueia a criação de perfis com nomes de instituições, deste modo é necessário criar o mesmo a partir de outro país. O plugin <https://hola.org/> simula o acesso de diversos países do mundo.

## 9 - Versão mobile ou criar App

Hoje, a maioria dos acessos à internet acontece através de smartphones, por isso é fundamental criar versão do site para dispositivos móveis como celular e tablet. Há plugins e temas responsivos do Joomla e do Wordpress para tal. Para o criar o aplicativo, sugiro:

<http://fabricadeaplicativos.com.br/>  
<http://appinventor.mit.edu/>

## 10 - Memes

Identificar os memes do momento e reproduzi-los com informações de lutas do seu sindicato. Os memes ajudam a viralizar informações que em outros formatos teriam pouca repercussão.

Mais dicas em: [arthurwilliam.com.br](http://arthurwilliam.com.br)



# O fim das ‘ciberilusões’

- GUSTAVO BARRETO - Jornalista multimídia do NPC.

A internet como a conhecemos hoje chegou ao Brasil em meados da década de 1990, com a emergência dos primeiros provedores, em um mercado até então desconhecido e ignorado. A esperança ultrapassava esse desconhecimento: os principais ideólogos da rede falavam constantemente em uma ‘revolução’, na ‘era da informação digital’ ou outros nomes pomposos colocados no topo de textos com pouco ou nenhum argumento.

A rede mundial de computadores, como a chamávamos à época, se confirmou como um espaço de experimentação, sobretudo para as comunidades que já possuíam a demanda de se comunicar remotamente. Para os movimentos sociais e outros grupos organizados da sociedade, a internet caiu como uma luva: os primeiros momentos foram de grande mobilização, incluindo a criação do Fórum Social Mundial, glorioso em sua primeira década e que contou com o apoio decisivo da internet.

Havia, no entanto, o alerta rouco de muitos, entre os quais me incluo: a internet surgia em um contexto social e político difícil, de grande concentração dos meios de comunicação em todo o mundo, ampliados pelo início da crise estrutural pela qual passava a mídia tradicional. Era uma oportunidade de virar o jogo na luta contra-hegemônica no campo da comunicação, sim, porém a ação política “tradicional” - com partidos, leis e mobilização de rua - era essencial para garantir um ganho social efetivo na área.

A América Latina se viu transformada pela esquerda do século XXI, que chegou ao poder após a derrocada do neoliberalismo,

este por sua vez levando milhões de pessoas à extrema pobreza. Governos mais à esquerda - mais ou menos socialistas - chegaram ao Executivo com promessas de transformações profundas na sociedade extremamente desigual que se instalou no continente na década anterior. Isso incluía, pelo menos entre as promessas, o campo da comunicação.

A internet, destaca-se, nasceu de fato aberta. A arquitetura da rede teve alguns revezes pelo caminho, mas nenhum que impedisse um projeto extremamente visionário de tomar forma. Na estrutura original, cada pessoa poderia, a partir de uma máquina pessoal, acessar o chamado “hiperlink” - um endereço na rede cujo protocolo, de simples uso, beneficiaria o compartilhamento amplo e quase que irrestrito de informação, a ponto de uma das maiores preocupações ser justamente o excesso de conteúdo.

A barreira do idioma seria resolvida mais tarde, parcialmente, com o desenvolvimento de ferramentas de tradução automatizada, enquanto as empresas se especializariam em produzir máquinas de baixo custo, como tem sido de fato o caso da produção de dispositivos móveis multifuncionais - vide a influência dos celulares em nosso cotidiano.

Estava bom demais para ser verdade, claro. Estamos em um sistema capitalista, nos lembraram alguns dos primeiros autores liberais que escreveram sobre a era digital, e temos portanto de ter cuidado com os comunistas que querem apenas compartilhar as informações sem que - que heresia! - lucremos com isso.

As primeiras ilusões de que o mundo

caminharia para uma revolução socialista da informação caíram logo no início da década de 2000: as primeiras empresas de fundo de garagem começaram a ser perseguidas pelo capital, que reivindicava grandes perdas na chamada “indústria criativa”, passando a promover uma campanha intensa de contrainformação. Os jornais, já em situação difícil, também entraram na briga, passando a taxar a grande novidade do início da década - os “blogs” - como fontes de desinformação e amadorismo.

A perseguição nunca cessou durante toda a década - para, em seguida, se tornar cada vez mais violenta e culminar no aprisionamento de Julian Assange após este ter usado a internet para divulgar crimes contra a humanidade que deixariam os nazifascistas orgulhosos. O “problema” é que esses crimes eram contra os chamados seres humanos “matáveis”, iraquianos e outros cidadãos do Oriente Médio que estavam no caminho dos estadunidenses em sua busca por recursos naturais e poder na região.

Para além do embate propriamente político - o *hard power* -, nem todos os jovens fundadores de “empresas de fundo de garagem” tinham problemas com a justiça. Alguns deles eram chamados de “empreendedores” e “gurus” justamente por seguir a cartilha neoliberal: o lucro sempre deve estar acima das pessoas. Algo como um *soft power* digital.

Avistando esse terrível cenário em que a informação era livremente compartilhada por meio de hiperlinks infinitos, os neoliberais da informação passaram a planejar a melhor forma de colocar cercas na informação, assim como colocam cercas em suas propriedades. Nascia assim o princípio das chamadas “redes sociais”.

As redes sociais não são propriamente novas, mas seu formato tal como a conhecemos surgiu provavelmente entre 2004 e 2006, quando foram pensados os primeiros formatos modernos. Diferentemente das tradicionais páginas, cada “usuário” teria de se registrar para estar em uma determinada rede. Para que ela fosse “social”, milhares,

milhões ou até bilhões deles deveriam estar registrados. No início, portanto, tratava-se de oferecer o cafezinho. De graça.

Assim nasceu, por exemplo, a maior rede social do mundo, o Facebook. Atualmente, esta plataforma oferece todos os serviços gratuitos que um “usuário” pode ter: mensagens de texto, serviços telefônicos, plataformas de compartilhamento de vídeo (incluindo em tempo real), manutenção de vínculos com amigos e colegas de profissão, ferramentas de produção colaborativa, construção de páginas de divulgação e até mesmo edição de imagens, entre outros.

Assim foram os primeiros e gloriosos anos do Facebook: qualquer demanda poderia ser suprida por essa “genial” plataforma feita por um garoto com uma boa ideia e o sentimento da liberdade individual no coração. Até que chegou a conta.

Por volta de 2012, talvez um pouco depois, o Facebook mudou seus critérios ‘matemáticos’, os chamados algoritmos, para que as páginas gentilmente ofertadas - e sobre as quais comunicadores trabalharam anos a fio - tivessem uma visibilidade próxima a zero. Aqueles que investiram tudo nessas páginas privadas, restritas a critérios de quem manda naquele espaço - os proprietários do Facebook -, tiveram que ver todo o seu trabalho ir por água abaixo. Mas os bondosos proprietários tinham uma solução perfeita para você: basta nos pagar que nós devolvemos essas benesses. E mais: por meio da manipulação de algoritmos, seus proprietários podem livremente incluir ou excluir um assunto da pauta do dia, utilizando tão somente palavras-chave.

Como afirmavam no início da ‘era da internet’: estava tudo na ponta de seus dedos. Esqueceram de informar quais dedos eram esses - os dos proprietários das plataformas online. Hoje, uma única pessoa detém as três maiores redes sociais presentes no Brasil: Facebook, Whatsapp e Instagram.

Foi assim que o Facebook recebeu R\$ 24 milhões em 2014 de órgãos do governo

federal para veicular publicidade - 118% a mais do que havia levado em 2013. As verbas publicitárias federais destinadas a essa plataforma ficam acima, segundo os dados da própria Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, das recebidas pelo jornal impresso “O Globo”, o que mais teve propaganda estatal da União em 2014 (R\$ 21 milhões).<sup>1</sup>

Não foi coincidência que a então presidenta Dilma Rousseff posou, em abril de 2015, para uma foto vestida em um casaco com o logo do Facebook, ao lado de seu criador, Mark Zuckerberg, para anunciar um projeto que fere frontalmente o princípio da neutralidade de rede, pressuposto para a existência do atualmente vigente Marco Civil da Internet.<sup>2</sup>

Esse desfecho nada fica a dever aos anos em que a esquerda esteve no poder, especificamente aqui no Brasil: os governos petistas não tinham um projeto de comunicação popular e, mesmo em meio às tardias consultas à sociedade - como foi o caso da Conferência Nacional de Comunicação, a Confecom, realizada em dezembro de 2009 e da qual fui delegado -, praticamente nada foi feito.

O discurso de parte da esquerda, em meio ao descrédito contínuo de suas lideranças na esfera federal, passou a ser - acredite ou não - o mesmo discurso panfletário e ilusório do início da internet no Brasil: a rede mundial de computadores nos salvará na luta contra-hegemônica para derrotar o capital.

O que restou de tudo isso? Meios de comunicação cada vez mais concentrados nas mãos de poucos empresários, a mesma lei de comunicações que tínhamos no início do governo do PT - que data dos anos 1960 - e uma imprensa alternativa que não consegue estruturar um projeto independente de jornalismo, dada sua intrínseca ligação com o partido ‘A’ ou ‘B’. Basta ver quem a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) decidiu atacar na principal corte de justiça do país:

<sup>1</sup> Vide <http://bit.ly/2fVOAxD>

<sup>2</sup> Os detalhes em <http://bit.ly/2fVLaLg>

os meios de comunicação que são atualmente algumas das principais fontes independentes da esquerda brasileira - *BBC Brasil*, *The Intercept* e *El País*. A intenção da ANJ é enquadrar esses sites como “empresas jornalísticas” e, assim, aplicar a legislação que limitaria a participação de capital estrangeiro. Aí reside o bom jornalismo, atualmente, e portanto esse é o principal alvo a ser combatido.<sup>3</sup>

Fato é que muito precisa ser repensado em relação às estratégias da esquerda no campo da comunicação. A internet pouco muda a importância de se promover uma legislação firme na defesa da liberdade de expressão, o que inclui atacar sua principal ameaça no Brasil atualmente: a concentração dos meios de comunicação nas mãos de alguns poucos empresários, o que inviabiliza a diversificação de conteúdo e o apoio a outros projetos alternativos - afinal, o bom jornalismo custa algum dinheiro, incluindo o tempo do repórter para apurar adequadamente a informação.

Tivemos 13 anos para tentar mudar esse cenário. E falhamos. A internet tampouco poderá mudar, por si só, esse quadro. Mas poderá - quem sabe! - abrir nossos olhos e pôr fim, em definitivo, à ilusão de que a mobilização política - a boa e velha Política, com “p” maiúsculo - poderá ser substituída por alguma tecnicidade neoliberal.

Tenho insistido e volto a me repetir, sem medo de parecer enfadonho: as redes sociais precisam de bons comunicadores, bons lutadores e bons ativistas do nosso campo. As tecnicidades que envolvem a área são um detalhe em meio à importante tarefa de formar militantes políticos e fortalecer a luta contra-hegemônica, tema sobre o qual tanto insistia o grande lutador Vito Giannotti. “A luta continua, porra!”

<sup>3</sup> Mais sobre o caso em <http://bit.ly/2fVLCmm>

# OS TRABALHADORES E O DIREITO À CIDADE



**A FUSÃO DA MÍDIA  
COM O ESTADO  
E A MANIPULAÇÃO  
DAS CONSCIÊNCIAS**

# A cidade como espaço público e afetivo: disputas no campo simbólico

• MARCIO DE SOUZA CASTILHO - Professor do Departamento de Comunicação Social/curso Jornalismo da Universidade Federal Fluminense - UFF.

*“Não temos que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizando, critica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação”*

*(Paulo Freire)*

Desde 2009, quando o Rio de Janeiro foi escolhido cidade-sede dos Jogos Olímpicos, estima-se que 77 mil pessoas foram removidas na cidade. Para justificar a retirada de famílias de seus locais de moradia, a prefeitura buscou persuadir a opinião pública com argumentos variados, desde a criação de corredores exclusivos para ônibus, como no caso dos BRTs, e a construção de teleféricos no Complexo do Alemão (Zona Norte) e no Morro da Providência (Centro), até as narrativas sobre a necessidade de intervenção municipal em áreas com risco de desabamento, uma estratégia já adotada historicamente em outros processos de remoção.

Um caso emblemático da ideia de *commodity* aplicada ao conceito de cidade, tornando o Rio um lugar privilegiado para os negócios, manifestou-se na destruição de boa parte das 600 residências da Vila Autódromo, na Zona Oeste, ao lado do Parque Olímpico, que concentrou o maior número de competições durante a Rio 2016. Graças à resistência e à mobilização de moradores, algumas famílias conseguiram permanecer, obrigando o município a urbanizar o que restou da comunidade.

No Dossiê sobre as Violações do Direito ao Esporte e à Cidade, divulgado em setembro de 2015 pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, fica claro que o chamado “legado” tem como principal característica o processo de exclusão. Segundo o Comitê, a construção do Parque Olímpico violou frontalmente o direito à cidade. O dossiê apontou a falta de estudos de impacto ambiental, a transferência de recursos públicos para o setor privado, a remoção ilegal de moradores e a privatização da área para fins imobiliários após a realização das olimpíadas.

Os projetos de “revitalização” urbana nas grandes cidades recebem o apoio de instituições da sociedade civil, das quais fazem parte os meios de comunicação hegemônicos e empresariais. Se todo discurso é ideológico e faz parte de um processo de construção social da realidade, é importante notar que “revitalização” sugere “modernização” ou “renovação” do espaço público como termos associados, reconfigurando a geografia social de muitos centros urbanos (SMITH, 2005). Ao “revitalizar” determinadas áreas da cidade, sobretudo aquelas com potencial para o mercado imobiliário, o Estado tende a excluir os “desvitalizados” que antes



habitavam estes locais. Decorre daí o problema da “revitalização”, ou seja, o “dar vida novamente” é pactuado com outro tipo de público, inserido na lógica do capital. No debate público, via mídia empresarial, o que aparece positivamente como “renascimento” de áreas desvitalizadas representa, contudo, um amplo processo de segregação das classes trabalhadoras e das camadas populares, agravando ainda mais o alarmante quadro de déficit habitacional em metrópoles como o Rio de Janeiro.

As violações que atingem diretamente o trabalhador e o direito à cidade também apresentam uma outra dimensão simbólica não menos significativa. Isso porque a escolha por um modelo de cidade “privatizada”, no lugar de propiciar condições favoráveis para integração do tecido social, acaba por anular relações de pertencimento dos moradores com o seu espaço de moradia, lazer e vizinhança. Para além das noções espaciais, é no espaço público que incidem relações afetivas, que o transformam em território existencial, este também gravemente ameaçado por processos de gentrificação.

Em *As utilizações da cultura - aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*, Richard Hoggart (1973) faz um estudo sobre os modos de vida da classe proletária na Inglaterra pós-industrial. Ressalvando as especificidades de tempo e espaço, podemos perceber aproximações entre a análise presente nesta obra e o significado sobre os trabalhadores das mudanças urbanísticas ocorridas no Rio de Janeiro nos últimos anos. O conceito de habitação, para Hoggart (1973), transcende o espaço físico da casa, que cumpre uma dupla função: a de espaço íntimo e, ao mesmo tempo, de interação com a comunidade, na qual sujeitos que se percebem vivendo sob as mesmas condições estabelecem uma relação de “cooperação” e “amizade”.

Uma remoção, nesse sentido, não significa apenas realocar indivíduos em outros imóveis, mas tem impacto na questão da identidade e dos laços sociais daqueles moradores. Por esse motivo, intervenções externas são recebidas pelos membros do grupo com sentimento de desconfiança, demarcando uma fronteira entre “nós” e

“eles”: “O mundo ‘Deles’ é o mundo dos patrões, sejam eles entidades privadas ou, como é hoje geralmente o caso, funcionários públicos. ‘Eles’ são todo e qualquer membro das outras classes” (HOGGART, 1973, p. 87).

Uma breve análise do que é veiculado em jornais, revistas, rádio, TV e internet aponta, no entanto, para uma produção de sentidos numa perspectiva celebratória em torno da realização dos Jogos Olímpicos, produzindo consensos e reforçando o aspecto de “modernização” ou “renascimento” da cidade. Destacamos, apenas a título de ilustração, tendo em vista o espaço delimitado para este artigo, a conclusão de Costa (2016) sobre a cobertura de *O Globo* sobre o Porto Maravilha, um dos símbolos do conjunto de intervenções da administração municipal: de 264 reportagens analisadas no período 2009-2015, “não houve uma única reportagem acerca das remoções e desapropriações ocorridas na localidade do Porto Maravilha que tivesse os termos ‘remoção’ e ‘porto maravilha’ associados” (COSTA, 2016, p. 59).

A seleção das fontes também contribuiu para construção de consenso sobre os aspectos positivos do projeto. Na maior parte das reportagens, segundo a autora, o Poder Público (Executivo municipal) e empresas privadas (notadamente, representantes do mercado imobiliário) assumem protagonismo em detrimento do depoimento de moradores e outras fontes diretamente impactados pelas transformações urbanísticas na Zona Portuária.

O sistema de citações, com predomínio das fontes oficiais, bem como o discurso em 3ª pessoa e o uso da pirâmide invertida, destacando o fato mais importante na abertura de uma reportagem, compõem algumas das regras jornalísticas descritas por Tuchman (apud TRAQUINA, 1999) como “rituais estratégicos de objetividade”. O método se mostra eficiente no discurso de legitimação profissional do jornalista, que, através dele, faz parecer que a notícia retrata fielmente a realidade. Contudo, esse ideário omite uma série de operações que dirigem o olhar do público em uma ou outra direção. Processos de filtragem impõem limitações

à ideia de neutralidade e imparcialidade da imprensa. Afinal, a construção do que é relatado pelos repórteres envolve um jogo de luz e sombra, fazendo com que alguns temas sejam destacados em detrimento de outros, segundo interesses políticos, econômicos ou organizacionais. Mais do que isso, faz parecer que as escolhas dos jornalistas são parte de um processo natural. A forma como *O Globo* tratou as transformações na cidade às vésperas da Rio 2016 mostra que a cobertura jornalística pode, inclusive, ter um caráter mercadológico, alinhado que estava com os patrocinadores e parceiros oficiais do megaevento.

Como procuramos demonstrar, as intervenções e o projeto de “revitalização” urbana no Rio de Janeiro mostram-se extremamente desiguais, sendo fonte de sofrimento e violência para uma parcela significativa da população. A escolha por esse modelo de gestão da cidade não representa propriamente uma ruptura do modelo de modernização que vem sendo engendrado desde o início do século XX, mas aprofunda a penetração do capital em todas as esferas da vida cotidiana. Assim, em vez de propiciar condições favoráveis para integração do tecido social, pode causar ainda mais segregação e prejuízos às relações de pertencimento entre os cidadãos e o espaço público.

Tal processo se relaciona com estratégias de marketing urbano, sinalizando para o mercado que apostar na cidade pode conferir lucro aos investidores nacionais e estrangeiros. Antes mesmo de a capital fluminense vencer a disputa para sediar os Jogos Olímpicos, era nítida a convergência de interesses entre governo e mídia corporativa na construção do Rio como “cidade-empresa”: “As imagens que caracterizam a cidade como um produto de mercado, dentro da concepção da cidade-empresa, tendem a abstrai-la das relações sociais conflituosas, numa tentativa de neutralizar as tensões comunitárias ou a constante suspeita de uma ‘guerra civil molecular’” (PAIVA e SODRÉ, 2004, p. 130).

Contudo, movimentos sociais e setores críticos e progressistas da sociedade, enquanto vozes dissonantes, continuam seguindo com as lutas populares e tecendo a resistência. Elias (2000) reconhece que o equilíbrio que mantém a superioridade social

do grupo dos estabelecidos é sempre instável, dependente sempre do seu nível de coesão e integração para suportar as contrapressões do grupo de *outsiders*. Estes, aproveitando as brechas e fissuras no sistema, promovem o debate e a afirmação do espaço público como realidade conflituosa, reinventando formas de fazer política para construção de um outro mundo possível, transformador do real. Através de processos de contra-estigmatização, instauram divergências, provocam a passagem do senso comum ao crítico e fazem - do movimento Viva a Vila Autódromo, em nível local, aos mais recentes atos de ocupação dos secundaristas, em nível nacional - uma forma de (re)situar o que parecia natural e inevitável. Em poucas palavras, subvertem a lógica da pergunta do “sabe com quem está falando?”. São novos consensos que não se apoiam na ideia de que desenvolvimento e solidariedade são termos que se excluem, posto que irreconciliável mesmo é o progresso sem generosidade.

### Referências bibliográficas

- COSTA, Ana Cristina de Lima e. **Porto Maravilha**: arbitrariedade, mídia e produção de consenso na construção da nova região portuária do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF). Niterói, 2016.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura** - aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- PAIVA, Raquel e SODRÉ, Muniz. **Cidade dos artistas**: cartografia da televisão e da fama no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- SMITH, Neil. **The new urban frontier**: gentrification and the revanchist city. Taylor & Francis e-Library, 2005.
- TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Editora Vega, 1999.

# Maré sitiada: o discurso midiático sobre a ocupação militar do Complexo da Maré

- RENATA SOUZA - Publicado originalmente na Revista Rumores, da USP, em dezembro 2015.

## Fabricação do discurso

A fabricação do discurso, de acordo com Michel Foucault (2012), obedece a uma série de procedimentos. Com o objetivo de limitar seus poderes e perigos, essa produção é controlada, selecionada, organizada e redistribuída. Desse modo, em nossa sociedade, há mecanismos de exclusão que se revelam na interdição do direito de dizer tudo. É descabido falar sobre tudo, no entanto, é facultado o direito de fala a alguns privilegiados, os sujeitos de fala. Nesse sentido, nas áreas relativas à sexualidade e à política, o discurso se caracteriza por sua obscuridade e sua relação com as interdições ligadas ao desejo e ao poder. É onde se processa o poder ilimitado sobre o corpo social. Foucault identifica três sistemas de exclusão, que se valem da separação e rejeição, concedendo capilaridade e organizando o discurso: a palavra proibida, que se caracteriza pela fala do louco expondo a oposição entre razão e loucura; a segregação da loucura; e a vontade de verdade, capitaneada pela dicotomia entre verdadeiro e falso. Para Foucault (2012, p.10), “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

Desse modo, não há surpresa sobre a dominação de um discurso midiático que se revela como hegemônico na manutenção do poder daqueles que detêm o direito de fala.

Ou seja, as elites formulam seus discursos para sustentar seus privilégios e disseminar em seus meios de comunicação o discurso hegemônico que identifica os despossuídos financeiramente como inimigos, como classe perigosa que deve ser controlada e vigiada.

## O discurso midiático sobre a favela

O discurso hegemônico sobre a favela, angariado pelo discurso midiático, a descreve como um espaço dominado pelo tráfico de drogas, pela violência e falta de condições humanas de sobrevivência. Em uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CESeC), em 2004, que resultou na publicação do livro *Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil* (RAMOS; PAIVA, 2007), um dos consensos encontrados entre os jornalistas é o reconhecimento de que os veículos em que trabalham são os responsáveis pela caracterização das favelas como espaços privativos da violência. Isso porque a pauta prioritária dá conta das operações policiais, dos tiroteios, execuções, etc. Alguns alegam falta de “fontes legítimas”, ou mesmo uma recepção negativa por parte da população, ao que a pesquisa indagou corretamente: “Será que os repórteres estão limitando a sua presença nas favelas ao acompanhamento de ações policiais por causa da hostilidade da população, ou passaram a encontrar

uma recepção hostil por só acompanharem as ações policiais?” (Ibid., p. 77).

A pesquisa relaciona a abordagem monotemática à elitização das redações, desde a década de 1970, quando o diploma universitário passou a ser obrigatório para o exercício da profissão. Isso caracterizaria o aumento do apuro técnico em detrimento de uma aproximação mais orgânica do repórter ao cotidiano dos moradores de favela, algo já experimentado pelos “jornalistas da antiga”. Outra hipótese seria o reduzido número de pessoas negras e/ou ligadas às comunidades dentro das redações. No entanto, conclui-se que não se deve creditar a cobertura estigmatizante sobre a favela apenas ao repórter. As pautas seguem uma linha editorial previamente definida pelo veículo de comunicação que prioriza a cobertura dos bairros nobres, onde seus leitores “não gostam muito de favela”, como afirmou uma das jornalistas entrevistadas. Aliada a tudo isso está a suposta sensação de insegurança gerada nos repórteres após a execução do jornalista da TV Globo, Tim Lopes, no Complexo do Alemão.

Tal relato reforça a percepção empírica de que os discursos na construção midiática não se qualificam pela neutralidade social. Quando a vítima que sofre, por exemplo, é um morador de favela que fora atingido por um tiro de “bala perdida” durante conflito entre policiais e traficantes, a vítima já é vista com desconfiança. Ainda mais se corporificar características do perfil de um suposto criminoso, ou seja, jovem, pobre e negro. Ocorre ambiguidade sobre a vítima, que muitas vezes precisa provar sua inocência. Quando a vítima é atingida de forma fatal, sua família encabeça uma luta inglória para provar sua inocência post mortem, o que ocorre porque dificilmente os meios de comunicação tradicionais articulam o direito ao contraditório em suas coberturas jornalísticas.

A criminalização da vítima faz parte de uma estratégia de construção de supostos inimigos violentos, e determina quais seriam as vítimas inocentes. Paulo Vaz qualificou os moradores de favela, por sua conexão espacial e midiática com os traficantes, como

“criminosos virtuais”. Menospreza-se sua dor e sofrimento: “Se duvidarmos mais da versão da polícia do que de sua inocência, ainda assim poderemos pacificar nossa indignação pensando que toda ‘guerra’ implica sacrifícios” (VAZ; POMBO; SÁ-CARVALHO, 2005, p. 20). Cabe ressaltar, no entanto, que sendo a vítima culpada ou inocente, o código de ética do jornalista prevê a defesa intransigente dos direitos humanos. No entanto, tais discursos revelam a distinção entre a vida que vale mais e a que vale menos; entre o extermínio justificado e aceito e a morte inaceitável e injustificada.

### **Maré militarizada e midiaticizada**

A cobertura midiática sobre a ocupação militar da Maré, um conjunto de 16 favelas localizadas na zona norte do Rio de Janeiro, ocorrida no final de março de 2014, expõe concretamente o investimento em abordagem policialesca sobre as comunidades antes e durante o fato ocorrido. Com a manchete “Complexo da Maré terá um militar para cada 55 moradores” (NASCIMENTO et al., 2014). A reportagem antecipa com detalhes a operação e forja uma expectativa que gera sofrimento anterior à própria ação do Estado. Assim, segue o texto que a qualifica, já em sua primeira linha, como “O pedido de socorro do estado ao governo federal para enfrentar os criminosos responsáveis pelos ataques em série a bases de UPPs” (Ibid.). O lide é desmentido no próprio corpo do texto, em que o próprio secretário de segurança afirma que tal iniciativa não teria relação com os ataques que ocorreram às UPPs em diferentes favelas da cidade. No entanto, o texto continua articulado nessa mesma hipótese. A matéria segue com uma imagem aérea panorâmica em que a Maré aparece margeando as linhas vermelha e amarela, além da Avenida Brasil. A reportagem também oferece um infográfico em que o leitor pode analisar o mapa do conjunto de favelas.

Em paralelo a essa abordagem midiática, moradores usaram as redes sociais para comentar a ocupação. Com a criação de uma comunidade virtual no Facebook denominada Maré Vive e a utilização de hashta-



gs como “#MaréVive”, “#OquetemnaMaré” e “#DedentrodaMaré”, os moradores protagonizam o papel de narradores das mazelas do Estado de dentro do front. A rede social escancarou o espaço de disputa de versões e discursos sobre esse episódio na Maré. Um dos comentários de moradores dizia: “Mandados coletivos de busca? Traduzindo, todos que moram na favela são previamente suspeitos de serem criminosos. Vai ver se tem mandado coletivo nos condomínios de luxo, onde o tráfico corre solto?”. A proximidade entre a data da ação na Maré e o dia em que se remomora os 50 anos da Ditadura Militar gerou inúmeras conexões. Parte dos moradores qualificou a ocupação militar como estado de sítio e de exceção em plena democracia.

No mundo real, um profissional da mídia mais atento e preocupado com as mazelas sociais não deixaria uma comunidade virtual como essa passar despercebida. São quase 100 mil seguidores, entre moradores e curiosos, que fazem relatos diários sobre a situação na Maré. Ou seja, ignora-se uma fonte legítima. Isso porque tais moradores se auto-declaram envolvidos com a luta pelos direitos humanos fundamentais dos cidadãos que vivem em favelas e estão dispostos a denunciar casos de abusos ocorridos com familiares e vizinhos. Contudo, a escolha midiática de cobrir a ocupação privilegiando as fontes ditas oficiais não passa despercebida pela própria comunidade. Em uma nota pública, veicula no dia 1º de abril de 2014, a comunidade questiona a promoção de notícias que qualificam a “invasão militar” como o maior sucesso dos últimos tempos. Segundo eles, contrariamente ao espetáculo midiático, são recorrentes os relatos sobre violações e abusos. “Políciais entrando nas casas sem mandado; com ‘toca ninja’ e ameaçando moradores de morte; depredando bens e roubando eletrodomésticos sem nota fiscal; tratando moradores com violência verbal e apontando armas e fuzis para os seus rostos; constrangendo e agredindo crianças” (MARÉ VIVE, 2014).

### Considerando que a Maré Vive

Entre as propostas de solução apontadas pela pesquisa do Cesec para uma co-

bertura mais plural sobre as favelas está a criação de novos canais de diálogo com a população das comunidades. Uma das formas de acesso mais interessante seria a interlocução com organizações não governamentais e entidades de direitos humanos. No entanto, é inadequada e descabida a sugestão de “promover encontros sistemáticos com suas lideranças, a exemplo do que vem fazendo até instituições mais fechadas, como a Polícia Militar” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 86). Mesmo reconhecendo que o livro foi editado antes da política de pacificação das favelas, não é aconselhável a reprodução de qualquer estratégia já pensada e executada pela Polícia Militar para se ter acesso à comunidade. Esses encontros com as forças militares são geridos de maneira autoritária e intensificam a relação conflituosa, de desconfiança e insegurança com relação aos órgãos de Segurança Pública e da própria imprensa.

Além disso, a análise do discurso midiático sobre a ocupação militar da Maré não deixa dúvidas sobre a tentativa de pacificação das relações sociais. A principal característica dessa iniciativa se revela na abordagem jornalística em que se expressa, no primeiro momento, uma ideia de que tal processo se deu com sucesso e aceitação popular. Logo, as notícias que se seguem relatam a morte de um adolescente horas após à ocupação, nas proximidades do local onde fora hasteada a bandeira do Brasil. As reportagens revelam apenas a versão das forças policiais de que o menino teria sido vítima de uma guerra entre facções. Não se questionou em nenhum momento como um adolescente foi assassinado em plena luz do dia no mesmo instante em que a favela acabara de ser ocupada por mais de 2 mil homens da Segurança Pública. Isso demonstra que, além de sugerir uma falsa pacificação dos conflitos ali existentes, o discurso midiático forja a naturalização da perda de vidas em um processo dito de pacificação cujo efeito colateral, a morte do jovem, já está antecipadamente justificado.

Sendo assim, a construção de possibilidades de novas versões sobre os fatos não pode ser negligenciada. Uma iniciativa como a comunidade virtual Maré Viva é ca-



paz de pôr em xeque os discursos cristalizados que direcionam às favelas todo tipo de estereótipos e preconceitos. A comunicação feita por e para os trabalhadores, como observamos no Maré Vive, expressa uma luta não só pelo direito à voz ou à expressão, mas pelo direito à cidade, pelo direito de existir na cidade.

#### **Bibliografia:**

FOUCAULT, M. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MARÉ VIVE. Manifesto e Nota pública acerca da resistência popular contra a ditadura militar na Maré. Maré Vive, 2014. Disponível em: . Acesso em: 20 jul. 2014.

RAMOS, S.; PAIVA, A. Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

# Direito à cidade: o hipster defende, o banco capitaliza e a construtora incorpora

• SABRINA DURAN - Texto apresentado durante o debate “Civilização e Barbárie” em 28/7/16 no SESC Sorocaba. Disponível em <http://www.sauva.blog.br/single-post/2016/08/31/8>

**E**m 1968, ano de insurgências políticas, sociais e culturais em diversos países, o sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre publicava um livro-manifesto que se tornaria mundialmente famoso: “O direito à cidade” [1]. Nesta obra, Lefebvre, um marxista, critica o modo de produção capitalista industrial das cidades e suas consequências. Para ele, a cidade é o espaço em que o valor de uso se sobrepõe ao valor de troca, em que a obra é superior ao produto, em que deve vigorar a apropriação do espaço, e não sua propriedade. A cidade é o espaço do habitar pleno, e não apenas o espaço do habitat; é o lugar em que o tempo tem primazia sobre o espaço; é o lugar do lúdico e do festivo, entendidos como a possibilidade da surpresa, do imprevisto e da apropriação coletiva. A cidade é a realidade imediata, prático-sensível, na qual se assenta o urbano, ou seja, o conjunto de relações que constroem uma realidade social. Esta cidade, assim configurada, é a cidade propícia à vida urbana.

Ao contrário, a cidade produzida pelo capitalismo industrial é uma ameaça à vida urbana. É uma cidade fragmentada, hierarquizada e homogênea, portanto refratária ao encontro, à diferença, ao lúdico e à festividade; uma cidade em que o social está dissociado do urbano, em que o valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso, em que impera a lógica de lugar de consumo e consumo do lugar e que, por isso mesmo, o acesso a ela não está permitido às camadas populares - o que deixa em

evidência a estratégia de dominação de classe desse tipo de produção da cidade.

O “direito à cidade” defendido por Lefebvre, portanto, é o direito de acesso universal à cidade em que a vida urbana é possível. Ele diz: “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa, conquanto que ‘o urbano’, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, (...) encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível.”

Como, então, acessar esse direito, essa cidade? Lefebvre não diz. Não diz nem como, nem onde, nem com quais recursos. Sua escrita não é prescritiva. Em “O direito à cidade”, Lefebvre nos propõe dois exercícios. Primeiro, o de reflexão-indagação: se a cidade é o espaço de produção e reprodução das relações capitalistas, portanto, de relações injustas em sua gênese, como efetivar, neste espaço, o “direito à cidade”? Da reflexão-indagação, parte-se para o segundo exercício, que é o da imaginação: se o “direito à cidade” não pode contemporizar com a injustiça inerente ao capitalismo, então é preciso vislumbrar um horizonte utópico: o “direito à cidade” é, em essência, anticapitalista, e por isso ele só se efetiva fora do capitalismo.

## O que não se diz de Lefebvre

Esse é o ponto crítico a ser abordado nesse texto: o horizonte anti-capitalista do conceito de direito à cidade desenvolvido por Lefebvre. Nos últimos três anos, pelo menos, na cidade de São Paulo, o conceito de “direito à cidade” tem sido retomado e reafirmado em diversas discussões sobre a produção da cidade, agora não mais no contexto do capitalismo industrial, e sim no do capitalismo financeiro.

Urbanistas, jornalistas, pesquisadores, advogados, integrantes de movimentos sociais e de coletivos urbanos e gestores públicos têm utilizado o conceito lefebvriano para argumentar a favor do direito a uma cidade “mais humana”. A retomada do conceito vem se dando, principalmente, em três aspectos: no aspecto do direito ao encontro, com cidades formalmente mais proporcionais à escala humana e livres de restrições físicas, como cercamentos e catracas; no aspecto da festa e do lúdico, com espaços públicos formalmente atraentes à ocupação livre pelas pessoas (espaços abertos, arborizados, com infraestrutura para a permanência agradável, etc); e no aspecto da participação democrática da sociedade nas decisões sobre as transformações urbanas.

O curioso dessa retomada do conceito lefebvriano é que o “direito à cidade” também tem sido reclamado, hoje, por agentes que, historicamente, foram e ainda são responsáveis por grande parte da segregação, hierarquização, homogeneização e, mais recentemente, pela privatização dos espaços públicos das cidades. São esses agentes as incorporadoras e as instituições financeiras.

### Atenção às três frases:

1) “Há quem diga que as cidades são feitas de concreto, de aço, de tijolo, de asfalto. Mas nós sabemos que não. Sabemos que as cidades são feitas de gente, por isso construímos prédios como se fossem gente. Gente tem beleza, mistério, humor, graça, gente gosta de gente, do encontro, do entorno, gente troca ideias, muda de ideia.” [2]

(2) “Morar no Centro de São Paulo é estar no centro de tudo. Poder fazer a maioria dos trajetos a pé, ou de bicicleta. (...) Ganhar o máximo de tempo possível, para poder gastá-lo de forma produtiva, passeando, trabalhando, estudando ou se divertindo.” [3]

3) “Pedalar ajuda a manter o condicionamento físico e a reduzir o estresse, e ainda estimula uma saudável convivência com o espaço público, contribuindo para a qualidade de vida e a humanização das cidades.” [4]

As duas primeiras frases foram retiradas do site de duas incorporadoras, e a terceira do site de um banco privado. Essas empresas têm atuação forte e específica na capital paulista. Um garimpo ainda maior dessas frases poderia ser feito nos sites e panfletos de outras empresas. São frases que mostram a incorporação, se não literal, mas em essência, de algumas ideias-chave de Lefebvre na sistematização do conceito de “direito à cidade”.

O questionamento a ser levantado é: se a obra do filósofo aponta para um horizonte anticapitalista, em que momento essas empresas, representantes do grande capital, sentiram-se positivamente contempladas por um conceito que afronta o sistema que abraçaram, que alimentam e do qual dependem? Em que momento empresas de setores que hoje, mais do que nunca, planejam e financiam a produção de cidades segregadas, desiguais e para poucos, entendem que um conceito de esquerda pode ajudá-las a vender mais as “soluções” urbanas que oferecem?

Quando Henri Lefebvre diz que o “direito à cidade” “só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”, ele diz, em seguida, que “só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização”. Diz ainda que, “como há um século, ela [a classe operária] nega e contesta, unicamente com sua presença, a estratégia de classe dirigida contra ela.” (pg. 118)

Diz ainda que “apenas [o proletariado] pode por um fim às separações (às alienações). Sua missão tem um duplo aspecto: destruir a sociedade burguesa construindo uma outra sociedade (...). É preciso virar o mundo pelo avesso; é numa outra sociedade que se realizará a junção do racional e do real.”

Lefebvre diz também que é necessária uma revolução econômica, com planificação orientada para as necessidades sociais; e uma revolução política, com controle democrático do aparelho estatal e autogestão generalizada. Por fim, ele afirma que “para a classe operária, rejeitada dos centros para as periferias, despojada da cidade, expropriada, assim, dos melhores resultados de sua atividade, esse direito tem um alcance e uma significação particulares. Representa para ela, ao mesmo tempo, um meio e um objetivo, um caminho e um horizonte (...). Só o proletariado pode investir sua atividade social e política na realização da sociedade urbana. Só ele também pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo. Ele tem, portanto, a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o humanismo do homem urbano para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tornam obra, apropriação, valor de uso (e não valor de troca) (...).”

Proletariado, planificação orientada para necessidades sociais; autogestão generalizada; destruição da ideologia do consumo e destruição da sociedade burguesa. Trata-se de uma análise e proposição sobre a cidade claramente política, com perspectiva de classe, com crítica ao Estado, ao setor privado e com uma fé indiscutível no potencial revolucionário da classe oprimida.

Portanto, voltamos ao questionamento central desse texto: num momento de retomada do conceito de “direito à cidade” pela sociedade e gestores públicos - pelo menos na cidade de São Paulo -, o que favorece a apropriação de uma teoria anticapitalista por setores que são alguns dos mais agressivos do capitalismo neoliberal?

## A crise da crítica

Em primeiro lugar, é preciso fazer uma rápida atualização conceitual: é evidente que o proletariado que Henri Lefebvre retrata em seu livro de 1968 não é o mesmo que a massa de trabalhadores dos dias de hoje que vende sua força de trabalho em ocupações alienantes e opressoras. As mudanças estruturais do capitalismo nas últimas décadas também mudou a configuração da força de trabalho explorada. O que é importante deixar claro aqui é que o proletário mencionado pelo filósofo é, em última análise, o excluído da cidade, aquele a quem os centros urbanos não estavam acessíveis, e a quem se destinavam as periferias destituídas de vida urbana. Pensando a partir desse horizonte, os excluídos urbanos de hoje são as pessoas em situação de rua, os catadores de material reciclável, vendedores ambulantes. Mulheres e homens - em sua maioria negras e negros - de baixo ou baixíssimo poder aquisitivo, que vivem em favelas nas periferias da cidade ou, quando em regiões centrais, conseguem acessar apenas habitações de baixa qualidade, como os cortiços, ou ocupações de edifícios abandonados. São pessoas alijadas da vida urbana. Essa atualização conceitual não quer dizer que a luta de classes tenha se diluído no tempo. Não. Como vem repetindo a urbanista Ermínia Maricato há alguns anos, a luta de classes, hoje, se dá no chão da fábrica, mas, principalmente, no chão da cidade [5].

Em segundo lugar, é preciso dizer que uma das críticas dirigidas a Lefebvre em sua obra “O direito à cidade” é que seu horizonte utópico de que o proletariado destruiria a sociedade burguesa e criaria uma cidade desalienada em um sistema não capitalista não se deu na prática. Esse fato, porém, não significa que a luta de classes está finalizada e ganha para o lado da burguesia. Os conflitos persistem. Esse fato mostra que a burguesia leva vantagem na disputa, uma vez que a luta de classes se dá no e pelo espaço que ela pensa e constrói majoritariamente. Portanto, o horizonte de disputa ainda está posto.

Dito isso, recorro a Luc Boltanski e Ève Chiapello, sociólogos franceses, para refletir sobre a questão da apropriação do conceito de “direito à cidade” por empresas capitalistas.

No livro “O novo espírito do capitalismo”, Boltanski e Chiapello defendem que a crise do capitalismo nas últimas décadas, com aumento das desigualdades sociais, precarização das condições de trabalho, etc, não é, em essência, uma crise do capitalismo; é, sim, uma crise da crítica ao capitalismo. [6] Apenas um esclarecimento: o que os autores chamam de espírito do capitalismo é a ideologia (conjunto de ideias e valores, nesse caso) que justifica nosso engajamento no capitalismo.

De acordo com os autores, o capitalismo se modifica ao longo do tempo a partir das respostas que dá às críticas que recebe. Um dos efeitos dessa crítica é que, “opondo-se ao processo capitalista, ela coage aqueles que são seus porta-vozes a justificá-lo em termos do bem comum. E quanto mais virulenta e convincente se mostrar a crítica para um grande número de pessoas, mais as justificações dadas [pelos capitalistas] como troco deverão estar associadas a dispositivos confiáveis, que garantam uma melhoria efetiva em termos de justiça.”

Os autores analisaram textos de gestão empresarial franceses de dos anos 60 e 90. Esses textos alimentaram e orientaram o pensamento do patronato daquela época, e indicaram as diretrizes do novo espírito do capitalismo que surgiria. No final dos anos 60, início dos 70, o modo de produção fordista era fortemente criticado por sua rigidez e organização hierarquizada do trabalho. As palavras de ordem da crítica da época pediam por mais liberdade, flexibilização, autonomia e criatividade. E o que é que o novo espírito do capitalismo entregou, a partir dessas demandas, nas três décadas seguintes? Precarização das condições de trabalho, flexibilização e supressão de leis trabalhistas, de direitos, concorrência generalizada entre trabalhadores, apagamento da fronteira entre o que era trabalho e lazer, transformando

toda a vida humana, especialmente a vida criativa, o ócio e o lazer, em matéria-prima a ser explorada para fins de acumulação do capital.

Daí que Boltanski e Chiapello identifiquem uma crise da crítica ao capitalismo naquela época, que não conseguiu forçar uma mudança substancial em favor do bem comum. “Se os porta-vozes dos movimentos sociais, em resposta a suas reivindicações, se limitarem a declarações superficiais não seguidas de ações concretas - palavras vazias, como se diz -, se a expressão de bons sentimentos [por parte dos capitalistas] for suficiente para acalmar a indignação, não haverá nenhuma razão para a melhoria dos dispositivos que supostamente tornam a acumulação capitalista mais condizente com o bem comum. E, quando o capitalismo é obrigado a responder efetivamente às questões levantadas pela crítica, para procurar apaziguá-la e conservar a adesão de suas tropas (...) ele incorpora, nessa operação, uma parte dos valores em nome dos quais era criticado.”

O que os autores estão dizendo é que, se a crítica ao capitalismo não for incisiva e bem fundamentada, e se não vier acompanhada de ações concretas que deem um corpo a ela, os capitalistas vão incorporar parte dos valores que lhes faltavam e pelos quais eram criticados. E esses valores assumidos pelos capitalistas, finalizam Boltanski e Chiapello, são colocados, pelos capitalistas, a serviço não de uma atuação mais justa, mas sim do processo de acumulação, agora renovado.

A crítica à urbanização capitalista feita por Lefebvre em “O direito à cidade”, ajudou a dar corpo teórico às críticas progressistas que marcaram o fim dos anos 60. Mas a adesão às suas ideias não durou muito naquele contexto. Escrevem os pesquisadores franceses Grégory Busquet e Jean-Pierre Garnier, que depois das agitações progressistas de maio de 68, “a contestação deu espaço à normalização.” [7] A classe dirigente daquela época acatou a demanda de “maio de 68” para colocar “a imaginação no poder”, ou seja, a elite intelectual de esquerda (que os



autores chamam de pequena burguesia intelectual). Essa elite intelectual era a que fazia as críticas mais ferrenhas ao autoritarismo da classe dirigente e ao modo de produção capitalista. Pouco a pouco, porém, essa pequena burguesia intelectual vai sendo incorporada aos aparelhos estatais de cultura, pesquisa e na universidade, e também nos meios de comunicação e publicidade privados. Os horizontes críticos, então, começam a se tornar mais “pacíficos”, “apaziguados”. Dizem os autores: o lema “mudar a vida será elevado a credo oficial. E, desde então, em referência a Lefebvre, também o será mudar a cidade. Onde quer que fosse, inclusive nos círculos oficiais, se falará de “revolução urbana”, mas esvaziada de qualquer conotação anticapitalista.”

O desmonte da crítica da esquerda sobre a cidade capitalista vai ganhando corpo ao longo dos anos 70, conforme representantes da esquerda institucional assumem a gestão de diversas municipalidades na França. O cume da transformação da esquerda institucional em classe dirigente se dá em 1981, com a eleição do socialista François Mitterrand à presidência. Escrevem Busquet e Garnier: “retrocesso da ‘contestação,’ desmobilização dos militantes. A maioria deles trocou os ‘projetos de sociedade’ da sua juventude pelos planos de carreira da maturidade. O abandono e o esquecimento do pensamento lefebvriano, assim como das teorias críticas, acompanharam esta adesão progressiva (mas não progressista) da pequena burguesia intelectual e, em particular, dos seus experts em ‘problemas urbanos’ à ordem estabelecida. Seu ‘esquerdismo’ foi sendo substituído por um reformismo cada vez mais moderado à medida em que se inseriam e ascendiam no seio das instituições (...). A crítica radical da urbanização capitalista já não era oportuna.”

### **O sumiço da radicalidade anti-capitalista**

Depois de toda essa fala, volto ao contexto micro da cidade de São Paulo. Os debates, atividades acadêmicas, culturais, de movimentos sociais e coletivos de ocupa-

ção urbana que estão sendo desenvolvidos nos últimos anos sobre o “direito à cidade” configuram, de alguma forma, o lugar de disputa desse conceito. Disputa, de um lado, entre os formuladores da crítica à cidade capitalista produzida como valor de troca e, do outro lado, os atores alvo da crítica, ou seja, os capitalistas produtores da cidade segregada, homogênea, hierarquizada.

Essa disputa, hoje, se dá num campo ainda mais complexo do que o que estava posto em fins dos anos 60. Hoje, o capitalismo financeiro, transnacional, neoliberal e cognitivo tem seu campo de exploração ampliado: do interior da fábrica, foi buscar a reprodução do capital no corpo da cidade, na destruição e reconstrução dos espaços urbanos, no trabalho criativo, social, cultural, no trabalho imaterial, na manifestação dos desejos, dos afetos, nas relações sociais estabelecidas em rede. Sendo assim, a crítica a este novo capitalismo é ainda mais difícil de ser feita de modo a provocar uma alteração substancial nesse sistema. Isso porque, num momento em que quase tudo é capitalizável, mesmo a crítica mais incisiva pode ser capturada e transformada em virtude do capitalista - e em mais capital.

Falando do contexto da cidade de São Paulo, em muitas das atividades promovidas por grupos progressistas nas quais o conceito de “direito à cidade” é debatido, é raro ser suscitada a radicalidade da luta de classes e o horizonte anticapitalista com que o conceito foi concebido por Lefebvre.

Por outro lado, é frequente que o “direito à cidade” seja apresentado por alguns desses grupos de forma bastante simplificada, como o direito de participar democraticamente nas decisões do poder público sobre as transformações da cidade. Esse debate é feito, muitas vezes, sem aprofundar no que Lefebvre já previa em relação à participação como ideologia [ideologia aqui entendida no sentido marxista de falseamento da realidade, como fetichização]. “Na prática - dizia ele - a ideologia da participação permite obter pelo menor preço a aquiescência das pessoas inte-

ressadas e que estão em questão. Após um simulacro mais ou menos desenvolvido de informação e de atividade social, elas voltam para sua passiva tranquilidade, para o seu retiro. É evidente que a participação real e ativa já tem um nome. Chama-se autogestão.”

Também é frequente que o “direito à cidade” seja apresentado de forma monolítica como o direito a transformar a cidade num espaço propício ao encontro, mais humano - uma “cidade para pessoas” - e que para isso as estruturas físicas urbanas precisam ser repensadas no sentido de readequação à escala humana. Trata-se, em alguns casos, de um propositivismo irreflexivo que não apenas hierarquiza prática e reflexão, como as contrapõe. Sobre isso, Lefebvre também já alertava: “o urbanismo como ideologia formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço e transpõe para termos espaciais tudo o que provém da história, da consciência. (...) Médico do espaço, ele [o urbanista] teria a capacidade de conceber um espaço social harmonioso, normal e normalizante.”

Outra interpretação de ângulo único entre alguns grupos, especialmente os que promovem atividades e eventos culturais em espaços públicos, é o de que o “direito à cidade” se realiza por meio da utilização lúdica e festiva desses espaços de modo a reocupá-lo. É importante dizer que, muitas vezes, esses espaços supostamente vazios ou “sem vida” já estão ocupados por camadas populares e por pessoas em situação de vulnerabilidade social. Busquet e Garnier dizem que Lefebvre defendia o direito ao ‘jogo’ no espaço urbano e na vida cotidiana, o direito à surpresa, ao imprevisto. Tudo isso para ele remetia à reapropriação coletiva da cidade como modo de superar a alienação mercantil e utilitarista do capitalismo. Afirmam os autores: “isso não tem nada a ver com a multiplicação, desde décadas, de ‘festas urbanas’ organizadas por municipalidades e financiadas por empresas privadas, com o objetivo de fazer com que a população local se esqueça, através de uma mobilização consensual e controlada, em lugares e datas programadas pelas autoridades, da existência repetitiva e enfadonha que lhes

é imposta. Alguns comentaristas creem ver nessas festividades normalizadas e normalizantes uma realização do direito à cidade. Contudo, ninguém melhor que Lefebvre presenciou o caráter fictício e mistificador dessa política quando ela ainda era incipiente: “é uma aparência caricaturesca de apropriação que o poder autoriza.” O filósofo dizia que a apropriação verdadeira, revolucionária, é combatida pelas forças de repressão, que ordenam o silêncio e o esquecimento.

Não é estranho, portanto, que incorporadoras, bancos, e mesmo administrações públicas comprometidas com o grande capital financeiro e imobiliário ergam e defendam a bandeira do “direito à cidade” lefebvriano [obviamente que sem nada mais de Lefebvre naquilo que dizem]. O cenário para apropriação e tergiversação do conceito para estas empresas e administrações é fértil, tanto pela oferta de itens capitalizáveis, quanto pela ausência de uma abordagem anticapitalista do conceito, que poderia [deveria] ser feita pela esquerda.

Coincidência ou não, é interessante pensar que hoje, na cidade de São Paulo, como há quatro décadas na França, o esvaziamento do conceito de seu horizonte anti-capitalista e de luta de classes aconteça quando um representante da esquerda institucional assume o comando da administração municipal. Herdeiro de uma cidade traumatizada por políticas carrocêntricas e pela falta de diálogo com a população legados por seu antecessor, o atual prefeito de São Paulo, tendo ouvido as demandas de uma parte da ala progressista do eleitorado, vem implementando políticas que priorizam o transporte público e infraestrutura para bicicletas. Além disso, e em contraste com a “sisudez urbanística” do seu antecessor, tem promovido a ocupação de praças, ruas e parques com eventos culturais, inauguração de salas públicas de cinema, parklets, espaços para food trucks, murais de grafite e abertura de avenidas para o lazer público. Tudo isso ao mesmo tempo em que fecha equipamentos públicos de atendimento à população em situação de rua sem qualquer política de habitação per-

manente, ordena a retirada dessas pessoas das vias públicas pela Guarda Civil Metropolitana e determina a reintegração de posse de espaços situados em áreas de especulação imobiliária ocupados por pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nesse aspecto, ele dá continuidade ao legado do antecessor, com a vantagem política-eleitoral de não ser percebido negativamente como ele o era. Para tanto, entre outras estratégias, recorre a um discurso “ressignificado” do conceito lefebvriano de que todos têm direito ao espaço público, e que não se pode privatizá-lo com ocupações particulares permanentes [no caso, os moradores de rua estariam privatizando as calçadas e baixos de viadutos onde estendem seus papelões e cobertores]. Sobre essa ideologização do espaço público pela boca do poder institucional, o antropólogo espanhol Manuel Delgado diz que essa construção de um espaço “místico da democracia formal, cheio de valores grandiloquentes como paz, tolerância, sustentabilidade, convivência entre culturas” é, na verdade, uma estratégia para “sacralizar a rua e exorcizá-la de toda presença conflituosa”. “Trata-se da geração de um autêntico entorno intimidatório, exercício de repressão preventiva contra setores pauperizados da população: mendigos, prostitutas, imigrantes. As regras que o poder público impõe, pouco a pouco, para o uso cívico dos espaços públicos [desse espaço público ideologizado], serve, na prática, para acossar formas de dissidência política ou cultural às quais se acusa sistematicamente já não de ‘subversivas’, como antigamente, mas de algo pior: de ‘incívicas’, na medida em que desmentem ou desacatam o normal fluir de uma vida pública declarada por decreto, amável e desconflictizada.” [8]

Talvez esta seja a fisionomia da esquerda domesticada pelo grande capital, que mantém o discurso progressista para fins de adesão e legitimação, mas na letra fecha com a agenda do neoliberalismo urbano, que organiza a vida e a morte independentemente de partidos políticos. Ou, talvez, seja apenas a fisionomia de uma esquerda desesquerdizada, uma ex-querda.

Uma crítica sobre a produção capitalista da cidade que contemporize com esse modo de produção - afinal, capitalismo é o que tem pra hoje, como se diz -; uma crítica que não parta das perspectivas de classe, raça e gênero; uma crítica que ignore que mesmo um espaço mais “humano” se dá sobre o espaço de produção e reprodução das injustas relações capitalistas, é uma crítica rasa, sem potência emancipadora e, no limite, cúmplice das violências cometidas contra pobres, mulheres, negras e negros que são, historicamente, os mais explorados pela máquina capitalista.

O horizonte crítico anticapitalista apresentado por Lefebvre ainda está posto. É utópico, sem dúvida, mas não no sentido senso comum de algo inatingível, e sim no sentido de um horizonte que por enquanto está mais além, e por isso nos coloca em movimento para realizá-lo todos os dias, durante a própria marcha. O contrário da utopia não é a realidade, mas sim o pragmatismo que, não raro, oculta um profundo conformismo com a ordem vigente. E é preciso não se conformar.

### Referências:

- [1] [https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre\\_Henri\\_O\\_direito\\_a\\_cidade.pdf](https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf)
- [2] <http://www.idealismodel.com.br/>
- [3] <http://www.setin.com.br/residencial/setin-downtown-republica>
- [4] [https://ww2.itau.com.br/hot-sites/sustentabilidade/\\_/no-seu-dia-a-dia/biblioteca-virtual/materias/bike\\_rio.html](https://ww2.itau.com.br/hot-sites/sustentabilidade/_/no-seu-dia-a-dia/biblioteca-virtual/materias/bike_rio.html)
- [5] <http://gentrificacao.reporterbrasil.org.br/as-forcas-que-disputam-o-centro/>
- [6] <https://www.scribd.com/doc/68610483/BOLTANSKI-CHIAPELLO-O-no-vo-espírito-do-capitalismo>
- [7] [https://www.dropbox.com/s/u2lcmb6i67pkiq5/02\\_lido\\_Un%20pensamento%20urbano%20todavia%20contemporaneo.%20Las%20vicisitudes%20de%20la%20herencia%20lefebvriana.pdf?dl=0](https://www.dropbox.com/s/u2lcmb6i67pkiq5/02_lido_Un%20pensamento%20urbano%20todavia%20contemporaneo.%20Las%20vicisitudes%20de%20la%20herencia%20lefebvriana.pdf?dl=0)
- [8] [https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/revista\\_papeles/111/el\\_idealismo\\_del\\_espacio\\_publico\\_M.\\_DELGADO.pdf](https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/revista_papeles/111/el_idealismo_del_espacio_publico_M._DELGADO.pdf)







# LIVRARIA

## ANTONIO GRAMSCI



**Especializada em**

- **comunicação**
- **trabalhadores**
- **história** • **política**
- **marxismo** • **cultura**

**Vendas pelo site**

<http://livrariagramsci.com.br>

**Telefones:**

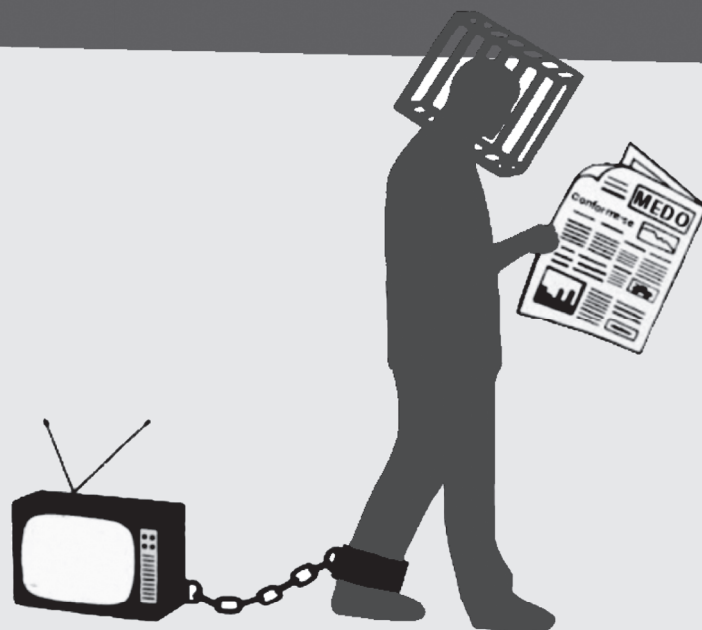
**(21) 2220-4623 | 2524-8952**

E-mail: [livraria@piratininga.org.br](mailto:livraria@piratininga.org.br)  
Endereço: Rua Alcindo Guanabara, 17  
Térreo - Cinelândia - Rio de Janeiro



# 22º Curso Anual do NPC

## A FUSÃO DA MÍDIA COM O ESTADO E A MANIPULAÇÃO DAS CONSCIÊNCIAS



Núcleo Piratininga de Comunicação  
16 a 20 de novembro de 2016  
Rio de Janeiro